

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Isadora Lopes Harvey

PLATAFORMA RACIAL?
O RACISMO, A SUB-REPRESENTAÇÃO E A AUSÊNCIA DE QUESTÕES
RACIAIS EM CAMPANHAS ELEITORAIS

Brasília
2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Isadora Lopes Harvey

PLATAFORMA RACIAL?
O RACISMO, A SUB-REPRESENTAÇÃO E A AUSÊNCIA DE QUESTÕES
RACIAIS EM CAMPANHAS ELEITORAIS

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do grau de Mestra
em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília
2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Apresentado em 28 de março de 2016:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel – Orientador

Prof. Dr. Edson Lopes Cardoso

Prof. Dr. Carlos Mello Machado

Brasília
2016

Agradecimentos

Escrever agradecimentos nesse momento parece quase impossível. De pronto, passou pela cabeça nominar alguns/mas daqueles/as que estiveram na linha de frente das minhas ansiedades, frustrações, preocupações durante esses corridos dois anos. Mas há muito e muitos/as ao/a que agradecer.

Agradeço a oportunidade que tive em mais essa etapa, convivendo com pessoas competentes e dedicadas àquilo que os/as verdadeiramente move. Ter vindo para Brasília teve grande significado em minha vida. Encontrar os/as amigos/as e mentores/as com quem tive o prazer de compartilhar as alegrias e as lamentações da vida é algo que, definitivamente, não se compra.

Sou muito grata à persistência daqueles/as que, mesmo longe das oportunidades que tive até aqui, lutaram para que mais “Isadoras” trilhassem seus caminhos. E aqueles/as que mesmo à distância, puderam me ver pelos tantos espaços privilegiados que passei e imaginar um futuro mais inclusivo para si e sua família. Hoje, parte de minhas motivações educacionais e profissionais nascem da importância que tem a *representatividade*.

Aos meus pais, Vilma e Giovanni, reforço o agradecimento por todo o empenho dispensado em mim. Jamais vou conseguir traduzir em palavras o que sinto no coração. Acima de tudo, possuo admiração e respeito por essas duas pessoas que, com suas próprias formas, construíram suas vidas tentando oferecer mais para quem tem menos. E que nem sempre ao meu agrado e reconhecimento imediato, me mostraram o que realmente importa nesse plano.

Não posso deixar de agradecer ao meu professor orientador, Luis Felipe Miguel, que dispôs de seu tempo e conhecimento para que esse dia enfim chegasse. À quem não só agradeço pela orientação, mas que, junto aos/às demais professores/as e estudantes do grupo de estudo Demodê, me permitiram acesso à um mundo de informações.

Muito obrigada a todos/as que direta ou indiretamente torceram e me muniram de forças para a culminância desse momento.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

*Neusa Santos Souza
Tornar-se negro, 1983*

Neusa Santos Souza (1948 - 2008) – Mulher, negra, psicanalista que não resistiu às mazelas desse mundo e suicidou-se deixando apenas uma carta se desculpando.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: A evolução do debate racial no Brasil	4
1.1. Exclusão sistêmica de grupos	12
1.2. Racismo estrutural	19
1.3. Racismo à Brasileira?	23
Capítulo 2: A racialização dos espaços	27
2.1. População negra no Brasil	28
2.2. O problema da sub-representação.....	34
2.3 Retrato racial da composição parlamentar.....	43
Capítulo 3: Entrevistas semi-estruturadas	51
3.1. Resultados.....	54
3.2. Análise comparativa	68
Capítulo 4: A dinâmica de funcionamento do racismo	72
4.1 O ovo ou a galinha? Sub-representação e a ausência de pautas raciais.....	76
4.2 A construção em negação	80
4.2 O problema da ausência de plataformas raciais.....	82
Considerações Finais	88
Anexo 1	94
Referências Bibliográficas.....	96

Introdução

Por muito tempo, vivemos em um falso consenso de democracia racial no Brasil. Embora a desconstrução deste mito ainda seja desafio diário na luta pela redução da desigualdade racial entre brancos/as e negros/as, os últimos anos foram marcados por um *boom* de diversas lutas sociais. Entre essas lutas, podemos destacar o aumento de mobilização em torno da causa negra.

Percebe-se hoje que a forma com que negros/as recém libertos/as foram recolocados/as na sociedade brasileira provocou efeito cascata na redefinição de sua imagem. Tidos enquanto mercadoria durante o período escravocrata e, posteriormente, mão-de-obra barata, a representação do corpo negro no Brasil sempre esteve atrelada à uma subcategoria de pessoas, ligadas principalmente ao trabalho manual. Mesmo após o fim da escravidão, o/a negro/a brasileiro/a continuou a ser visto/a como indivíduo inferior. É nesse sentido que, pode-se afirmar que o Brasil nunca deixou de ser um país racista. Importante ressaltar que tomo aqui, como racismo, o preconceito, a discriminação e o antagonismo dirigido à determinado grupo de pessoas devido à crença – mesmo que reproduzida e manifestada de maneira não racionalizada – de inferioridade/superioridade de uma raça/cor em comparação à outra. Em outras palavras, a percepção social subconsciente de que negros/as são menos capazes, em todos os aspectos da vida social e intelectual, do que brancos/as.

No entanto, com o avanço do campo de pesquisa social no Brasil, muitos/as pesquisadores/as se propuseram a analisar a qualidade de vida e as oportunidades de desenvolvimento da população negra no país. Embora muitos estudos já tenham sido realizados, mostrando a precariedade em que está a população negra – em termos educacionais, culturais, sociais, profissionais –, há quem ainda defenda a existência de uma democracia racial brasileira. Segundo essas pessoas, não há no Brasil uma diferença de tratamento ou de oportunidades que oscile de acordo com a cor dos indivíduos. A coexistência dessa ideologia frente à inúmeros dados que demonstram as condições de vida da população negra, só é possível porque aqui desenvolveu-se uma dinâmica muito específica de funcionamento do racismo.

O que mais tarde será elaborado de forma detalhada, é a constatação de que a maneira com que se pratica o racismo no Brasil resulta em consequências que não podem ser comparadas com outros países. O fenômeno da discriminação racial brasileira se

manifesta em todas as etapas de vida da população negra, mesmo com o passar das gerações. Como veremos a seguir, os moldes da política *anti-negros/as*, típicas do final do século XIX, com os incentivos ao branqueamento da população brasileira, evoluiu para uma ideologia *antirracista* construída por pilares racistas. Isso significa dizer que, no Brasil, passou-se a combater o problema do racismo negando-se que a identificação racial das pessoas era razão suficiente para impedir seus processos de mobilidade social. No imaginário sustentado pela “democracia racial” aqui existente, racismo era o que se praticava nos Estados Unidos e na África Sul, países que decretaram leis rigorosas de separação física entre negros/as e brancos/as. Visto o processo histórico “ameno” ocorrido no Brasil, admitia-se a existência de, no máximo, uma desigualdade social. Sendo assim, se, por acaso, negros/as aparentavam estar em maior concentração entre os estratos mais pobres e vulneráveis da população, não seria pela existência de critérios racistas, estruturantes das relações sociais no Brasil.

Muitas consequências desdobraram-se a partir dessa visão. No entanto, este trabalho se propõe a analisar as implicações que essa dinâmica racista apresenta em esferas políticas. Nesse sentido, no que diz respeito à política brasileira, pode-se afirmar que uma das consequências do racismo experimentado aqui, é a nítida sub-representação da população negra em cargos eleitorais. Ainda que representem o maior contingente da população brasileira, negros/as encontram-se sub-representados/as em cargos políticos. Ao contrário do que possa parecer, essa sub-representação não encontra justificativa nem em uma baixa variedade de candidatos/as negros/as, nem em uma possível concentração de candidatos/as negros/as em ideologias partidárias específicas. De forma contrária, as estatísticas eleitorais demonstram baixa discrepância numérica entre o percentual de negros/as que se lançam candidatos/as – com variedade de posicionamento partidário – e o percentual da população negra brasileira. Por esse motivo, imagina-se que deva haver outra explicação para a baixa taxa de sucesso eleitoral experimentada por candidatos/as negros/as no Brasil.

Compondo-se a esse quadro, uma análise detalhada das propostas eleitorais apresentadas por candidatos/as negros/as ao cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, em 2014, demonstrou baixo nível de mobilização de questões raciais em plataformas eleitorais. O resultado dessa análise mostrou que a maioria dos candidatos/as, para esse cargo, que se auto-declararam negros/as em seu registro de campanha, não abordou nenhuma pauta racial em suas campanhas eleitorais. Essa suposta preferência autônoma por outras propostas eleitorais não parece, à priori, ser um problema. No

entanto, pensando a partir de uma lógica estratégica, se é possível afirmar que mais de 50% da população brasileira se auto-declara negra, parece estranho que candidatos/as com a mesma identificação racial não se interessem em aumentar sua capilaridade política. É, portanto, com base nessa premissa, que a presente pesquisa se propõe a refletir os incentivos positivos e negativos em torno da mobilização de plataformas raciais em campanhas eleitorais.

Para atingir este propósito, essa dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, procuro detalhar a evolução do debate racial e especificar as características próprias ao racismo praticado no Brasil. Ao longo desse capítulo, mobilizo teorias sobre exclusão sistêmica de grupos, apresento possíveis formas de opressão que os atinge, exponho uma definição de racismo estrutural e busco demonstrar sua capilaridade com as experiências observadas aqui. No segundo capítulo, procuro apresentar dados sobre a população negra brasileira, demonstrando sua manutenção nos mais baixos índices de desenvolvimento educacional, cultural, social e profissional. Em seguida, tento evidenciar os problemas gerados pela sub-representação política dessa população; trazendo o retrato racial da composição parlamentar brasileira, com foco nas eleições de 2014 e no Distrito Federal. Seguindo adiante, no capítulo três, apresento o resultado da pesquisa qualitativa realizada para fundamentação empírica desse trabalho. Exponho os dados dos/as oito candidatos/as negros/as – ao cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, em 2014 – entrevistados/as e reporto as principais informações adquiridas através de um roteiro de entrevista em profundidade semi-estruturada. Ao final do capítulo, ofereço um quadro comparativo entre os/as candidatos/as entrevistados/as. Por fim, no quarto e último capítulo, busco evidenciar a dinâmica de funcionamento do racismo estrutural no Brasil. Utilizando o resultado das entrevistas como base empírica, tento relacionar os fenômenos de sub-representação de negros/as na política e a ausência de pautas raciais em plataformas raciais. No decorrer do capítulo, ofereço três possíveis consequências imediatas da ausência de plataformas raciais e busco oferecer uma reflexão em torno do problema de construção de identidades negras no Brasil. Ao fim dos quatro capítulos, apresento uma conclusão em busca de uma melhor compreensão de todos os fenômenos mobilizados no decorrer da dissertação.

Capítulo 1

A evolução do debate racial no Brasil

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e da sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado – dócil, submisso e útil – enquanto o branco agia com o autoritarismo, por vezes, paternalista, que era característico da dominação senhorial. Esse lugar de inferioridade se espelhava no modo de inserção da população negra no sistema ocupacional das cidades.

Neusa Santos Souza (1983, p. 20-21)

Em dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Afrodescendentes¹ visitou o Brasil para estudar a situação dos/as afro-brasileiros/as e divulgou um comunicado afirmando que “(...) os negros do País ainda sofrem racismo estrutural, institucional e interpessoal.” (p. 2). O grupo destacou a lei 10.639, que institui o ensino da história africana nas escolas, a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, a declaração de constitucionalidade das cotas raciais para acesso ao ensino superior e as discussões, até então, em andamento sobre cotas em concursos públicos federais² como avanços dos últimos 10 anos. Entretanto, apontaram profunda desigualdade de salários, baixa participação política, menos acesso à saúde, educação e justiça como efeitos da discriminação estrutural existente no Brasil; baseada em mecanismos históricos de exclusão e estereótipos negativos, reforçados pela pobreza, marginalização política, econômica, social e cultural.

O racismo é um obstáculo direto ao crescimento e ao desenvolvimento de negros/as e se fundamenta na ideia de que é possível hierarquizar grupos com base em sua etnicidade e/ou características fenotípicas. No Brasil, o racismo é considerado crime

¹ O Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas sobre Afrodescendentes foi estabelecido em 2002 pela Comissão de Direitos Humanos, após a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001.

² Projeto de Lei 6.738 foi aprovado em 20/5/2014 pelo Senado e sancionado em 13/6/2014 pela Presidenta Dilma Rousseff.

inafiável desde 1989 com a promulgação da lei 7.716 – comumente conhecida por Lei Caó³ – e determina pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. No entanto, ao observar os acontecimentos no Brasil, torna-se perceptível o tamanho da lacuna entre a realidade e o ideal de que representamos uma democracia racial. Não só de brasileiros é composta a parcela da população que acredita que critérios raciais não são relevantes para definir as oportunidades de indivíduos no país. Isso significa dizer que, ao contrário das experiências vividas por negros/as, por exemplo, nos Estados Unidos e na África do Sul – países que possuíram definições legais de segregação explícita, como foram *Jim Crow*⁴ e *Apartheid*⁵ –, no Brasil, negros/as não tiveram sua ascensão social, cultural, política, econômica ou profissional bloqueada e/ou retardada por princípios legais, após a escravidão. Mas contrariando a ideia de que, a despeito do preconceito, não teríamos ódio ou segregação como nos regimes citados acima, o racismo encontrado no Brasil desenvolveu uma combinação de preconceito de cor e preconceito de classe; que manteve e mantém a população negra associada à criminalidade, inferioridade e incompetência. Ainda que não tenhamos experimentado marcos legais que instituíssem a segregação racial como prática estatal, afro-brasileiros/as sempre estiveram excluídos e/ou em constante desvantagem em relação às não-negros/as.

Com o passar dos tempos, acompanhamos a construção e o desenvolvimento de uma imagem precarizada de negros/as e a consequente construção de uma imagem desvalorizada pelo próprio grupo oprimido. Considerando ultrapassada a ideia de que raça seja uma categoria baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, no presente trabalho mobilizaremos seu conceito enquanto uma construção social que diz respeito às identidades sociais em uma sociedade. Ao definir como trabalhar raça na sociologia, Antônio Guimarães (2004, p. 6) descreve a construção da nação brasileira segundo sua base escravista. E afirma, pessoas escravizadas foram categorizadas em uma identidade

³ Carlos Alberto Oliveira dos Santos, também conhecido como Caó, foi advogado, jornalista, militante do movimento negro e político brasileiro.

⁴ As leis de Jim Crow, vigentes entre 1876 e 1965, foram leis locais e estaduais, promulgadas nos Estados do sul dos Estados Unidos, que institucionalizaram a segregação racial. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos/as e negros/as.

⁵ O apartheid foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994, pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul. O apartheid foi introduzido como política oficial pela nova legislação vigente, após as eleições gerais de 1948. Através da divisão dos habitantes em grupos raciais, foram segregadas as áreas residenciais, a saúde, a educação e outros serviços públicos; fornecendo aos/as negros/as serviços inferiores aos/as dos/as brancos/as.

específica, criada originalmente para classificar o/a escravo/a – “negro/a” e “africano/a”. Nessa sociedade recém-formada, raça se tornou um importante conceito para dar sentido à vida social, já que era responsável por alocar as pessoas em posições sociais. Posteriormente, essas posições sociais foram chamadas de “classe”. Dessa forma, assim como raça, classe social também pode ser entendida enquanto um conceito nativo, construído socialmente por nós. Essa premissa se torna especialmente importante quando consideramos que nossa apreensão sobre o mundo social é construída através de filtros. Esses filtros, por sua vez, são construídos sutilmente conforme absorvemos novas informações⁶ e, portanto, influenciam diretamente na formação de nossas percepções. Um estudo produzido por Amauri Souza (1971 *apud* Guimarães, 2004) nos oferece bom exemplo ao demonstrar que, durante os anos 60 no Rio de Janeiro, a maior parte da população negra, independentemente de seu nível socioeconômico, se identificava enquanto classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, percebeu-se que brancos/as nas mesmas condições sociais que parte desse contingente se declaravam membros/as de uma classe média brasileira.

As raças e as classes, portanto, se articulavam intimamente, em seu sentido nativo. No entanto, ainda não conhecíamos o racismo moderno. Ao dizer isso, estou supondo que o meu leitor saiba o que seja o racismo chamado “científico”, isto é, aquele que se justifica pela ciência. (Guimarães, 2004, p. 7)

Dada a especificidade da escravidão no Brasil, que se alimentou muito mais do contínuo fluxo de tráfico de escravos/as do que sua reprodução em solo brasileiro, formou-se com o tempo, uma classe de pretos/as livres que forçavam seu espaço na sociedade. Há, portanto, em algum momento pós-escravista, um esforço de abandono do termo raça – ligada à uma justificativa teológica de salvação –, criando uma espécie de anti-racialismo como ideologia fundadora da nação pós-escravista. Discurso cristalizado, principalmente, pela publicação de Gilberto Freyre (1933) de *Casa-Grande e Senzala* (Guimarães, 2004, p. 7). Cria-se então um princípio classificatório baseado não mais na raça, mas na cor dos indivíduos. Permitindo, em tese, que houvesse maior possibilidade e oportunidade de trânsito nos diferentes grupos sociais, uma vez que, no Brasil, não existiria preconceito de raça, apenas de classe.

⁶ Novas informações que, por sua vez, são transmitidas por indivíduos que também possuem seus próprios filtros.

Analisando, portanto, Gilberto Freyre (1933), é possível observar a construção da percepção de que, formada por bons senhores e escravos/as conformados/as, o ideal da miscigenação passa a ser visto como instrumento de um processo antiescravista para atingir a democracia racial. Anos depois, autores críticos como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg denunciariam a intitulada democracia racial no Brasil como um mito e uma tentativa de interpretar as contradições da escravidão como episódio lamentável, mas resultante em uma construção identitária forte e unificada no país. Nesse sentido, o mito sobre o qual escrevem vários autores após Freyre, teria nascido da tentativa de construção da imagem de uma ordem minimamente igualitária no Brasil. Do ponto de vista do marco normativo do direito e da liberdade, a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, foram acontecimentos que marcaram o início de uma relação de igualdade entre negros/as e brancos/as no Brasil. Para além do embargo legal, o diálogo entre abolicionistas brasileiros/as e norte-americanos/as foi crucial para a construção da ideia de que, no Brasil, não ocorriam episódios de segregação racial como os experimentados por norte-americanos/as e sul-africanos/as.

O mito da democracia racial ainda vinha acompanhado da crença de que as relações raciais no Brasil teriam sido mais humanas do que as encontradas nos Estados Unidos por exemplo, posto que aqui teríamos encontrado um senhor benevolente (Harris *apud* Skidmore, 1976:237). Todavia, os dados do período escravista sobre mortalidade infantil, alforria e expectativa de vida têm demonstrado que o mito do senhor benevolente também não encontra correspondência com a realidade (Marx, 1996:12-3; Degler, 1976:79-88). (Bernardino, 2002, p. 253)

No período subsequente ao fim da escravidão, as medidas de redefinição social e cultural do trabalho no país se mostraram insuficientes para desassociar o/a negro/a à imagem de indivíduo inferior.

Fernandes (2007) observa que somente a partir da década de 1930, com o desenvolvimento urbano e a expansão agrícola, o negro passa a se inserir no mercado de trabalho, embora essa inserção esteja associada às atividades mais degradantes e, obviamente, às ocupações rejeitadas pelo trabalhador branco. (Martins, 2012, p. 7)

Inevitavelmente, a contínua disseminação de um ideal de sociedade construído por critérios raciais, produziu efeitos estruturais que dificultam a identificação concreta e, conseqüentemente, a implementação de políticas de combate à discriminação racial. Como sugere Bernardino, em consequência do mito da democracia racial, e em adição ao

mito do senhor benevolente e à política de branqueamento⁷, se desenvolveu a ideia de que não haveria raças no Brasil. Em seu lugar,

(...) admite-se que existe no Brasil apenas uma classificação baseada na cor, que pretende ser encarada como uma mera descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais, tais como discriminações e preconceitos. (Bernardino, 2002, p. 255)

A afirmação de um sistema classificatório com base em cor assemelha-se, no entanto, com um recurso político momentâneo para atingir a cidadania “desracializada” decorrente de tal construção identitária forte e unificada no país. Segundo Freyre (1966), por exemplo, a alta adesão e flexibilidade do uso da palavra “moreno” é fruto do desenvolvimento da América Portuguesa como uma sociedade multirracial cada vez mais perto daquilo que poderia ser chamado de meta-racial:

Isto é, uma sociedade na qual em vez da preocupação sociológica com a caracterização minuciosa de tipos intermediários ou de matizes entre branco e preto, branco e vermelho, branco e amarelo, a tendência é, ou começa a ser, para aqueles que, sendo membros da sociedade ou comunidade brasileira, não são completamente brancos, ou completamente pretos, ou completamente vermelhos, ou completamente amarelos, de serem descritos, ou de considerarem-se a si mesmos quase sem discriminação, como "morenos". [...] A mesma palavra vem tendo um emprego sociológico flexível e biologicamente elástico – tão elástico que mesmo negros retintos ["black negroes"] são atualmente descritos, no Brasil, como morenos. (Freyre, 1966, p. 14 *apud* Motta, 200, p. 116)

Ao contrário do que sugeria Freyre, a flexibilidade da classificação racial no Brasil é problema-chave do que se indica neste trabalho. O preconceito racial no Brasil resulta em segregação racial e em discriminação sistemática. Não só a classe, mas também raça em si determina padrões de comportamento durante processos de interação social.

Embora para Freyre:

O espírito generalizado de fraternidade humana é mais forte entre os brasileiros do que os preconceitos de raça ou de cor, de classe ou de religião. É verdade que a igualdade racial nem é perfeita no Brasil nem se tornou absoluta com a abolição da escravidão, em 1888. [...]. Evidentemente não existe paraíso na terra. Mas, quanto às relações raciais, a situação brasileira provavelmente é a que mais se aproxima

⁷ “Manifesta por uma política nacional de promoção da imigração europeia que visava suprir a escassez de mão-de-obra resultante da Abolição e modernizar o país através da atração de mão-de-obra europeia (Skidmore, 1976; Santos, 1997). (...) O ideal de embranquecimento pressupunha uma solução para o problema racial brasileiro através da gradual eliminação do negro, que seria assimilado pela população branca.” (Bernardino, 2002, p. 253)

daquilo que se imagine como um paraíso nesse setor. A felicidade brasileira, contudo, é relativa, pois para a maior parte da população brasileira persistem, senão a miséria, a pobreza, e uma série de doenças (Freyre 1971, p. 5; tradução de Freyre 1959, p. 8 *apud* Motta, 2000, p. 118).

O inútil esforço de simplesmente apagar diferenças raciais, demonstra ainda hoje, como o preconceito racial no Brasil é diretamente vinculado à cor da pele; quanto mais escura, maior a vulnerabilidade do indivíduo a episódios de discriminação. Isso significa que, a estrutura racial posta no Brasil acaba por dividir-se em duas direções. De um lado, a construção de uma dicotomia racial impõe uma barreira rígida entre brancos/as e negros/as – que tende à produção de formas de racismo mais explícitas –, do outro lado, a construção de uma polarização de cores com um infinito gradiente intermediário – que atrapalha a formação de identidades rígidas, e através de estratégias de branqueamento e de hierarquização do gradiente de cores, afeta a formação de uma identidade coletiva do grupo dominado.

(...) “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente, não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social. (Guimarães, 2004, p. 11)

Até meados dos anos 50, a democracia racial brasileira parece ter permanecido enquanto consenso. Entretanto, nos anos de 1951 e 1952 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) patrocinou um conjunto de estudos sobre as relações raciais no Brasil⁸. Pesquisadores no Departamento de Sociologia da USP, Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955) desenvolveram um estudo apontando para a necessidade de uma revista crítica às teses de Freyre. Segundo suas conclusões, após o período escravocrata, negros/as foram marginalizados/as, sendo-lhes atribuídos/as grande carga de preconceito e discriminação; dificultando, portanto, seu acesso a determinados espaços, como trabalho e educação.

⁸ As pesquisas foram desenvolvidas no Nordeste e Sudeste e tiveram por objetivo apresentar “ao mundo” a experiência das relações raciais, julgadas singulares e bem-sucedidas.

Mesmo com a Abolição, as relações raciais teriam continuado na ordem do que Fernandes chamava padrão tradicional escravista, que impedia que a população negra participasse de forma efetiva na nova sociedade de classes. (Kern, 2014, p. 88)

Uma vez pautados os ideais de embranquecimento da raça, de um lado, negros/as passam a se espelhar em características fenotípicas de brancos/as e, por outro lado, brancos/as, comodamente, também passam a se enxergar e a se aceitar como um modelo a ser alcançado – sem que isso gerasse qualquer sentimento de responsabilidade ou complacência com o processo de exclusão. Para Fernandes, essa responsabilidade praticamente nula pela ressocialização e desenvolvimento dos/as negros/as livres releva que, na verdade, a abolição no Brasil não passou de uma “(...) revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do branco para o branco (...)” (1979, p. 78). Na perspectiva do autor, o dilema racial brasileiro se apresenta na limitação, por parte da hegemônica elite branca, em tratar negros/as com tolerância, mantendo a polidez nas relações inter-raciais, mas sem aprofundar quaisquer sentimentos ou objetivos igualitários. Crédulo do caráter residual do preconceito de raça e da desigualdade no Brasil, para Florestan (1978 *apud* Motta, 2000, p. 123), o resíduo, a essência, o núcleo do racismo são os conflitos de classe baseados no sistema econômico. Para ele, a situação dos/as negros/as pós-abolição se concretizou, em grande parte, pela ausência de adaptação destes em um sistema capitalista de produção que valoriza a ânsia de poder necessária para a acumulação da riqueza. Aliado a isto, “(...) as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas.” (Fernandes, 1978, p. 19-20 *apud* Motta, 2000, p. 123-124). Nesse sentido, afirma o autor que o persistente espaço marginal ocupado por negros/as se deu, exclusivamente, por uma herança de seu passado escravista.

Também contrário às teses de Freyre, mas descrente da exclusividade com que Florestan descreve as causalidades do racismo, Hasenbalg (1979) procura atenuar o discurso em torno do legado escravista. Ao mesmo tempo em que partilha da ideia de que discriminação racial e racismo, sob sua forma moderna, resultam de concorrência e disputa características de um sistema capitalista, defende que a persistência da discriminação é a causa da desigualdade entre não-brancos/as e brancos/as no plano da economia, educação e outros indicadores (Figueiredo, 2015, p. 13).

Devido aos efeitos de práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais, os não-brancos têm oportunidades educacionais mais limitadas que os brancos da mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos negros e mulatos são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que os dos brancos. (...). Se os processos de competição social calcados no mecanismo de mercado envolvido no processo de mobilidade social individual operam em detrimento do grupo racialmente subordinado, então o enfoque da análise deve se orientar para as formas de mobilização política dos não-brancos e para o conflito inter-racial. (Hasenbalg, 1979, p. 221 *apud* Motta, 2000, p. 126).

Nesse sentido, o racismo e a discriminação passam a assumir novo papel na sociedade capitalista; de reconstrução das desvantagens iniciais do período subsequente à escravidão. As conclusões de Hasenbalg indicam a exploração de classe e a opressão racial como mecanismos articuladores de exploração da população negra, os/as mantendo desprovidos/as de bens materiais e simbólicos.

Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e do espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifestasse numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supra ordenado no presente. (Hasenbalg, 1979, p.1118)

Por essa perspectiva, observa-se que a sociedade brasileira conseguiu evitar que “raça” adquirisse, e conseqüentemente não atuasse como, princípio de identidade coletiva e de ação política. Enquanto ideologia racial dominante, o racismo funciona como elemento determinante nas relações de produção e de distribuição, acrescidos pela ausência do conflito racial aberto e a desmobilização política de negros/as.

É nesse contexto em que o debate sobre o/a negro/a, a raça, a identidade e a ação afirmativa se insere no Brasil. Liderada por demandas do movimento negro – que teve Abdias Nascimento⁹ como um de seus pioneiros – e embalada por autores como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, a luta por reconhecimento de igualdade e equalização dos

⁹ Abdias Nascimento foi poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra no Brasil e no mundo, fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo.

direitos à cidadania enfrentou diferentes obstáculos. Passadas as etapas iniciais de reconhecimento da existência de racismo, de diagnóstico de seus efeitos, de proposição de soluções e de início de aplicação de políticas que visassem ao fim da desigualdade racial, podemos vislumbrar o momento de requalificar as estratégias de combate ao racismo no Brasil. Dessa maneira, torna-se importante uma análise mais cuidadosa sobre as formas contemporâneas de atuação do racismo e a exploração de novos discursos e ações de combate.

1.1. Exclusão sistêmica de grupos

Podemos dizer que, atualmente, a evolução do debate racial no Brasil resume-se à dicotomia entre aqueles/as que associam os problemas sociais brasileiros à pobreza desagregada de questões raciais e aqueles/as que percebem que, no Brasil, pobreza tem cor. Dito isso, proponho pensarmos de que formas grupos sociais podem ser mantidos às margens da participação social, política, cultural de uma sociedade na qual correspondem à maioria da população. A exclusão social pode ser entendida como a instalação de precariedade, para crescentes partes da população brasileira, a partir do momento em que se conceitua “excluído socialmente” aquele/a que não possui condições econômicas de participar dos círculos sociais com os demais indivíduos de sua sociedade. Procurando entender melhor os processos que levam, portanto, à exclusão de grupos específicos, é interessante observar alguns conceitos sobre formação de grupos e campos políticos e as formas com que indivíduos podem ser oprimidos em suas relações sociais.

Antes de começar, é necessário destacar a existência de uma linha divisória entre indivíduos capacitados a influenciar espaços de decisão e aqueles que sequer conseguem expressar suas próprias opiniões. Observando, portanto, uma fronteira entre os interesses de um grupo e sua capacidade de expressão desses mesmos interesses – posicionada de acordo com sua disposição nas relações de produção –, para Pierre Bourdieu (1989), o que torna a vida política uma materialização da lei de oferta e procura é a distribuição desigual dos instrumentos de produção da representação do mundo social. Em outras palavras, poucos/as são aqueles/as que possuem a competência técnica necessária para expressar seus interesses. Menos ainda são aqueles/as que, mesmo dispondo dessa capacidade, possuem reconhecida influência para fazer valer esses interesses. Buscando

analisar o contexto político de uma sociedade excludente, torna-se importante explorar os mecanismos que perpetuam determinadas pessoas dentro e fora de espaços que exerçam influência política. Mecanismos esses que naturalizam a produção e a reprodução de uma separação entre agentes politicamente ativos/as e passivos/as; e que regularizam em leis uma estrutura desigual de distribuição do capital.

Espaços dessa natureza podem ser caracterizados como campos políticos. Segundo Bourdieu, um campo político é o local onde são gerados “(...) produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ devem escolher (...)” (1989, p. 164). Por sua vez, esses ‘consumidores/as’ podem ser categorizados/as enquanto grupos dominados que comprem interesses políticos que, embora não os favoreça, são vendidos pelos grupos dominantes como interesses comuns. Nesse sentido, grupos dominantes sob a condição de “(...) possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político” (Bourdieu, 1989, p. 169), mantendo os/as cidadãos/ãs comuns – imbuídos/as de um sentimento de incompetência técnica – não só afastados/as dos espaços de decisão, como permanentemente alienados/as dos processos políticos que os/as cercam.

O ambiente político, portanto, resulta em um desapossamento estrutural da maioria e a conseqüente concentração dos meios políticos de produção nas mãos dos/as poucos/as profissionais ditos/as qualificados/as. Ou seja, é possível afirmar que tais espaços se mantêm abertos apenas àqueles/as que dominam a expertise aceita para a participação política. “A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito.” (Bourdieu, 2006, p. 383). No sentido de propriedade, a competência incumbe a quem cabe possuí-la, assim como somente quem se vê habilitado/a sente o dever de adquiri-la. Assim, o indivíduo comum permanece excluído do campo da política por não atender às expectativas de uma competência específica para sua participação. Também por isso, o efeito de imposição aparece mais explicitamente entre indivíduos com menor capital escolar, cultural e econômico; sendo possível afirmar que “(...) o valor de um diploma escolar e a relação com o mundo social que lhe é correlata

variam consideravelmente segundo a idade de seu titular (...), segundo sua origem social (...), segundo sua origem geográfica (...) e segundo o sexo¹⁰” (Bourdieu, 2006, p. 410).

Na medida em que grupos sociais, ainda que majoritários, não dominem a suposta competência intrínseca ao campo político, torna-se inevitável que se mantenham às margens de uma participação social, política e cultural efetiva. Mas será possível afirmar a completa ausência de lideranças sociais, políticas, culturais capacitadas para a representação de seus respectivos grupos? Pensando de forma específica na exclusão da população negra, não é possível afirmar que lhe faltem lideranças. É possível, no entanto, afirmar que esse contingente não é visto como parte produtiva à esfera política. De forma contrária, as competências adquiridas por essa população não se transformam em capital político suficientemente forte para atender as demandas de entrada no campo político. Usam-se, portanto, dois pesos e duas medidas para definir suas possibilidades de participação; e acabam operando apenas em espaços limitados, enfrentando inúmeros obstáculos que os/as afasta de grandes espaços deliberativos.

Em *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault estabelece uma relação íntima entre saber e poder na prática social. Ao defender que o discurso ordenador de uma sociedade é sempre o discurso daqueles que detém o saber, Foucault procura explicar como funcionam certos procedimentos de exclusão dentro da produção de discursos. “Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja.” (Foucault, 2004, p. 2). Isso significa, para o autor, que a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída dentro da sociedade de tal forma que determinados assuntos ou discussões de tornam “proibidos” em alguns círculos sociais, quando não em toda sociedade. Nessa direção, Foucault propõe três procedimentos através dos quais se pode, por exemplo, interditar e/ou excluir um discurso: (a) rotulando o objeto falado como ‘tabu’ – não se tem o direito de dizer tudo –, (b) criando circunstâncias – não se pode falar tudo em qualquer lugar –, e (c) mostrando o lugar privilegiado ou exclusivo de quem fala – qualquer um não pode falar de qualquer coisa (2004, p. 2-3). É, portanto, instrumento do grupo dominante o uso desses procedimentos para conter e diminuir quaisquer mobilizações políticas de grupos dominados. A criação de um representante da verdade aparece enquanto exercício de

¹⁰ Sobre a questão de gênero para o autor, interessante ler BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Bertrand Brasil, 2009.

coerção sobre os/as demais. Assim como, pensando na realidade brasileira, é instrumento de uma elite branca e heteronormativa rotular, criar circunstâncias e mostrar o lugar privilegiado no discurso sobre desigualdades, sejam elas de gênero, de raça ou de classe.

Dedicando-se a grupos formados por indivíduos majoritariamente excluídos – mulheres, negros, indígenas, gays –, Iris Marion Young (2011) afirma que os/as teóricos/as democráticos/as não estão de fato empenhados/as em resolver o problema estrutural da participação. Pressupondo uma sociedade homogênea, produzem normas baseadas na existência de um indivíduo padrão universal, deixando de lado aqueles que não correspondem a este padrão – homem, branco, proprietário, hétero e cis¹¹. Em caminho oposto ao de supressão das diferenças, Young busca reduzir as opressões através de um princípio de representação de grupo para políticas de diferenciação. Ao falar de opressão, a autora determina o termo enquanto condição de grupos sociais que, em forma de estrutura simbólica – um conjunto de estereótipos –, vivenciam processos que os oprimem e dominam. Sem que haja necessariamente um indivíduo ou um grupo específico em controle da opressão, o processo acontece através da contribuição de vários agentes que, por sua vez, nem sempre possuem consciência de si enquanto reprodutores de opressão. Contudo, para cada grupo oprimido socialmente, há um grupo privilegiado em relação ao primeiro. Nesse sentido, para Young (2011), justiça não deve ter como objetivo dissolver diferenças, mas distinguir as diferenças que se apresentam como desigualdades em si – como a riqueza –, das diferenças construídas enquanto desigualdades – como desigualdades raciais. Buscando essa distinção, e reforçando que mesmo entre membros de um mesmo grupo há diferenças, trago cinco maneiras, desenvolvidas por Young (2011), por meio das quais opressões podem se manifestar contra grupos ou indivíduos. Chamadas pela autora de *faces da opressão*, são as cinco: *exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência*.

Exploração. A função central da teoria marxista de exploração de classe é explicar como uma estrutura de classes pode existir na ausência de distinções legais e normativas de classe. Em sociedades feudais e escravocratas, o direito de se apropriar do trabalho de

¹¹ Uma pessoa *cis* é uma pessoa na qual (a) o sexo – feminino/masculino – designado ao nascer, (b) o sentimento interno/ subjetivo de sexo, (c) o gênero – mulher/homem – designado ao nascer, e (d) o sentimento interno/ subjetivo de gênero, estão ‘alinhados’. Isso significa dizer que uma pessoa pode ser (1) apenas cisssexual, (2) apenas cisgênero, (3) cisssexual e cisgênero, ou (4) nenhum dos dois. O prefixo *cis* em latim significa “deste lado”.

outrem define, em parte, o privilégio de classe; legitimadas através de ideologias de superioridade e inferioridade naturais. Por outro lado, em sociedades capitalistas, a remoção de distinções jurídicas de classe gera a crença na liberdade legal dos indivíduos. Seguindo essa lógica, nos resta compreender como a manutenção da dominação de classe incide em sociedades onde todos são formalmente livres. O ponto central expresso no conceito em questão é que esse tipo de exploração ocorre através de um processo estável de transferência; dos resultados do trabalho de um grupo social em benefício de outro. Dessa forma, a injustiça na divisão de classes não está concentrada no fato distributivo de uns/mas terem muito e outros/as pouco. A exploração promove uma relação estrutural entre grupos sociais. No entanto, outros tipos de exploração, como as que dizem respeito à opressão racial, demonstram que o conceito de exploração pode extrapolar àquela descrita pela teoria marxista. Ao definir raça como uma estrutura tão básica quanto classe ou gênero, Young aponta a segmentação do trabalho – que reserva trabalhos qualificados, de alta remuneração e sindicalizados para trabalhadores brancos – como um exemplo de superexploração em sociedades capitalistas. Nesse sentido, a injustiça de exploração consiste em um processo social que transfere energia de um grupo para o outro, produzindo distribuições desiguais de uma forma que instituições sociais tornam alguns aptos à acumulação, enquanto restringem outros.

Marginalização. Aqui designado às pessoas que o sistema de exploração do trabalho não pode ou não quer utilizar, o termo marginal também pode referir-se a uma subclasse de pessoas, confinadas a viver permanentemente de forma marginalizada. Nesse sentido, a marginalização pode ser entendida como uma das mais perigosas formas de opressão, visto que uma categoria inteira de pessoas é expulsa da participação da vida social e, portanto, potencialmente sujeita a privações materiais severas, incluindo extermínio. Em outras palavras, a marginalização priva indivíduos dependentes de direito e liberdades, que são gozados por outros/as cidadãos/ãs, agindo como bloqueio de oportunidades em exercer capacidades de forma socialmente definida e reconhecida.

Impotência. Impotentes são àquelas pessoas que faltam autoridade e/ou poder ou cujo poder é exercido sem que elas o exerçam; estão em posição de obediência às ordens e, raramente, têm a oportunidade de dá-las. A impotência também se designa a posições na divisão do trabalho e as concomitantes posições sociais que permitem às pessoas pouca ou nenhuma oportunidade de desenvolver e exercer plenamente suas capacidades.

Pessoas impotentes têm pouca ou nenhuma autonomia e exercem pouca criatividade no trabalho, não possuem perícia técnica ou autoridade, se expressam de forma estranha, especialmente em público ou em questões burocráticas e não impõem respeito. O privilégio da respeitabilidade também aparece entre as dinâmicas do racismo, do sexismo e da homofobia, nas trocas diárias, quando negros/as, mulheres e homossexuais devem provar sua respeitabilidade; tornando a questão um privilégio exclusivo de homens brancos e héteros. “Por essa razão, não-profissionais em busca de um empréstimo ou emprego, da compra de uma casa ou um carro, tentarão parecer “profissionais” e “respeitosos” nessas situações.” (Young, 1990, p. 58). Nesse sentido, a falta de participação dessas pessoas de forma regular na tomada de decisões, que afetam suas próprias condições de vida e de ação, representa uma significativa ausência de poder.

Imperialismo Cultural. O imperialismo cultural envolve o paradoxo de experimentar a si como um ser invisível e, ao mesmo tempo, marcado como diferente. Significa experimentar como os significados dominantes de uma sociedade tornam a perspectiva particular de um grupo invisível e, ao mesmo tempo, estereotipam esse grupo e os marcam como o/a ‘outro/a’. Dada à normalidade de suas próprias expressões culturais e identidade, o grupo dominante constrói a diferença para com outros grupos, em forma de ausência e negação. Enquanto seres desviantes e marcáveis, aqueles/as submetidos/as ao imperialismo cultural são estampados/as com determinada essência. Esse estereótipo os/as confina a uma natureza que, muitas vezes, torna-se associada aos seus corpos e, assim, não consegue ser facilmente negado. Por outro lado, na medida em que homens brancos e héteros escapam da marcação de grupos, possuem a liberdade de serem apenas indivíduos.

Aqueles que vivem sob o imperialismo cultural se encontram definidos por de fora, posicionados, alocados, por uma rede de significados dominantes que experimentam como provenientes de outro lugar, por aqueles com quem não se identificam e por quem não se identifica com eles. (Young, 1990, p. 59)

W.E.B. Du Bois (1903) caracterizou como “dupla consciência” a sensação de sempre enxergar a si através do olhar de outros/as. A dupla consciência atinge aos/às culturalmente oprimidos/as que se recusam a incorporar as visões desvalorizadas, objetificadas e estereotipadas de si. Ao mesmo tempo em que o sujeito deseja reconhecimento enquanto ser humano – capaz de ações, cheio de esperança e

possibilidades –, recebe apenas da cultura dominante o julgamento por ser diferente, marcado, ou inferior. O status do/a ‘outro/a’ cria experiências específicas não compartilhadas pelo grupo dominante e, muitas vezes, grupos culturalmente oprimidos são segregados e acabam ocupando posições específicas na divisão social do trabalho. Nesse sentido, a dupla consciência ocorre porque um indivíduo se encontra definido por duas culturas: uma dominante e outra subordinada.

Violência. Membros de determinados grupos vivem com o entendimento de que devem temer a ataques aleatórios e não provocativos – que não encontram explicação senão na humilhação e destruição de uma pessoa; tornando a violência psíquica frequente contra esses grupos. No entanto, é preciso levar em consideração que o que torna a violência uma face da opressão é menos o ato particular em si, e mais o contexto social a sua volta; o que termina por torná-lo possível e até aceitável. Em outras palavras, o que faz da violência um fenômeno de injustiça social é sua característica sistemática, sua existência enquanto uma prática social. A opressão da violência consiste não somente na definição específica de vítimas, mas no entendimento diário compartilhado por todos os membros de grupos oprimidos de que são suscetíveis à violação, unicamente por terem uma identidade de grupo. Apenas ao viver sob a ameaça de ataque a si ou a familiares/amigos/as, priva os/as oprimidos/as de liberdade e dignidade e, desnecessariamente, gasta sua energia. A violência contra grupos torna-se legítima a partir do momento que passa a ser tolerada, transformando-a em uma prática social; todos sabem que acontece e que continuará a acontecer. Ações violentas que ocorrem com certa frequência não mais surpreendem e passam a apresentar-se como uma possibilidade constante no imaginário social.

(...) a violação pelo estupro, agressão física, assassinato, e assédio às mulheres, pessoas de cor, gays, e outros grupos marcados é motivada pelo medo ou ódio por esses grupos. Às vezes, o motivo pode ser um simples desejo de poder, de vitimizar aqueles que são marcados como vulneráveis pelo fato social básico de serem sujeitos da violência. (Young, 1990, p. 62-63)

*

As cinco formas descritas acima são compreendidas por Young enquanto manifestações de opressões sobre um grupo. Individualmente, tais opressões podem compor inúmeras combinações que, por sua vez, formariam diferentes arranjos de

opressão; pelos quais poderíamos determinar de que maneira cada grupo específico é oprimido. Em linhas gerais, a exclusão sistêmica de grupos – ainda que sejam grupos majoritários – pode ser compreendida enquanto um sistema nivelado em estruturas implícitas e explícitas que reproduzem o processo de exclusão a partir da universalização de um comportamento padrão, considerado aceitável à participação social. Nesse sentido, quaisquer populações – majoritárias ou não – que não atinjam o comportamento considerado universal permanecem excluídas e oprimidas por um sistema que mantém afastado qualquer indivíduo que não sirva nos moldes do grupo universalmente dominante.

Voltando à proposta de pesquisa, é possível identificar uma variedade de intersecções entre os pontos apresentados e a realidade da população negra no Brasil. Embora não mude a realidade opressiva, vale a pena apontar certo enegrecimento da população brasileira. Possível reação da flexibilização de estereótipos associados aos/as negros/as. Essa flexibilização, por sua vez, é causada por uma mudança de incentivos no Brasil, onde ser negro/a deixa de ter apenas desvantagens. A existência de cotas para concursos em determinadas esferas/níveis de governo, das cotas universitárias, dos círculos de pressão para que os partidos lancem ao menos alguns/mas candidatos/as negros/as, são todos exemplos de novas pressões simbólicas com relação à população negra. Mas isso ainda significa afirmar que, no Brasil, a população negra é sistematicamente excluída, mesmo representando a maior parte da população. Além de sub-representada em quase todas as instâncias da vida social, principalmente nas que se referem às altas ocupações profissionais.

1.2. Racismo estrutural

Analisando e interseccionando os dados da população negra, é plausível afirmar que diversos aspectos da segregação racial, principalmente em relações sociais, não fazem necessariamente parte de um passado colonial do Brasil. Critérios raciais discriminatórios adotaram novas formas de atuação, se mostrando flexíveis e adaptáveis às suas limitações morais. Nesse sentido, o Brasil ainda é um país estruturalmente racista e, justamente por isso, a compreensão de suas questões sociais se apresenta com tamanha complexidade. Questões de mobilidade, ascensão social e profissional se encontram

intrinsecamente associadas a preconceitos de cor. Em adição, o próprio sistema de classificação de cor ou raça, definido pelo IBGE, é pauta de contradições no meio acadêmico e político.

Segundo Rafael Osorio (2003), todos os sistemas de classificação racial podem ser divididos em dois principais componentes. A classificação racial, entendida como um conjunto de categoriais em que os sujeitos da classificação poderão ser enquadrados, e o método de classificação, entendido como a maneira pela qual se define a pertença dos indivíduos. Enquanto a primeira varia de país para país, a segunda tende a variar pouco. Como apontado por Osorio, no sistema brasileiro são empregadas cinco categorias de “cor ou raça” e a identificação racial é feita por uso simultâneo dos métodos de autoatribuição e de heteroatribuição de pertença. Embora haja uma ideia generalizada segundo a qual a identificação racial é feita, exclusivamente, pela autoatribuição, em levantamentos domiciliares conduzidos pelo IBGE, a identificação racial também pode ser feita através de heteroatribuição. Ainda que a instrução seja para colher informações sem intervir ou influenciar a escolha do entrevistado, não é raro que nem todos os moradores estejam presentes no ato da entrevista; ou mesmo não tenham capacidade de responder por si, como crianças ou pessoas que estejam em situação especial. É importante ressaltar que, nesses casos, a heteroatribuição é realizada por indivíduos muito próximos ao sujeito da classificação, fazendo suspeitar de que não haja grande discrepância do que seria autoatribuído. Para efeitos gerais, o método predominante de identificação das pesquisas domiciliares é a de autoatribuição. Apesar de fundamentado, o método tem sido alvo de inúmeras críticas, tanto da sociedade civil, quanto de instâncias de deliberação governamental.

A grande questão da identificação por auto-atribuição envolve o problema da variação social da cor, pois a extensa literatura disponível sobre o assunto, a despeito das ênfases diferenciadas em classe ou raça, é unânime em afirmar que a ascensão social pode embranquecer (...). (Osorio, 2003, p. 13)

Partindo do contexto de um país que supervaloriza a branquitude, é de se esperar que a situação socioeconômica dos indivíduos atue como certo condicionante à autoatribuição.

Se, por exemplo, a grande diferença nas médias da renda domiciliar per capita de negros (pretos ou pardos) e brancos for considerada, poder-se-ia perguntar quanto dessa diferença, na verdade, dever-se-ia ao fato de a reivindicação da branquitude ser maior entre os mais ricos e menor entre os mais pobres. (Osorio, 2003, p. 13)

Um caso no Brasil chama a atenção. Durante a primeira fase do processo seletivo de 2013 para entrada no serviço diplomático brasileiro, teria sido descoberto que um homem de pele branca e olhos verdes havia se autodeclarado negro¹². Segundo o candidato, que se manifestou posteriormente, o motivo desta intencional falsa declaração foi a menor concorrência através dos 10% de vagas de preenchimento exclusivo para pretos/as e pardos/as. Embora seja sido pontual e oportunista¹³, suas implicações também têm origem neste problema. À primeira vista, a heteroatribuição da cor dos sujeitos conferiria maior objetividade à classificação e garantiria de fato, no caso das vagas exclusivas, a participação de indivíduos com a pele escura. No entanto, se levarmos em consideração que parte dos problemas em relação à autoatribuição no Brasil está relacionada às características particulares da ideologia racista brasileira, não há forma de garantir que, por sua vez, terceiros não extrapolariam sua própria subjetividade para avaliar a cor dos candidatos/as. Mas pensando melhor, se parássemos para observar quem são as pessoas que ocupam esses novos espaços destinados aos/às negros/as, talvez percebêssemos que mesmo dentro desse sistema da vantagem há filtros impostos que beneficiam àqueles que mais se aproximam de um padrão compatível com o dos/as brancos/as.

Outro caso interessante se passou na Universidade de Brasília, primeira universidade pública federal a adotar o método de entrada através de cotas raciais no Brasil. Em 2011, durante a época de entrada pelo vestibular, irmãos gêmeos univitelinos foram avaliados por critérios distintos na universidade. Ambos se inscreveram no sistema de cotas para o vestibular, entretanto, apenas um deles foi considerado – pelo o que, posteriormente, foi batizado como ‘Tribunal Racial da UnB’ – negro e, portanto, teve sua participação aceita para a concorrência através do sistema de cotas. Ao contrário da maioria das universidades que possuíam sistemas de cotas na época, a seleção de alunos/as no sistema adotado pela UnB tem como critério a raça ou cor do vestibulando. Para participar, todos/as os/as candidatos/as tinham que comparecer a um posto de atendimento na UnB e tirar fotos para serem anexadas às suas respectivas fichas de inscrição. Em sequência, as fichas são avaliadas por uma banca responsável pela decisão da aprovação ou reprovação do/a candidato/a para participar do ingresso na universidade

¹² Informação retirada da internet: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/07/24/medico-branco-se-diz-cotista-no-itamaraty.htm>

¹³ Pontual e oportunista porque também pôde ser observado um maior número de ‘mestiços/as’ ou ‘pardos/as’, de pele menos escura, que sempre foram motivados a se colocar enquanto brancos/as, e que agora percebem circunstâncias em que ser negro/a trazer alguma vantagem. O que não exclui que essas vantagens também tragam com si o despertar de um enegrecimento oportunista.

através do sistema de cotas. Este caso descrito é também exemplo da complexidade do sistema de classificação racial brasileiro. Assim como o primeiro, é possível perceber como os métodos de classificação racial no Brasil são frágeis.

Através dos exemplos citados acima, também é possível observar a sofisticada influência do racismo em nossas estruturas sociais. Se, por um lado, a heteroclassificação ainda é necessário para uma percepção fiel à realidade, por outro, só a autoclassificação não diminui as margens para falhas. Além do oportunismo, o sistema de autoclassificação não prevê que a sensibilidade do modelo brasileiro gera incentivos para que indivíduos se afastem daqueles com identidades negras rígidas e busquem se aproximar do lado mais branco no gradiente de cores. Nesse sentido, na medida em que os agentes são introjetados com uma seletividade estrutural que exclui indivíduos a partir de uma classificação, há um reconhecimento de sua posição e, conseqüentemente, uma calibragem de suas ambições e expectativas (Bourdieu, 2006).

Se, como afirma Young, a identidade do indivíduo é produto de uma construção social, seria possível atribuir a alguém o papel de validar a autoatribuição de outros? Nessa mesma direção, a psicanalista Neusa Santos Souza (1983) afirma que ser negro/a no Brasil não é uma condição inata, mas um processo que o/a tornar negro/a.

É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (1983, p. 77)

Nesse sentido, e dentro do contexto brasileiro, a discriminação racial é também agente ativo de uma construção social enviesada por ideais sociais específicos. A formação de grupos, portanto, apresenta associação explícita com os processos sociais da construção de identidades. Um olhar direcionado às questões sociais do Brasil demonstra a maneira cruel pela qual a discriminação racial se incorporou a todos os espaços, públicos ou privados.

1.3. Racismo à Brasileira?

Por quê? O que torna o “racismo” no Brasil diferente? A miscigenação histórica que criou um grupo intermediário entre “brancos” e “negros” que “borrou” as fronteiras entre a “raça branca” e a “raça negra”? O fato de que muitos negros não se assumem como negros? A força da ideologia da “democracia racial” que faz com que os processos de exclusão ocorram de forma diferente, mais velada? (Hofbauer, 2003, p. 6)

De que forma explicar as especificidades do racismo no Brasil? Como antes mencionado, o conceito de raça surge, enquanto categoria biológica e essencializada, sobretudo, a partir do século XIX; através das buscas de cientistas europeus/eias e norte-americanos/as pela causa das diferenças no corpo humano. Hoje em dia, do ponto de vista científico, é consenso que raça não pode ser aplicada como classificação entre seres humanos, sendo considerado um conceito, exclusivamente, sociológico. No entanto, pode-se dizer que, no Brasil, o consenso em torno de raça e, principalmente, sobre o racismo, resume-se a pouco mais do que isso. No que diz respeito ao “fenômeno da discriminação racial”, como descreve Andreas Hofbauer (2003, p. 64), encontramos uma considerável distinção de interpretações – sejam acadêmicas ou políticas. Isso significa que não se pode dizer que, no Brasil, a prática do racismo seja entendida de maneira, minimamente, una. Podemos dizer, contudo, que para além de sua origem social, também há o consenso de que o racismo brasileiro possui suas próprias especificidades; tratando-se de um fenômeno único e, portanto, distinto dos observados nos Estados Unidos, na Europa ou em África.

Categorias como *branco/a* e *negro/a* não foram criadas para descrever de forma objetiva a pigmentação da pele ou o fenótipo de cada indivíduo. Anteriores ao discurso racial, *branco/a* e *negro/a* são associações criadas para definir ideais morais-religiosas. Essas categorias representam a “percepção” da cor (ou do fenótipo) orientada pelas relações de poder e pelo lugar em que os indivíduos ocupam em contextos sociais específicos. Nesse sentido, desenvolveu-se um ideal, com valor social para a maioria da população brasileira, que direcionava as pessoas a “negociar” suas identidades em vez de explicitar o conflito racial e estabelecer identidades específicas/fechadas aos grupos: o ideal de embranquecimento. É também com base nessa percepção, que Guimarães (1995) afirmou que a variedade e o uso flexível de cores de pele são, implicitamente – por vezes, explicitamente –, um não-reconhecimento da realidade, ou a expressão de uma falta de consciência social sobre si. Nesse sentido, haveria no Brasil uma estrutura própria – em termos de sistema classificatório – que resulta de um *etos* que privilegia os meios-tons e

ambivalências e que abomina levantar uma fronteira rígida entre brancos/as e negros/as. (Hofbauer, 2003, p. 66).

Como bem descrito na tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (1962), o preconceito de raça/cor, no Brasil, age como componente organizacional de uma sociedade de castas. De tal modo que, a representação de negros/as como socialmente inferiores não só corresponde à uma situação real, mas também aos valores dominantes nessa sociedade. Valores que, por sua vez, agem enquanto componente essencial e natural ao sistema de castas. É dessa forma que a função reguladora do preconceito age disciplinando as expectativas e possibilidades de ascensão social (Guimarães, 2004, p. 9).

Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o “problema do negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo, o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que torna arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. (Cardoso, 1962, p. 281)

Para Hofbauer (2003, p. 90), o ideal de embranquecimento nunca se resumiu à ideia de “transformar” uma cor/raça em outra, mas na crença de que a possível transformação da cor (da raça) ofereceria um suporte ideológico para a manutenção do poder patrimonial-escravista. A ideologia de branqueamento, em si, traz um enorme potencial de resistência a qualquer tentativa de essencializar os limites de cor/raça; à exemplo não só da baixa porcentagem de pessoas que se autodeclaram negras, mas da variedade de termos existentes para classificar a cor/raça de indivíduos – em fuga da “ofensiva” palavra preto/a e negro/a. A complexidade do racismo não se dá apenas através de discriminação e tentativas públicas de constrangimento, mas também em torno do discurso sobre os processos de inclusão e exclusão; normalmente desassociados à raça. A diferença entre os fatos reais e o discurso que se profere sobre a realidade consiste, em si, em um elemento essencial ao racismo no Brasil. “Não existe um ‘etos’ brasileiro em que a cor/raça seja uma característica ‘imperceptível’, assim como cor/raça não são uma existência em si, não tem um significado que independa do ‘mundo de valores’ e dos ‘ideais culturais’.” (2003, p. 92). Nesse sentido,

Uma vez que reconhecemos que “raça” como também “negro” e “branco” não são “dados naturais”, mas —construções sociais que estão ligadas a “idéias culturais” que têm sido usadas como critérios de inclusão e exclusão, reivindicado que deveríamos tratar tais conceitos também como parte integrante importante da história

da discriminação, i.é., como elementos ideológicos fundamentais da história do racismo. (Hofbauer, 2003, p. 9)

A ideia de que pessoas negras e brancas viviam – e vivem – no Brasil de forma harmoniosa, gozando de mesmas oportunidades, é uma construção que deve ser ultrapassada. Desde a suposta tentativa de sua reinserção em sociedade, a população negra experimenta desvantagem em todas as instâncias da vida social. Durante muito tempo, os incentivos a ideologias como a democracia racial, puseram de lado a importância de estudos transversais à raça no Brasil. Nesse sentido, Albernaz e Azevedo afirmam que, ao fim da escravidão, adotou-se no país uma noção de raça e de distinção racial, onde

(...) a questão da cidadania e da igualdade dos negros, que poderia ter sido oportunizada àquela época da abolição, foi abortada, no entendimento de que a igualdade jurídica não poderia superar uma desigualdade natural (Schwarcz, 1996, p. 147-185). Isso espelhou efeitos de negação da cidadania aos homens e mulheres negros em todas as dimensões de sua vida social. (2013, p. 35)

Para esses autores, o surgimento dos anseios nacionalistas a partir dos anos 1930 marcou a passagem da mestiçagem para uma “decadência racial” e, conseqüentemente, a emergência da ideia de que, no Brasil, não haveria distinções raciais marcadas, mas uma identidade nacional diversa e de convivência harmoniosa.

Na mesma direção, Guimarães (2004) elabora uma reflexão sobre essa discrepância entre os avanços empíricos em discussões raciais e seus desdobramentos efetivos no que diz respeito à compreensão das relações raciais no Brasil. E afirma que,

Os estudos de relações raciais, no Brasil, permanecerão por muitos anos prisioneiros dessa agenda¹⁴, período em que se discutirão basicamente a existência ou não do preconceito racial no Brasil e a nossa diferença específica em relação aos Estados Unidos. (2004, p. 6)

Guimarães não se enganou. Como podemos observar, os cenários abertos às discussões raciais no Brasil apresentam características bem semelhantes com a previsão descrita acima. Ainda que o aumento exponencial de estudiosos que se dispõem a discutir a temática seja palpável, em grandes debates, continuamos a desprender muito tempo em teorias de convencimento sobre os efeitos e a permanência do racismo brasileiro –

¹⁴ A agenda à que se refere o autor é aquela formulada nos Estados Unidos, em meados de 1910, para responder à questão racial americana.

restringindo as alterações mais produtivas aos mesmos espaços – sejam acadêmicos ou políticos –, entre as mesmas pessoas.

A consequência imediata dessa estagnação na evolução desse debate é a manutenção de estruturas ideológicas que continuam a reproduzir ideias segregacionistas sutis, cujos efeitos são alarmantes.

Capítulo 2

A racialização dos espaços

Mesmo que hoje, diferentemente de um passado não muito remoto, a grande maioria dos especialistas reconheça que a sociedade brasileira não está livre da pecha do racismo, não há consenso em torno dos métodos que possam ser eficazes para enfrentar este problema social. E muito menos em torno da maneira de analisar, de forma adequada, este fenômeno social: a prática do racismo.

Andreas Hofbauer (2003, p. 63)

Anos se passaram do projeto de unificação nacional através da mestiçagem, mas ainda há uma tendência em abordar relações raciais no Brasil a partir de um suposto “etos brasileiro” – atrelado também à simpatia, à malandragem e à própria mestiçagem do povo. No entanto, ainda que a democracia racial tenha se descoberto mito, sua existência [do mito] em si constitui em um ideal, em um valor social para a maioria da população brasileira. É exatamente nesse sentido que, não basta apenas que desmascaremos o mito, é preciso entender o porquê de as pessoas evitarem o explícito conflito; preferindo negociar suas identidades – vide o grande espectro de cores com que podemos classificar indivíduos –, em vez de criar/assumir identidades fechadas (Hofbauer, 2003, p.64). Existiria, portanto, no Brasil, uma espécie de sistema classificatório próprio que privilegia meios-tons e recusa o levante de uma fronteira rígida entre brancos/as e negros/as. Sistema esse que, por sua vez, estaria em comum acordo com um projeto de modernização do país que perpassava o branqueamento da população.

No que diz respeito aos elementos causais da política de branqueamento, vale destacar que, ideias de “branco” e “negro” são bem anteriores ao discurso racial e nunca foram uma maneira objetiva de observar o mundo natural. Eram categorias associadas a ideais morais-religiosos em que à cor branca era atribuída a inocência, o puro, o divino e à cor negra atribuída ao mal, às trevas, ao diabólico. De maneira semelhante, os argumentos dominantes para a evangelização e a escravização de negros/as não se baseavam exclusivamente na ideia de que a humanidade estaria dividida em raças, mas em um ideal moral-religioso em que negritude era sinal de pecado. Com o tempo, a força simbólica das cores branca e negra passaram a ser concebidas e interpretadas em novas visões científicas sobre o homem e o mundo (Hofbauer, 2003, p. 70-73). É através dessa

construção delicadamente estruturada que o racismo permanece influenciando e determinando relações sociais de desigualdade e justificando violências dirigidas à população negra; mantendo negros/as em constante desvantagem em relação aos não-negros/as. No caso específico do Brasil, o racismo aqui estruturado apresenta tamanho sucesso que não só evitamos discussões sobre raça, mas insistimos em interpretar dados explícitos sobre sub-representação, violência, expectativa e qualidade de vida, oportunidades educacionais e profissionais, mobilidade social como desconexos à questão racial. Entretanto, pesquisas promovidas por instituições como Ipea e IBGE apontam uma enorme discrepância entre a experiência social de negros/as e de não-negros/as no Brasil.

2.1. População negra no Brasil

O 4º Boletim de Análise Político-Institucional, lançado pelo Ipea em 2013, aponta que ao nascer com a pele escura a expectativa de vida de um indivíduo em relação àqueles de cor clara, diminui. Apesar de constituírem um contingente de 97 milhões de pessoas autodeclaradas, negros/as ainda são os maiores alvos de violência, e são os que menos prestam queixas à polícia em casos de agressão, por não acreditarem ou por terem medo da instituição. Dados divulgados pela pesquisa afirmam que brasileiros/as pretos/as e pardos/as, sendo ricos/as ou pobres, homens ou mulheres, têm quase oito vezes mais possibilidade de se tornarem vítimas de homicídio do que não-negros/as. A cada três assassinatos, duas vítimas são negras; criando relação direta entre homicídio, cor, condição social e escolaridade. Ainda de acordo com o Ipea, a chance de um/a adolescente negro/a ser assassinado/a é 3,7 vezes maior do que um/a jovem branco/a. Segundo a Pesquisa Nacional de Vitimização¹⁵, em 2009, negros/as foram as maiores vítimas de agressão policial. No mesmo período, 6,5% dos/as negros/as que sofreram algum tipo de agressão, foram agredidos/as por policiais ou seguranças privados, em comparativo aos 3,7% de brancos/as. Analisando as mais de 60 mil pessoas assassinadas por ano no Brasil, a taxa de homicídio de negros/as é 135% maior do que a de não-negros/as –

¹⁵ Pesquisa realizada pelo IBGE, 2010.

representando, respectivamente, 36,5 por 100 mil habitantes e 15,5 por 100 mil habitantes.

Em novembro de 2013, o Ipea lançou uma nota técnica que calculou, para cada estado brasileiro, os impactos de mortes violentas (acidentes de trânsito, homicídio, suicídio, entre outros) na expectativa de vida de negros/as e não-negros/as, com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS) e no Censo Demográfico do IBGE de 2010. O estudo analisou que as diferenças entre os índices de mortes violentas podem estar relacionadas a disparidades econômicas, demográficas, e ao racismo. O estudo trabalha com o universo dos indivíduos que sofreram morte violenta entre 1996 e 2010 e afirma que a cor da pele – quando preta ou parda – aumenta em cerca de oito pontos percentuais na probabilidade da vítima ter sofrido homicídio. Em termos gerais, se observados por região, dados mostram que a perda de expectativa de vida de homens negros é maior nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste; para homens não-negros, a perda maior se concentra nas regiões Sul e Sudeste. Quando analisados por unidades da federação, o estado de Alagoas apresenta a maior diferença entre negros/as e não-negros/as¹⁶, com uma taxa respectiva de 80,5/100 mil indivíduos, contra 4,6/100 mil indivíduos; isso significa que temos 17,4 negros/as assassinados/as para cada assassinato de um/a não-negro/a. O estado alagoano encabeça a lista, seguido pelo Espírito Santo (5,2 anos) e Paraíba (4,8 anos).

Oposta, Santa Catarina é o estado que apresentou a menor diferença de perda de vida entre negros/as e não-negros/as, respectivamente 13,4/100 mil indivíduos e 12,6/100 mil indivíduos. A segunda menor foi São Paulo, registrando 16,2/100 mil assassinatos de negros/as contra 12/100 mil assassinatos de não-negros/as. Dentre todos os demais estados, no Distrito Federal, a taxa de homicídios de negros/as é de 52,7/100 mil indivíduos, enquanto a de não-negros/as é de 10/100 mil indivíduos. Calculando a média brasileira, 2,4 negros/as são assassinados/as para cada indivíduo de outra cor. Quando consideradas todas as violências letais – o que inclui homicídios, suicídios e acidentes –, homens negros possuem a maior perda de expectativa de vida com 3,5 anos, enquanto os não-brancos apresentam 2,57 anos. Isolando os casos de homicídios, homens negros perdem 1,73 anos de vida ao nascerem, contra os 0,81 anos dos homens de outra cor. Entre as mulheres, a perda de expectativa de vida para as mulheres negras é de 0,65,

¹⁶ O estudo trabalha com a categoria de não-negras que agrega brancas, indígenas e indivíduos de cor amarela, de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE e pelo SIM/MS.

enquanto a soma para todas as mulheres de outra cor é de 0,74. Em adição aos dados sobre violência, mortalidade e expectativa de vida, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) mostra que, em 2010, das 49.932 pessoas vítimas de homicídio, 70,6% eram negras. Sendo dessas, 26.854 eram jovens entre 15 e 29 anos (53,5% do total) e, entre esses, 74,6% das vítimas eram negros/as e 91,3% eram do sexo masculino.

No Brasil, a excessiva taxa de violência contra a população negra, em especial ao homem negro jovem, se tornou tão rotineira que seria plausível afirmar que a população como um todo se mostra altamente tolerante à situação precária em que se encontra a população negra. Da mesma maneira com que negros/as vivem sob o entendimento de que são alvos em potencial sem necessidade de explicação, negros/as e não-negros/as pouco ou nada se surpreendem ou mobilizam diante tal conjuntura. E é nessa direção que, o que torna sistêmica a violência direcionada à população negra é o contexto social que a transforma [a violência] em um fenômeno aceitável e, portanto, sua existência, em uma prática social.

Quando explorada a categoria de distribuição da população por faixa de renda, constatou-se que 11,6% da população negra estão entre os/as brasileiros/as 10% mais pobres, enquanto brancos/as ocupam apenas 5,41% desse quantitativo. De maneira inversa, 6,8% de negros/as são parte dos/as brasileiros/as 10% mais ricos/as, contra 17,82% de brancos/as. O IPEA, em parceria com o UNIFEM, realizou levantamento sobre desigualdades de gênero e raça, em 2005 e apontou uma pior situação de negros/as e mulheres em praticamente todos os indicadores analisados. A pesquisa mostra que as mulheres negras possuem os piores postos de trabalho, recebem os menores rendimentos, sofrem mais por relações informais de trabalho e ocupam as posições de menor prestígio na hierarquia profissional. Dividida em temas, o resultado da pesquisa apresenta aspectos interessantes. No que diz respeito à entrada no mercado de trabalho, dados apontam que negros/as tendem à uma inserção mais cedo e uma saída tardia. A também entrada precoce – e muitas vezes forçosa devido sua situação financeira – de crianças e jovens e a consequente necessidade de coincidir trabalho e estudo resultam em alta taxa de evasão escolar, majoritariamente de negros/as, e piores performances no sistema educacional. Observando dados sobre desemprego, quase 8% dos homens e 10,6% dos/as brancos/as encontravam-se desempregados/as em 2003; valores que apresentam aumento considerável no caso de mulheres e de negros/as, com respectivamente 12,4% e 12,6%. A pesquisa também mostra que entre homens brancos e mulheres negras, a taxa de desemprego apresenta 9 pontos percentuais de diferença – 8,3% para homens brancos e

16,6% para mulheres negras. São, inclusive, as mulheres pretas e pardas as mais penalizadas no mercado de trabalho, destacando-se sua elevada concentração no emprego doméstico (22,4%) e entre trabalhadores/as sem remuneração (10,2%).

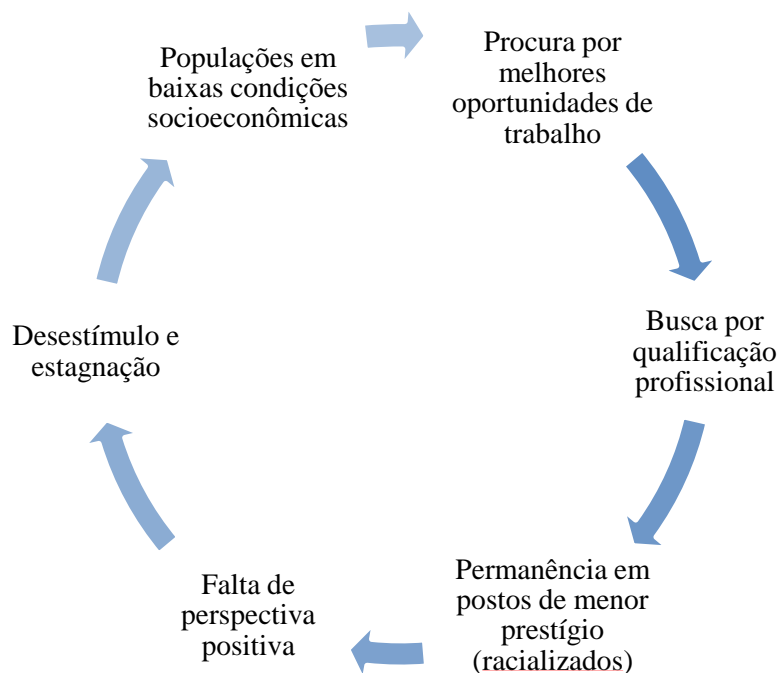
Dados como os acima bem exemplificam estudos, como o de Carlos Antônio Ribeiro (2006), que aponta a discriminação por cor de pele como aspecto relevante na baixa demanda de negros/as por trabalhos em postos de maior qualificação, assim como possível bloqueador de oportunidades de crescimento profissional. Dentre outros efeitos, a criação de estereótipos negativos compromete diretamente na formação da identidade e da autoestima de crianças e jovens negros/as, além de reforçar o baixo status econômico dessa população. Utilizando modelos estatísticos para verificar as bases das desigualdades de oportunidade entre negros/as e brancos/as, esse estudo de também apresentou outros interessantes resultados, principalmente no que diz respeito à mobilidade social. Em sua pesquisa, Ribeiro realizou uma análise detalhada de três aspectos da mobilidade social, enfatizando, em todas, as comparações entre os efeitos da cor da pele e da classe de origem: (1) as desigualdades de oportunidades de mobilidade intergeracional entre classes de origem e de destino; (2) as desigualdades nas chances de fazer transições educacionais; e (3) os efeitos da educação alcançada e da origem de classe nas chances de mobilidade social. O resultado das análises demonstra que as oportunidades de mobilidade de brancos/as são maiores do que as de pretos/as e pardos/as. Entretanto, a análise do primeiro aspecto apresenta que para indivíduos com origens nas classes mais pobres¹⁷ não há desigualdade racial nas chances de mobilidade ascendente; ou seja, em estratos mais baixos, Ribeiro não encontrou disparidades das dificuldades enfrentadas por brancos/as, pretos/as e pardos/as. Em contrapartida, em classes sociais mais altas, percebeu-se que brancos/as têm maior chance de imobilidade no topo da hierarquia de classes; enquanto pretos/as e pardos/as têm maiores chances de mobilidade descendente. “Esses resultados revelam que: a desigualdade de oportunidades está presente no topo da hierarquia de classes” (2006, p. 18). No segundo aspecto, resultados indicam que as desigualdades de transição educacional se encontram tanto em termos de cor da pele quanto de classe de origem. Isso significa que, ter origens nas classes mais altas e ser branco/a – ao invés de preto/a ou pardo/a – aumenta as chances de um indivíduo realizar as transições educacionais com sucesso. Nos resultados do

¹⁷ Para o autor, classes são definidas por características socioeconômicas – que incluem, principalmente, as chances de obter sucesso nas transições educacionais (2006, p. 6).

terceiro aspecto, o efeito raça sobre as chances de mobilidade, levando em conta classe de origem e escolaridade, aparece para indivíduos com mais de 10 ou 12 anos de educação. Nessa faixa, brancos/as têm, em média, três vezes mais chances do que pretos/as e pardos/as de mobilidade ascendente para classes mais privilegiadas. Chama a atenção que, nas últimas décadas, as condições de vida para a população brasileira tenham melhorado, mas as discrepâncias sociais, econômicas e culturais entre negros/as e brancos/as permanecem constantes; mantendo negros/as sempre em desvantagem aos/as brancos/as.

É assim que, a racialização de postos de trabalho resulta, genericamente, em um ciclo que nem mesmo a transição educacional consegue desfazer. Buscando oportunidades para ocupação de cargos que lhe garantam ascensão profissional e maior satisfação, trabalhadores/as negros/as procuram qualificação. No entanto, na maioria das vezes, a qualificação adquirida não se traduz em ascensão profissional, mantendo esses/as trabalhadores/as estagnados/as em cargos de baixa qualificação. Por sua vez, essa consequente estagnação acarreta uma falta de perspectiva positiva, provocando desestímulo, do próprio indivíduo ou de suas gerações futuras, em buscar por mais qualificação. No fim, o desestímulo generalizado de uma população – considerando que os mais jovens incorporam a falta de perspectivas pela experiência observada – age na sua manutenção em baixas condições socioeconômicas. A inibição do desenvolvimento das capacidades individuais, a falta de poder de decisão e a exposição ao tratamento desrespeitoso devido ao status ocupado por diferentes indivíduos, são todas sequelas de uma construção social que explora, torna impotente e incorpora papéis específicos para negros/as no Brasil.

Gráfico 1: Ciclo de racialização de postos de trabalho



Fonte: autoria própria

Através dos resultados da PNAD de 2006, foi possível perceber a crescente ocupação do mercado de trabalho informal por pretos/as e pardos/as, principalmente mulheres. Enquanto 53,3% da População Economicamente Ativa (PEA) branca estavam inseridas em ocupações informais, o percentual da PEA preta e parda atingia os 65%. Aplicando um recorte de gênero, 51,1% dessa PEA branca eram masculina e 54,1% eram feminina. Quando segregados dados de raça, 61,5% da PEA preta e parda eram de homens e quase 75% eram mulheres. No que diz respeito à ocupação profissional, a primeira publicação do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, divulgada em dezembro de 2014, aponta que meninos negros são as principais vítimas de trabalho infantil no Brasil. Enquanto 5,8% dessa faixa da população desempenham algum tipo de trabalho, a taxa de ocupação para meninos brancos é de 3,7%. Entre as meninas, o índice é de 2,9% para negras e 2% para brancas. Por sua vez, o Distrito Federal é a unidade da federação que apresentou a maior queda nos números de trabalho infantil, hoje com 0,7% de crianças em situação de exploração. Entretanto, essa redução não veio acompanhada de uma mudança social no que diz respeito ao perfil dessas crianças. Segundo dados da PNAD 2011, o contingente de crianças que se ocupam com afazeres de casa é todo constituído por meninas negras entre 16 e 17 anos. Nesse sentido, se designarmos o termo

marginal às pessoas que o sistema trabalhista não pode – no caso da falta de qualificação – ou não quer – agindo estritamente no sentido de postos racializados – utilizar como mão de obra, a discriminação racial se apresenta como nítido condicionante à marginalização de negros/as na sociedade brasileira.

Outros obstáculos relacionados à resistência em lidar com a população negra e à intolerância no que diz respeito à sua cultura e religião, são problemas que englobam sua condição desvantajosa na sociedade. Embora haja mais de 10 anos da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas, ainda são poucas as que de fato a põem em prática. Seja por falta de conhecimento sobre o assunto ou opinião contrária à obrigatoriedade do seu ensino. Passando para situações mais extremas, segundo o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, a quantidade de denúncias de intolerância religiosa cresceu mais de 600% entre 2011 e 2012; são episódios motivados por atitudes e ideologias ofensivas às crenças e práticas religiosas de matrizes africanas e são constantes no país. No ano de 2013, a PUC – Rio organizou um levantamento para mapear terreiros na cidade. Segundo a pesquisa, das 847 casas mapeadas, 430 já sofreram algum tipo de prática de intolerância religiosa. Nessas situações, as agressões mais comuns são de linchamento moral, cultural e histórico e os terreiros costumam ser depredados, alvejados e/ou queimados. Em alguns casos, Ialorixás e Babalorixás¹⁸ chegaram a ser expulsos de suas comunidades. Assim, seria plausível dizer que o preconceito e as chamadas ‘conversões’ religiosas fizeram com que o número absoluto de pessoas que se dizem praticantes de religiões de matrizes africanas tenha diminuído. Segundo o IBGE, das 575 mil pessoas autodeclaradas praticantes em pesquisas anteriores, apenas 470 mil se disseram praticantes no ano de 2010.

2.2. O problema da sub-representação

Levantamentos como os expostos demonstram a precariedade com que vive a população negra no Brasil. Os mecanismos pelos quais se estruturou o racismo aqui resultaram numa espécie de demonização tanto dessa população, quanto de suas práticas culturais. O “imperialismo cultural envolve a universalização da experiência e cultura de um grupo dominante, e seu estabelecimento como uma norma.” (Young, 1990, p. 59). E

¹⁸ Respectivamente, sacerdotisas e sacerdotes de religiões afro-brasileiras.

a manutenção de um ideário de branqueamento, onde é aceito apenas o *indivíduo padrão* – homem, branco, hétero, cis, proprietário – como o indivíduo universal, torna as especificidades culturais, religiosas e mesmo de aparência física da população negra inaceitáveis. É justamente no ideal de embranquecimento que encontramos talvez um dos mais perversos elementos do racismo estrutural no Brasil, um projeto que funde *status* social elevado com a cor/raça branca e que projeta a possibilidade de transformação da cor de pele ou de metamorfose de raça de acordo com a aproximação de um ideal social, moral, religioso.

Mesmo que a libertação da escravidão e a chance de ascender socialmente tenha representado para muitos escravos não tanto uma realidade factível para a sua própria vida, mas muito mais uma promessa para futuras gerações, a instituição da “alforria” exercia um papel-chave dentro do sistema patrimonial escravista. Ao permitir que os escravos alimentassem a esperança de uma possível melhora de vida pela superação do *status* de escravo, a alforria pacificava a vida cotidiana. Sabe-se que a chance de conquistar a carta de alforria dependia, em primeiro lugar, das relações entre o senhor e o escravo. Normalmente, apenas escravos que já tinham prestado serviços durante longos anos (muitas vezes escravos velhos) podiam contar com esta “gratidão” por parte do senhor. (Hofbauer, 2003, p. 78)

Com o início do longo processo de abolição da escravatura no Brasil, é curioso observar que todos os projetos políticos cujos objetivos incluíam abolir a escravidão, visavam também a importação de mão-de-obra branca. Até os mais progressistas estavam convencidos de que a mão-de-obra branca seria mais produtiva do que a negra. O branco já não mais simbolizava apenas um valor moral-religioso desejável ou *status* de liberdade, mas também a ideia de progresso para o país. Foi nesse sentido que o desenvolvimento do ideal de embranquecimento da população brasileira trouxe consigo um anseio generalizado por tornar-se branco. Aqui está a perversidade do racismo brasileiro:

(...) o ideário do branqueamento em suas várias fases históricas, nunca se resumiu à ideia de “transformar uma cor/raça em outra”. A crença na possibilidade de uma metamorfose da cor de pele (da raça), ofereceu um suporte ideológico para a continuidade do exercício do poder patrimonial-escravista. (...) Esta prática social, que permaneceu viva neste século que passou, contribuiu não apenas para encobrir o teor discriminatório embutido nesta construção ideológica, mas também para abafar uma reação coletiva. (Hofbauer, 2003, p. 90)

A organização social e o conteúdo cultural da história social brasileira podem ser entendidos como a composição de uma dinâmica de diferentes identidades; e a realidade

como fruto das relações conflituosas entre indivíduos que ocupam posições desiguais na sociedade. Como sugere Bernardino, em consequência do mito da democracia racial, se desenvolveu a crença de que no Brasil não haveria raças, mas uma classificação com base na cor – cujos objetivos meramente descritivos não trariam quaisquer implicações político-econômico-sociais (2002, p. 55).

No entanto, a realidade mostra que os estereótipos estabelecidos confinam grupos ditos¹⁹ minoritários à uma natureza que, muitas vezes, está ligada aos seus corpos e que, portanto, não pode ser negada. A consequência imediata desse processo é a cristalização de indivíduos específicos em espaços demarcados. No que diz respeito à racialização do espaço, Sansone (1996) definiu três áreas das relações de cor: *áreas duras*, *áreas moles* e *espaços negros*. De um lado, *áreas duras* são o mercado de trabalho, as relações familiares, os contatos com a polícia – nelas, não há ou há poucas possibilidades de negros/as transitarem. Do outro lado, *áreas moles* são todos aqueles espaços nos quais ser negro/a não se configura um “problema” – em alguns casos pode até conferir prestígio, como é no entretenimento. Nessa divisão, *espaços negros* se colocam de maneira implícita – em igrejas, círculos espíritas, em que o racismo e o uso de termos de cor são evitados – ou explícita – em blocos carnavalescos, terreiros ou rodas de capoeira, em que ser negro/a é vantajoso²⁰.

Com o passar dos anos, a literatura sobre racialização de postos e sub-representação vêm adquirindo maior espaço no meio acadêmico. Entretanto, ainda são poucas as pesquisas e análises que se dispõem a destrinchar os reais motivos pelos quais pretos/as e pardos/as permanecem às margens de grandes espaços deliberacionais. Nesse sentido, a esfera política serve de exemplo, enquanto uma *área dura*, na medida em que exclui a maioria da população e cristaliza uma elite bem demarcada em espaços de deliberação. Embora 55% do eleitorado brasileiro se declarem pretos/as ou pardos/as, ainda vivemos em um país que limita a participação de negros/as para esferas culturais, esportivas, de entretenimento e perpetua obstáculos à sua presença em esferas mais elitizadas, como a política. A ideia permanente de infantilização, irracionalidade e incapacidade, associada aos/às negros/as quando falamos em grandes temáticas, é

¹⁹ O termo “dito” descrito aqui tem o objetivo de destacar o uso indevido do adjetivo minoritários quando se faz referência à população negra brasileira; visto que, no Brasil, mais de 50% de sua população autodeclara-se negra.

²⁰ É importante ressaltar que o adjetivo vantajoso se refere aqui à uma vantagem objetiva na concorrência com pessoas de outras cores/raças.

demonstrativo do tipo de socialização reservada à essa população. Concretizado em um ciclo quase inquebrável, pois da mesma forma com que a imagem da população negra os/as afasta de esferas como a política, sua ausência nesses espaços serve também como subsídio à cristalização dessa imagem precarizada.

Ao discutirmos representação política, devemos levar em consideração a relação inevitável entre as preferências individuais e coletivas; a combinação de igualdade política e capacidade diferenciada e; o risco de manipulação do processo decisório, como obstáculos à efetividade da própria democracia. Em tese, o sufrágio universal surge como via auxiliar à condução de grupos marginalizados ao centro do debate político. Na prática, o reducionismo do processo eleitoral favorece a manifestação de interesses individuais, em detrimento dos coletivos. Na concepção moderna de democracia, o respeito máximo às identidades e preferências individuais torna o auto interesse – principalmente no processo decisório eleitoral – a força motivadora do comportamento político (Sunstein, 2009, p.220). E, uma vez que cada indivíduo possui diferentes incentivos para unificação de interesses coletivos, a individuação do processo eleitoral gera uma maior valoração à consciência individual. Em última instância, a consciência coletiva é deixada de lado; reservando espaço para a desmotivação coletiva e a desmobilização de grupos em desvantagens.

A individualização da participação política e a visão do processo eleitoral como agregação de preferências preexistentes favorecem sistematicamente a realização dos interesses dos patrões, ao passo que os trabalhadores estão submetidos a pressões contraditórias — em especial, à "ambigüidade entre melhoria individual versus melhoria coletiva da própria situação, entre conceitos econômicos versus conceitos políticos dos próprios interesses, entre suas identidades como consumidor e produtor, entre as prioridades de salários mais altos versus melhores condições de trabalho e emprego mais seguro, e entre alternativas de comportamentos fundados na competitividade individual ou na solidariedade de classe" (Offe e Wiesenthal, 1984, p. 89). (Miguel, 2000, p. 96)

Conseqüentemente, a separação entre governantes e governados/as; a formação de uma elite política – cuja tendência cristalizadora é reforçada pelo processo de decisão política – e; a provável ruptura de vínculos entre representantes e representados/as, se apresentam enquanto problemáticas à construção de uma representação democrática. Isso significa que, enquanto o comportamento excludente do campo político mantém representantes e representados/as afastados, gera-se uma elite dita dotada de *expertise* política; contribuindo para a ruptura de laços já enfraquecidos – também em função de características sociais distintas – entre eleitos/as e eleitorado. No meio tempo, os ditos

cidadãos/ãs médios permanecem “desinteressados/as” e apáticos/as à política, cumprindo papel fundamental na manutenção da estabilidade de um sistema que amortece o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças (Berelson, 1952 *apud* Pateman, 1992, p. 16-17).

Sartori sustenta que a tentativa de encontrar uma resposta para essa questão é um esforço equivocado, uma vez que as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política. (Pateman, 1992, p. 21)

Especificamente no que cerne à população negra no Brasil, é plausível afirmar que, ainda hoje, sua socialização enfrenta obstáculos recorrentes à emancipação de uma imagem inferiorizada do que é ser negro/a. Se, por um lado, há por parte de grupos dominantes a estigmatização e a exclusão dessa população, por outro, a rotinização desse fenômeno resulta em um problema de

(...) introjeção, por partes de grupos estigmatizados socialmente, de uma identidade maculada produzida pelo próprio processo de discriminação. Assim, a adoção de uma identidade inferiorizada contribui para bloquear a emancipação dos oprimidos. (Taylor, 1989, p. 87)

Nesse sentido, discutir sub-representação exige a percepção de que a ausência de grupos historicamente oprimidos em esferas como a da política, passa também por um problema de construção de identidades. “Há, aqui, uma excelente ilustração daquilo que Pierre Bourdieu chamava de *efeito de doxa*, isto é, nossa visão do mundo social constrange nosso comportamento, comprovando (e naturalizando) aquilo que pensamos.” (Miguel, 2010, p. 26). Da mesma forma, há uma fronteira entre os interesses de um grupo e sua capacidade de expressão desses interesses, colocada por sua posição nas relações de produção cultural e política. O que torna a vida política uma materialização da lei de oferta e procura é a distribuição desigual dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social. Enquanto espaço de geração de “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimento, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu, 1989, p. 164), o campo político perpetua determinadas pessoas dentro e fora de seus espaços de influência. Sob um ponto de vista estrutural, o desapossamento da maioria aparece como consecutivo à concentração dos meios políticos de produção nas mãos de

ditos “profissionais”. Profissionais esses que, por sua vez, apenas sob a condição de “possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político.” (Bourdieu, 1989, p. 169). Em outras palavras, espaços de dominação não estão abertos a qualquer um, mas apenas àqueles que dominam a expertise necessária à participação. Dessa maneira, “A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito.” (Bourdieu, 2006, p. 383). A competência no sentido de propriedade incumbe a quem a possui-la – e, conseqüentemente, tem a capacidade de –, assim como somente quem se encontra habilitado sente o dever de adquiri-la. Vale destacar aqui que, se voltarmos a pensar em liberdade individual como a liberdade de escolha das preferências, temos a garantia de autonomias. No entanto, se no momento em que escolhemos nossas preferências, possuímos apenas as informações disponíveis – disponíveis de forma e conotação diferente dependendo de cada lugar de fala –, os padrões de consumo existentes, as pressões sociais específicas e as regras governamentais vigentes, essa escolha já não pode ser vista enquanto mero reflexo da liberdade individual e autônoma (Sunstein, 2009, p. 227).

Em *Inclusion and Democracy* (2001), Young faz considerações interessantes sobre possíveis caminhos para um desenvolvimento mais inclusivo da política democrática em uma sociedade multicultural. Tendo em mente que algumas formas de expressão adquiriram, com o tempo, estereótipos negativos, indivíduos e grupos acabaram marginalizados por e nos processos de debate e decisão política. Nesse sentido, há um esforço de conciliar a representação de grupos oprimidos com as exigências universalistas inerentes à cidadania e à democracia moderna. A questão principal, para Young, orbita na insuficiência dos chamados direitos universais em garantir a diversidade de interesses dos vários grupos existentes. Isso significa que, quando dizemos respeito à um grupo oprimido, ao abrir mão de interesses particulares a eles, em benefício ao universal, estamos reproduzindo sua opressão. É necessário compreender de que forma categorias como gênero, raça e classe são transversais e, sendo assim, geram indivíduos – ainda que membros de um mesmo grupo oprimido – muito diferentes entre si; com diferenças de interesse e de posicionamento ideológico (2006, p. 141). Dessa maneira, pensar em alternativas de representação que pressuponham que membros de um mesmo grupo ou grupos que enfrentam opressões similares possuem identidades, interesses e

opiniões compulsórias é conferir ao processo de pluralização um fim inverso, com a continuidade da reprodução de opressões.

Sob este ponto de vista, é possível cogitar que uma *política de ideias* seja suficiente para resolver a falta de determinadas pautas políticas. Em tese, sua defesa nasce de uma necessidade de voltar os olhos não apenas ao *quem* participa dos processos decisórios, mas ao *que* os representantes estão defendendo (Phillips, 2001, p. 273). Se, como afirma Young, “conceitualizar a representação em termos de *différance* significa reconhecer e afirmar que há uma diferença, uma separação entre o representante e os representados” (2006, p. 149) e que, por sua vez, essa diferença não se apresenta enquanto empecilho ao estabelecimento de uma conexão entre ambos; parece plausível a defesa de que, sendo as diferenças inevitáveis, a preocupação com a distância entre representantes e representados/as deveria dar espaço ao desenvolvimento de mecanismos que garantissem a responsividade na relação. No entanto, embora pareça simples, não podemos deixar de levar em consideração a realidade de controle dos mecanismos de *accountability*. Principalmente se concordarmos em dizer que a ausência de determinados indivíduos e grupos no campo político está intrinsecamente ligada à falta de “competências técnicas” necessárias para a compreensão de seus processos internos. Como colocado por Young, o alcance da conexão entre eleitores e eleitos/as é uma medida referente ao grau de representação existente entre eles – se mostrando um processo representativo “(...) pior, na medida em que a separação tende ao rompimento, e melhor, na medida em que estabelece e renova a conexão entre os eleitores e o representante e entre os membros do eleitorado. ” (Young, 2006, p. 152) – e, portanto, o principal problema normativo da representação está na ameaça de desconexão entre o representante e seus inúmeros representados/as. Nesse sentido, e levando em conta uma realidade de completa desconexão entre representantes e representados/as, defender que a garantia de mecanismos de *accountability* seria suficiente para garantir que diferentes perspectivas sociais estariam asseguradas, não parece plausível.

Levando em consideração a diferença entre retratar a identidade de um eleitor/a e retratar a identidade coletiva do eleitorado, Young propõe distinguirmos três modos gerais pelos quais uma pessoa pode garantir sua representação. São eles, a defesa de seus interesses²¹; a partilha de suas opiniões²² e; a colocação de sua perspectiva social em, pelo

²¹ Tudo aquilo que afeta ou é importante ao horizonte da vida dos indivíduos.

²² Seus princípios, valores e propriedades assumidas.

menos, algumas das discussões e deliberações das quais seu representante participa²³. De fato, um dos pontos principais na discussão sobre representação é a garantia da diversidade de perspectivas sociais existentes em uma sociedade. Ao representante é necessário buscar expressar o tipo de experiência social que diz respeito aos seus eleitores/as; tendo sempre em mente a posição enquanto grupo social e a história das relações sociais desse grupo.

Seguindo a lógica metafórica da diferenciação de grupos como produto de posições diferentes no campo social, a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito, enquanto aqueles que estão socialmente distantes tendem a ver as coisas de modo diverso. (Young, 2006, p. 162-163)

Interesses, opiniões e perspectivas sociais, enquanto aspectos importantes para uma boa representação são elementos fundamentais para se pensar o problema da sub-representação. Nesse sentido, estratégias como cotas em listas partidárias, representação proporcional, reserva de cadeiras em órgãos representativos, não objetivam garantir representatividade por atributos físicos, mas partem da ideia de que mulheres, negros/as, índios/as, têm experiências que apenas pessoas que se assemelhem à sua perspectiva social poderão compreender com o mesmo imediatismo. O que a *política de ideias* parece ignorar é que

Questões de presença política são em grande medida deixadas de lado, pois quando a diferença é considerada em termos de diversidade intelectual, **não importa muito quem representa a classe de idéias**. Uma pessoa pode facilmente substituir outra; não há o requisito adicional de que os representantes devam “espelhar” as características da pessoa ou pessoas representadas. O que nos preocupa na escolha do representante é a congruência quanto a crenças políticas e ideais, talvez combinada com uma habilidade superior para articular e expressar opiniões. **Despido de qualquer autoridade pré-democrática, o papel dos políticos é levar uma mensagem. As mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos**. (Phillips, 2001, p. 273)²⁴

Pensando sob esta perspectiva, Phillips reflete sobre a real eficácia com que, por exemplo, homens podem substituir mulheres e brancos/as podem substituir outros grupos raciais quando o que se tem em pauta é a diversidade de representações em si; “uma vez que a diferença seja concebida em relação àquelas experiências e identidades que podem

²³ Indivíduos compreendidos e posicionados em determinada estrutura de grupos sociais partilham de perspectivas semelhantes, em razão de ocuparem um mesmo espaço de histórias e compreensões sociais.

²⁴ Grifo meu

constituir diferentes tipos de grupos, fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos. ” (2001, p. 273). Na medida em que, grupos sociais estão dispostos por relações estruturais que, por si, são baseadas em relações de privilégio, indivíduos posicionados de forma similar nessa estrutura terão perspectivas semelhantes não só quanto sua própria posição, mas também quanto as demais.

Nessa direção, demandas contemporâneas têm apresentado uma distinção crucial que contribui para a defesa de uma *política de presença*: elas deslocam o foco das diferenças para aquelas que não são possíveis eliminar. A classe social, portanto, deixa de ser colocada enquanto principal desigualdade entre grupos, tornando a defesa de uma *política de ideias* menos plausível. Na medida em que, tanto de um ponto de vista liberal – buscando deixar de lado as diferenças, não conferir o crédito de levá-las em consideração –, quanto socialista – buscando eliminar as diferenças, almejando seu fim –, discutíamos diferenças que deveriam ser reduzidas, importar-se apenas com o conteúdo de fala de um/a representante não parecia problemático; afinal, nosso objetivo é aproximar uns/mas aos/às outros/as, ao máximo. No entanto, a partir do momento em que passamos a discutir questões de gênero e raça/cor, alternativas que visem a eliminação das diferenças parecem cada vez menos plausíveis. Ao contrário de políticas para redução de desigualdades de classe, a busca por igualdade de gênero e de raça incide o reconhecimento e o respeito por suas diferenças, e não a sua eliminação²⁵. “As mulheres não querem mudar de sexo, nem os negros de cor de pele, como condição para cidadania igual; nem eles querem que suas diferenças sejam desprezadas, num assimilacionismo que impõe a ‘mesmice’.” (Phillips, 2001, p. 275). Nesse sentido, o cerne da questão de representatividade parece ter se deslocado para um lugar de fala específico que não pode deixar de ser representado. O desvio de foco para políticas mais baseadas em identidades, com ênfase na auto-organização de grupos oprimidos, traz a discussão para a preocupação em conjugar representação justa com presença política; “isto é, [em] medidas que vêem o gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte importante daquilo que os torna representativo e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional. ”

²⁵ Nesta afirmação, não estou considerando o contingente de pesquisadores/as que defendem a irrelevância de características como gênero ou raça. Embora reconheça a importância da vertente que, entre outros, defende o fim dessas categorias – por, entre outros embasamentos, entenderem que tais categorias não definem identidades –, dentro do contexto de meu texto, me refiro a iniciativas que correspondam às diferenças ainda impostas.

(Phillips, 2001, p. 278). Uma *política de presença* não resolve os problemas da representação democrática, principalmente, porque recai no perigo da essencialização. No entanto, não se pode negar que, seu embasamento no impacto que a identidade daqueles que representam possui na construção social da autonomia dos diversos grupos em uma sociedade, é construtivo na busca por uma representação inclusiva.

O ideal de representação aqui construído procura sobrepor modelos representativos que buscam a compreensão de uma exclusão sistêmica de grupos dominados. É sabido que “embora a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença.” (Phillips, 2001, p. 289). Da mesma forma, não podemos ignorar o surgimento de outros problemas “(...) quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias.” (idem).

As democracias têm tropeçado por muitas décadas na discussão da composição de gênero ou étnica das assembleias eleitas, e, então, é possível pensar que fazer do sexo ou da etnicidade uma questão importante de contestação política gera divisões que ainda não se mostraram tão profundas. Preocupações com a estabilidade política têm sido a força condutora por trás de muitas propostas de divisão consociada do poder; as mesmas preocupações podem ser empunhadas, igualmente bem, contra uma política de presença. (Phillips, 2001, p. 286-87)

É neste sentido que o problema da sub-representação não pode se deixar recair no simplismo. Ainda que *políticas de ideia* valorizem o conteúdo de demandas populares, não podemos deixar de lado a importância de uma *política de presença* no processo de garantia de uma representação efetiva à grupos dominados. Apenas pelo aprofundamento e compreensão dos mecanismos e formas de exclusão social, política, cultural e econômica iremos encontrar caminhos mais nítidos e efetivos para consolidar uma democracia representativa.

2.3 Retrato racial da composição parlamentar

Mantendo em vista o problema da “racialização” de postos, o Governo Federal²⁶ tem se mobilizado ao encontro de antigas reivindicações do movimento negro brasileiro.

²⁶ Vale ressaltar que, quando me refiro às ações do Governo Federal, não me restrinjo ao mandato de um/a único/a presidente/a. Visto que as primeiras mobilizações institucionais em torno de políticas raciais se

Além da inclusão de um programa temático de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial no Plano Plurianual (2012-2015) da Presidência, em 2012, o Governo Federal aprovou a lei 12.288/2010 que, além de instituir o Estatuto da Igualdade Racial, tornou campo obrigatório o quesito “cor ou raça” em registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados do Governo Federal. Tal medida possibilitou que, para o pleito de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral exigisse, pela primeira vez, que todos os candidatos autodeclarassem sua cor ou raça; de acordo com a Resolução 23.405/2014, do próprio TSE. A autodeclaração é importante na medida em que não se sabe se todos os/as candidatos/as que se disseram pretos/as ou pardos/as ao TSE, no registro deste ano seriam considerados como tais pelas investigações sociológicas conduzidas no país, ou mesmo, pela sociedade como um todo. Não só nesse sentido, a medida implementada é um progresso no caminho para o necessário mapeamento da participação da população negra em todas as esferas da vida social.

Anterior à resolução do TSE, estudos buscaram quantificar o percentual de pretos/as e pardos/as no Congresso Nacional nas últimas eleições. Ainda que tenham utilizado metodologias distintas para apuração dos dados, demonstram evidente sub-representação de negros/as dentre deputados/as federais. Campos e Machado (2014) realizaram um levantamento dessas investigações e apontam que, em 2006, uma pesquisa feita pelo LAESER²⁷ mostra 11 candidaturas pretas e 35 pardas e um total de 8,9% de deputados/as não-brancos/as eleitos/as. Em 2010, pesquisa realizada pela Uninegro, concluiu que 8,5% das vagas para o Parlamento foram ocupadas por candidatos/as negros/as. Traçando um comparativo com as informações obtidas através do banco de dados do TSE, nas eleições de 2014, o número de candidaturas eleitas aumentou. Do total de 513 cadeiras à Câmara dos Deputados, 410 (79,9%) foram ocupadas por brancos/as, 81 (15,8%) por pardos/as e 22 (4,3%) por pretos/as – totalizando apenas 20,1% de não-brancos/as. Analisando também dados referentes ao sexo dos candidatos, observa-se que 90,1% das cadeiras foram ocupadas por pessoas do sexo masculino, contra 9,9% do sexo feminino.

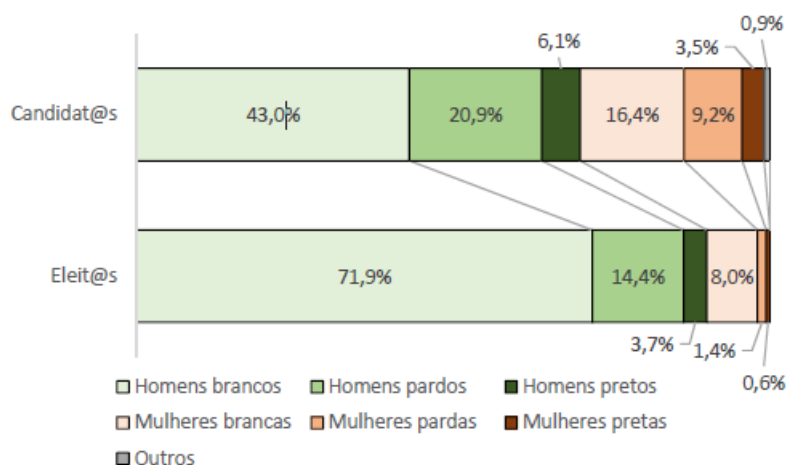
Diante das informações acima, podemos afirmar que há de fato uma nítida sub-representação de mulheres e de negros/as na esfera política brasileira. No entanto, não podemos explicar sua diminuta participação política por mera baixa de iniciativa e/ou

iniciaram durante o mandato do Presidente José Sarney, com a criação da Fundação Cultural Palmares no ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil.

²⁷ Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais

interesse. Além de não apresentar uma composição parlamentar representativa da população brasileira, as eleições de 2014 também mostraram uma proporcionalidade discrepante em relação ao número de candidatos/as concorrentes e aos efetivamente eleitos/as. Em pesquisa realizada sobre a composição da Câmara dos Deputados Federais e das Assembleias Legislativas estaduais, Campos e Machado (2014) indicam que 16,4% das candidatas ao cargo de Deputado Federal eram mulheres brancas, 9,2% eram mulheres pardas e 3,5% eram de mulheres pretas. Dentre os homens, 43% eram brancos, 20,9% dos candidatos eram pardos e 6,1% eram pretos, demonstrando grande distinção entre os respectivos números de concorrentes e os resultados eleitorais.

Gráfico 2: Proporção de deputadas/os federais candidatas/os e eleitas/os segundo cor e sexo



Fonte: Campos e Machado, 2014

Uma possível explicação para a falta de presença desses grupos minoritários em espaços políticos pode ser construída pela falta de incentivos institucionais às candidaturas de mulheres e de negros/as; em direção contrária ao excesso de apoio às candidaturas de homens brancos. Uma pesquisa realizada pela ONG Transparência Brasil, mostra que embora mulheres tenham apresentado 29% das candidaturas à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas, em 2014, receberam apenas 13% do valor total doado por grandes empresas aos partidos políticos. No caso de pretos/as e pardos/as, embora o registro aponte uma taxa de 44% de candidaturas, receberam juntos/as 17% do dinheiro arrecadado. Realizando apenas o recorte de raça, 55% de candidatos/as brancos/as ao Legislativo²⁸ receberam 82% de todos os recursos. Por outro lado, os 35%

²⁸ Nesse recorte, não entraram dados provenientes do Senado.

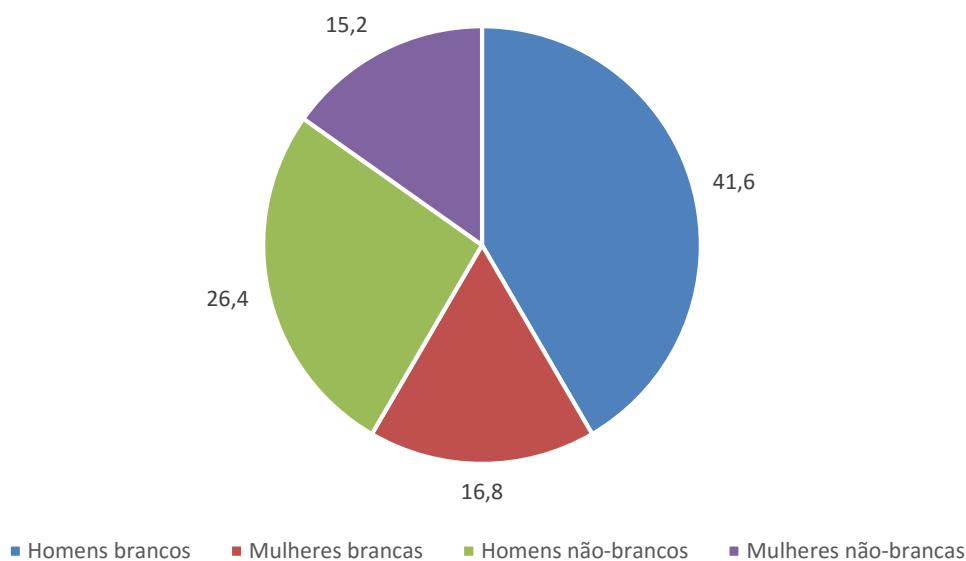
de candidatos/as pardos ficaram com 14% do dinheiro, e os 9% de pretos/as receberam apenas 3% das doações. A conclusão dos pesquisadores envolvidos no estudo é a constatação da falta de investimento, por parte dos partidos, em candidatos/as pertencentes a grupos oprimidos.

Não é necessária profunda apuração de nossa composição parlamentar para observar que sua formação é quase toda feita por homens brancos; e que, esses, são os mais privilegiados quando discutimos recursos financeiros. Negros/as, indígenas, mulheres e outros grupos oprimidos sempre estiveram sub-representados/as na política brasileira. Buscando, portanto, transformar em dados quantificáveis a participação política de grupos ditos minoritários, a resolução do TSE que, pela primeira vez, nas eleições de 2014, inclui como obrigatório o preenchimento do campo raça/cor em todos os registros de candidatura ao pleito, é um avanço. Falando especificamente dos candidatos/as ao cargo de Deputado/a Federal, quando observamos o percentual daqueles eleitos/as em comparação ao percentual de candidatos, o cenário se complica²⁹. No entanto, na dissertação em questão, falaremos exclusivamente do cenário eleitoral do Distrito Federal, para as eleições de Deputado/a Federal, em 2014; que pouco difere em termos percentuais da amostra nacional. Ainda, este trabalho se propõe a analisar quantos dentre os/as candidatos/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as mobilizaram questões de cunho racial em suas plataformas eleitorais.

Como disposto no gráfico abaixo, no que diz respeito aos/às candidatos/as concorrentes ao cargo de Deputado/a Federal pelo DF, em 2014, dos 127, 54 (41,6%) foram homens brancos; 21 (16,8%) eram mulheres brancas; 19 (15,2%) mulheres não-brancas – sendo 1 (0,8%) amarela, 15 (12%) pardas e 3 (2,4%) pretas –; e 33 (26,4%) eram homens não-brancos – sendo 25 (20%) pardos e 8 (6,4%) pretos.

²⁹ Ver gráfico 1, página 30 deste documento.

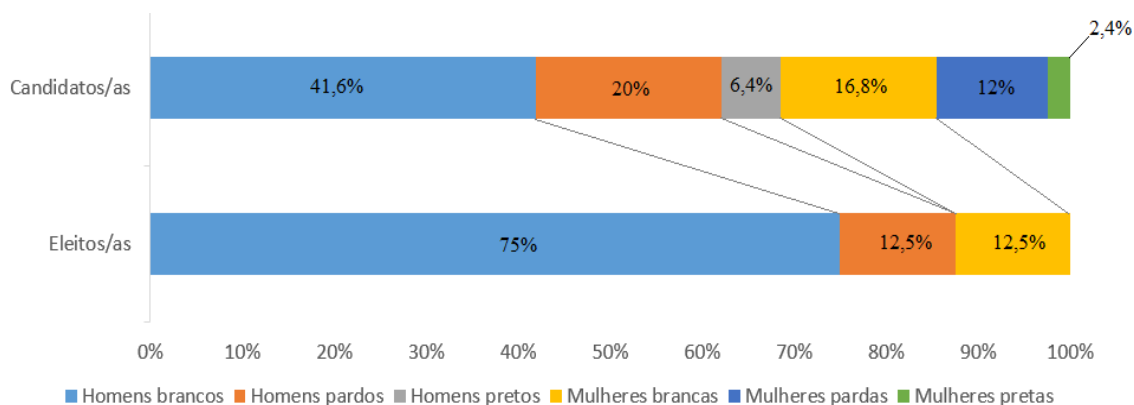
Gráfico 3: Candidatos/as a Deputado/a Federal pelo Distrito Federal em 2014



Fonte: autoria própria com base nos dados disponibilizados pelo TSE

De acordo com dados de uma pesquisa feita pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), em 2012, 54% da população brasileira se auto declarou negra. Em termos comparativos, ainda que o pleito de 2014 tenha apresentado 41,6% de candidatos/as pretos/as e pardos/agregando ambos os sexos, a população negra segue sendo sub-representada na Câmara Federal.

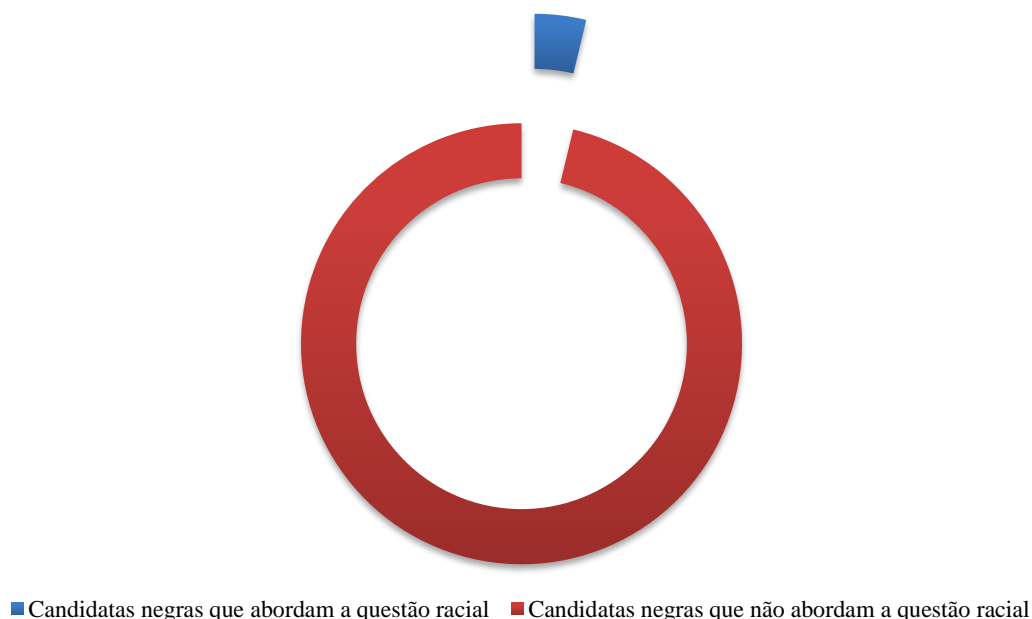
Gráfico 4: Proporção de deputados/as federais candidatos/as e eleitos/as no Distrito Federal, segundo cor e sexo



Fonte: autoria própria com base nos dados disponibilizados pelo TSE

Desse quantitativo total de pretos/as e pardos/as candidatos/as, apenas um homem pardo foi eleito deputado³⁰ – os/as demais eleitos/as compõem-se de uma mulher branca e seis homens brancos³¹. Do ponto de vista de políticas de presença, isso significa que apenas um/a deputado/a federal seria responsável pela representação de 54% da população do Distrito Federal. Do ponto de vista de perspectivas sociais, demandas relacionadas à igualdade racial ficaram completamente descobertas. De todos/as os/as candidatos/as pretos/as e pardos/as, apenas uma mulher preta e um homem preto mobilizaram a questão racial em suas campanhas eleitorais, e ambos/as não foram eleitos/as. Através da análise do material de campanha disponibilizado pelos candidatos/as, isso significa que, apenas 1,6% das candidaturas pretas e pardas abordam a temática.

Gráfico 5: Candidatos/as negros/as ao cargo de Deputado Federal pelo Distrito Federal em 2014



Fonte: autoria própria

No que diz respeito ao total de temáticas abordadas por todos/as os/as candidatos/as negros/as, pôde-se perceber que certas pautas concentraram mais esforços

³⁰ Deputado Alberto Fraga (DEM), auto declarado pardo.

³¹ Respectivamente Erika Kokay (PT), Rogério Rosso (PSD), Ronaldo Fonseca (PROS), Izalci (PSDB), Rôney Nemer (PMDB), Augusto Carvalho (SD) e Laerte Bessa (PR).

do que outras. Para melhor análise de quais seriam elas, foram elaboradas três grandes áreas para agrupar essas informações. Seriam elas (1) Grandes temáticas – as cinco pautas mais mobilizadas pelos/as 52 candidatos/as –, (2) Eixos políticos – proximidade dos dois grandes polos políticos –, e (3) Perfil do/a candidato/a – faixa etária, sexo e partido. Dividida entre as cinco pautas mais utilizadas nas campanhas de candidatos/as negros/as, a primeira área é formada por (a) *Infraestrutura* – propostas sobre transporte público, saneamento básico, construções de hospitais e escolas; (b) *Reforma política/Combate à corrupção*; (c) *Segurança pública*; (d) *Categorias/Corporações*; e (e) *Valores cristãos*. Já os eixos políticos, estão divididos entre esquerda, centro e direita. Enquanto a terceira área restringe-se à faixa etária, ao sexo e ao partido dos/as candidatos/as.

Dentre as 52 campanhas eleitorais, a (a) *Infraestrutura* da capital federal foi o assunto mais mobilizado. Treze candidatos/as abordaram propostas sobre transporte público, saneamento básico, construções de hospitais e escolas. Desses/as candidatos/as, apenas um candidato tinha menos de 40 anos e os/as mais velhos/as tinham 60 anos. Quatro eram mulheres e nove eram homens. A maior parte desse quantitativo concorreu ao cargo por partidos mais alinhados à direita política³². O segundo tema mais mobilizado foi a (b) *Reforma política/Combate à corrupção*. Onze dos 52 candidatos/as trataram sobre a importância de uma mudança que garantisse transparência em processos políticos. A média de idade entre os/as onze apresenta variações de 32 a 66 anos, mas apresentasse mais concentrada entre 38 e 50 anos. Apenas duas eram mulheres. A maioria dos partidos representados eram mais próximos à direita. O terceiro e o quarto tema encontram-se empatados, ambos com nove candidatos/as à frente com propostas. Em (c) *Segurança pública* nove candidatos propuseram alterações. Todos os candidatos que incluíram essa pauta em sua campanha estavam entre 33 e 58 anos. Todos eram homens e formaram certo equilíbrio no que diz respeito aos eixos políticos. Já em (d) *Categorias/Corporações* pôde ser observado nove candidatos/as com pautas em defesa de professores/as, terceirizados/as, bombeiros/as policiais militares. Suas idades concentram-se entre 40 e 53 anos, com um candidato de 33 anos e outro de 58 anos. Duas dentre os/as nove são mulheres, e os demais 7 são homens. Esses/as candidatos/as apresentaram maior alinhamento com o eixo de direita política. Por fim, a pauta de (d) *Valores cristãos* foi mobilizada por quatro candidatos/as. Duas mulheres na faixa dos 50 anos e dois homens

³² A colocação de cada partido na linha gradual que separa os dois polos da política brasileira foi realizada com base nas ideologias e princípios postulados pelos programas de cada partido.

na faixa dos 40 anos. Todos/as os/as quatro pertencem à partidos mais à direita do espectro político.

Quando reduzimos esse grupo para os/as candidatos/as pretos/as e pardos/as que tratam de questões relacionadas à raça/cor, partimos para uma análise mais detalhada. Ambos/as os/as candidatos/as são filiados a partidos pequenos e mais alinhados à esquerda; Mácia Teixeira pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Juliano Lopes pelo Partido da Causa Operária (PCO). Em suas respectivas campanhas, pontuam e criticam o genocídio da população negra como questão principal a esse grupo. Ainda que entremos convergências, os/as candidatos/as pontuam elementos diferentes em defesa da população negra. A candidata do PSTU aborda a importância de lutar contra opressões de gênero, de classe e de orientação sexual. Autointitulada militante do movimento feminista, a candidata também defende a luta contra os obstáculos diários na causa trabalhista. Por outro lado, o candidato do PCO defende também o ingresso livre em universidades públicas, a dissolução da Polícia Militar, a destruição do sistema peal atual e a revolução, em defesa do socialismo e do governo operário.

Já a campanha do único deputado federal pardo que foi eleito, Alberto Fraga do Partido Democratas (DEM), teve propostas como o fim dos chamados “saidões” de presos/as perigosos/as, a garantia do cumprimento integral de penas, a obrigatoriedade do trabalho para presos/as e o fim da impunidade do/a menor bandido/a.

Capítulo 3

Entrevistas semi-estruturadas

Uma entrevista semi-estruturada tem como característica principal questionamentos básicos; apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos, por sua vez, dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes.

Augusto Triviños (1987, p. 146)

Para a pesquisa proposta nesta dissertação, foram realizadas entrevistas de roteiro semi-estruturado, com o objetivo de melhor compreender os dispositivos que tornam pautas raciais escassas em plataformas eleitorais, mesmo entre candidatos/as negros/as – especificamente para o cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, nas eleições do ano de 2014. A escolha por uma análise qualitativa dos dados resume-se à tentativa de apreender significados nas falas dos/as entrevistados/as, de forma interligada ao contexto em que se inserem³³, buscando sistematizar os resultados com base no conteúdo de seus discursos. Nesse sentido, no momento de formulação do roteiro, foram levadas em considerações três guias mestras³⁴:

1. Questões advindas do meu problema de pesquisa – pergunta de pesquisa e o que se propõe a descobrir;
2. Formulações compatíveis à minha abordagem conceitual – levando em conta que abordagens específicas geram polos de interesse específicos, assim como possíveis interpretações dos dados obtidos;
3. Realidade do estudo proposto – garantindo espaço para relatar evidências.

Dentro dessa perspectiva, o roteiro possui nove perguntas iniciais – cujos objetivos são de identificar o/a entrevistado/a³⁵ –, uma contextualização quanto à resolução do TSE que obriga os/as candidatos/as à todos os cargos declararem sua raça/cor no registro de sua campanha e dá continuidade com dezesseis perguntas que, de

³³ Entre elas, sua autodeclaração racial; a maneira pela qual se inseriram em questões políticas; o partido pelo qual concorreram eleições; o tempo e os diferentes cargos pelos quais vêm concorrendo eleições.

³⁴ Guias baseadas na contribuição de Zélia Alves e Maria Helena Silva, sobre uma proposta de análise qualitativa de dados de entrevista.

³⁵ Através de seu nome, sexo, idade, raça/cor, escolaridade, profissão, partido, o tempo pelo qual se candidata a cargos políticos e o número de vezes que se candidatou ao cargo concorrido nas eleições de 2014

maneira crescente – quanto ao aprofundamento do tema –, abordam os temas de suas campanhas eleitorais – mantendo em mente meu problema de pesquisa³⁶.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente por mim e individualmente; tiveram duração média de 40-50 minutos e foram gravadas para, posteriormente, serem transcritas. Todos os/as entrevistados/as foram candidatos/as, devidamente registrados/as pelo TSE, ao cargo de Deputado/a Federal, pelo Distrito Federal, em 2014. A escolha pelos/as candidatos/as entrevistados/as foi uma tentativa de representar os principais temas nas plataformas eleitorais de todos os 52 candidatos/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as, assim como manter certa representatividade da diversidade partidária. Com exceção dos primeiros dois candidatos/as entrevistados/as – os únicos a abordarem explicitamente questões raciais em suas plataformas³⁷ – a ordem das entrevistas foi aleatória. Dentre todos/as os candidatos/as autodeclarados/as negros/as, apenas um candidato pardo foi eleito, o Deputado Alberto Fraga (DEM), que, apesar dos esforços para realizar a entrevista, não obteve respostas frutíferas³⁸.

No momento de análise dos resultados das entrevistas houve uma tentativa de relacionar o conteúdo exposto das falas e a experiência e percepção da pesquisadora no contato com os entrevistados/as. Além de um esforço para reconhecer (a) respostas distintas partidas de pensamento similar; (b) respostas similares partidas de pensamentos distintos; (c) contradições em um/a mesmo/a entrevistado/a; e (d) exceções. Respectivamente em ordem da concretização das entrevistas, segue abaixo a lista dos/as oito candidatos/as que tiveram participação neste estudo:

Mácia Teixeira (PSTU) – 4.054 votos

Mácia Medeiros dos Santos Teixeira possui 29 anos e é autodeclarada preta. Possui ensino superior completo e atua como servidora pública federal. É filiada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e foi candidata pela primeira vez para qualquer cargo político.

³⁶ O roteiro completo pode ser encontrado no Anexo A desta dissertação.

³⁷ Tomo aqui como pautas raciais propostas que, de forma explícita, mencionam a população negra como seu público alvo.

³⁸ A pesquisadora tentou falar com o Deputado via e-mail, via telefone e presencialmente em seu gabinete, mas em nenhuma das tentativas obteve sucesso.

Juliano Lopes (PCO) – 707 votos

Juliano Alessandro Lopes Barbosa possui 34 anos e é autodeclarado preto. Possui ensino superior completo e é advogado. É filiado ao Partido Comunista Operário (PCO) e candidata-se há seis anos para cargos eleitorais; mas concorreu pela primeira vez ao cargo de Deputado Federal.

Gilson Euzébio (PT) – 209 votos

Gilson Luiz Euzébio da Silva possui 56 anos e é autodeclarado preto. Possui ensino superior completo e é jornalista. É filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e foi candidato pela primeira vez para qualquer cargo político.

Bena Domingos (PP) – 8.027 votos

Benair Maria Domingos possui 53 anos e é autodeclarada preta. Possui ensino superior incompleto e trabalha como empresária no ramo de decoração de interiores. É filiada ao Partido Progressista (PP) e foi candidata pela primeira vez para qualquer cargo político.

Flavio Brebis (PSB) – 912 votos

Flavio de Sousa Silva possui 46 anos e é autodeclarado pardo. Possui ensino superior completo e é professor – atualmente é gestor na coordenação de diversidade do GDF. É filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi candidato pela primeira vez para qualquer cargo político.

Divino Rocha (PSOL) – 306 votos

Divino Rocha Gonçalves de Alcântara possui 55 anos e é autodeclarado pardo. Possui ensino superior completo e é funcionário público no Senado Federal. É filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi candidato pela primeira vez para qualquer cargo político.

Maria Ivoneide (PTC) – 181 votos

Maria Ivoneide Vasconcelos Soares possui 62 anos e é autodeclarada parda. Possui ensino superior completo e é funcionária pública do Senado Federal. Durante a campanha³⁹, foi filiada ao Partido Trabalhista Cristão (PTC) e foi candidata pela primeira vez para qualquer cargo político.

Tenente Alberto (PSDB) – 1.438 votos

Carlos Alberto dos Santos possui 50 anos e é autodeclarado pardo. Possui ensino médio completo e é policial militar. Durante a campanha⁴⁰, foi filiado ao Partido da Social

³⁹ Segundo a candidata, após o período eleitoral se desfilou do partido por divergências ideológicas.

⁴⁰ Segundo o candidato, policiais militares não podem permanecer filiados à partidos políticos. Sua filiação foi exclusivamente para o processo eleitoral.

Democracia Brasileira (PSDB) e foi candidato pela primeira vez para qualquer cargo político.

3.1. Resultados

Antes de iniciar a exposição dos resultados obtidos, vale ressaltar que, devido à interlocução, à proximidade do tema e às características pessoais de cada candidato/a, cada entrevista gerou uma quantidade de informações distinta. Por isso, é possível que o leitor perceba uma pequena discrepância no que diz respeito à quantidade de conteúdo provido por cada candidato/a.

Buscando facilitar a exposição dos resultados obtidos, as entrevistas serão organizadas em quatro linhas transversais de análise. Primeiro, será dado destaque à trajetória de identificação racial de cada entrevistado/a. Em seguida, tratarei dos temas centrais de suas plataformas eleitorais. Em terceiro, falarei sobre a posição pessoal de cada candidato/a em relação à abordagem ou não de pautas raciais. Por fim, está a reflexão individual dos/as candidatos/as sobre a sub-representação de negros/as em cargos eleitorais e a ausência de pautas raciais em campanhas eleitorais de candidatos/as pretos/as e pardos/as.

Iniciando a análise através da primeira linha, considero importante destacar que nem todos/as os/as candidatos/as afirmaram terem se autodeclarado/a negros/as por toda a vida. Os/as candidatos/as do PSTU, PCO e PT disseram terem se descoberto negros/as no decorrer de suas trajetórias.

Depois que comecei a militar politicamente, através do partido, esse debate da identidade de raça, de combate ao racismo me fez começar a combater isso em mim também. Não só no discurso para as outras pessoas, mas para mim também. Eu comecei a me questionar: porque eu não aceitava a raça que eu era? Em um primeiro momento ainda sem entender muito e sem aceitar tanto, mas depois fluiu bem. Até porque Maceió, que é minha cidade natal, o nordeste de maneira geral é muito racista, é um negócio difícil. Pelo menos para mim foi. (Mácia Teixeira – PSTU)

Todos/as os três candidatos/as descreveram que a evolução de sua autodeclaração veio acompanhada com um processo de tornar-se negro/a.

Por volta dos 14, 15 anos, a polícia parou a mim e meus amigos (todos brancos). Eventualmente, a polícia liberou todos meus amigos e me levou sob custódia.

Chegando na delegacia, fui levado para um reconhecimento facial, pois estava sendo considerado suspeito de um assalto, e todos os demais presentes para o reconhecimento eram negros. A partir desse momento, percebi que eu era negro. (Juliano Lopes – PCO)

Já os/as demais candidatos/as do PP, PSB, PSOL, PTC e PSDB afirmaram terem sempre se autodeclarado/a negros/as; embora nem sempre confortáveis com a terminologia atribuída.

Na minha certidão, fui identificado como pardo, mas não gosto dessa nomenclatura. Eu me identifico muito mais enquanto negro, então uso a classificação de pardo apenas quando é estritamente necessário. Mas sempre me identifiquei como negro. (Flavio Brebis – PSB)

Avançando para a segunda linha, os temas centrais das plataformas eleitorais foram bem diversos e acredito terem sido representativos do contingente total de candidatos/as pretos/as e pardos/as. Por terem sido os/as únicos/as a abordar pautas raciais de forma explícita, os/as candidatos/as do PSTU e PCO possuíam temas em comum. Mácia Teixeira (PSTU) considerou a pauta de *combate às opressões* como a mais importante de sua campanha. Defendendo a necessidade de rompermos com a forma imperialista pela qual a política brasileira é regida. No entanto, avaliou que o *combate à LGBTfobia* foi a pauta que mais teve apelo entre seus/uas eleitores/as; principalmente em função da alta polarização de setores mais conservadores da política. Quanto às pautas raciais, a candidata disse ter abordado principalmente o *genocídio da população negra* e a *desmilitarização da política militar* – em decorrência dos inúmeros casos investigados sobre autos de resistência e a criminalização da população negra. Para ela

A classe trabalhadora e os pobres têm cor no Brasil; a nossa pobreza é uma pobreza negra, então a criminalização da pobreza acaba sendo a criminalização de toda uma raça. Essa política de genocídio da população negra é muito nefasta, o sistema do estado; é uma bandeira muito urgente, nós temos casos todos os dias sobre isso: Amarildos, o menino que foi morto agora no Alemão, enfim... (Mácia Teixeira – PSTU)

Na campanha de Juliano Lopes (PCO), a *denúncia do sistema* foi o que considerou de mais importante, pois afirma que sua campanha não é eleitoral, mas política e, por isso, luta pela democratização do processo eleitoral. Quando perguntado sobre o elemento que teve mais apelo com eleitores/as, sua resposta foi a *dissolução da polícia militar*, pois acredita que é a pauta de agenda muitos curiosos sobre o assunto. Suas pautas raciais são

em favor das cotas, livre ingresso na universidade (fim do vestibular) e contra o extermínio da população negra. Juliano acredita que

O extermínio da população negra e a dissolução da PM são duas pautas complementares, porque nós sabemos que a PM hoje é uma entidade apoiada e paga para exterminar essa população. Os negros no Brasil hoje sofrem uma chacina diária, autorizada pela direita. Algumas pessoas falam sobre humanização da polícia militar, mas isso para a gente não faz sentido; nós queremos o seu fim. (Juliano Lopes – PCO)

Já para o candidato Gilson Euzébio (PT), a campanha teve maior foco na questão *penitenciária*. Tendo considerado esta sua pauta mais importante, defende que prisão não é solução, mas sim uma escola de crimes. E, em sua opinião, um dos grandes motivos pelos quais o sistema prisional no Brasil se encontra sobrecarregado é por condenações relacionadas às drogas. Em *defesa da descriminalização das drogas*, o candidato acredita que foi essa pauta que mais lhe deu apelo. Embora tenha afirmado que, ao saberem de sua *defesa pela anistia de todos os condenados por consumo de drogas*, muitos se mostraram arredios.

Acredito que devemos liberar as drogas e cada um decide o que faz. O álcool, por exemplo, é legal e nem todo mundo bebe. A bebida está em vários ambientes e todo mundo convive com essa droga (a bebida), então não vejo porque não legalizar drogas que hoje são ilícitas, como a maconha. Com isso, você diminuiria a quantidade de gente na prisão, você libera a polícia para fazer outras coisas – hoje, quase 50% do efetivo da polícia se dedica ao combate às drogas –, a força policial deveria estar livre para defender a sociedade de roubos e assassinatos. (Gilson Euzébio – PT)

Em outra direção, na campanha de Bena Domingos (PP), a temática de maior importância foi o *cuidado com a criança abandonada, dependente química* e com o *idoso*.

No meio disso tudo, também abordo a questão da mulher, mas dentro de uma questão social de amparo, a garantia de estrutura dentro de um núcleo familiar que estrutura uma criança ainda foi a principal. (Bena Domingos – PP)

Para ela, a importância dessas questões está na criança ser o futuro do país, e do idoso ser quem tanto já trabalhou por ele. Justamente por isso, a candidata acredita que a proposta de *criação do hospital geriátrico* foi o que mais teve apelo entre os/as eleitores/as.

Por sua vez, o candidato Flavio Brebis (PSB) afirma que a *garantia de direitos sociais para a população LGBT* foi o mais importante, pois além de ser sua força motora,

acredita que não basta estarem ofertados, é preciso discutir e garantir a plenitude dos direitos da população LGBT. Com o slogan “*Sou LGBT de luta*”, considera que sua imagem teve grande apelo entre seus/uas eleitores/as.

[Minha] plataforma foi pensada num público alvo específico: população LGBT, jovens, mulheres, profissionais da educação, negros, ciganas, quilombolas e outros grupos vulneráveis. Acho que pela minha própria história, minha origem, lugar de fala e perspectiva enquanto militante – vindo de um estado pobre e sendo negro – procurei sempre falar de transversalidade. (Flavio Brebis – PSB)

Para o candidato Divino Rocha (PSOL), a pauta sobre *leis de execução penal* foi a mais importante, pois lidamos com leis de baixa eficácia.

Nós temos que diminuir a violência e, para isso, temos que mudar essas leis, melhorar a efetividade. Infelizmente, o que reina hoje na sociedade é a impunidade, o elemento criminoso não é punido da forma como deveria. (Divino Rocha – PSOL)

Essa pauta também é a que considerou de maior apelo, pois ao conversar com outras pessoas, percebeu que a segurança se tornou grande preocupação de todos. Segundo Divino, a educação é sim o caminho, mas é preciso que direcionemos esse aprendizado com leis eficazes que inibam as pessoas de cometerem crimes.

A sétima candidata entrevistada, Maria Ivoneide (PTC), afirmou que sua proposta de *auxílio aos terceirizados* foi a mais importante. Para ela, ainda que tenhamos muitos concursos públicos, principalmente em Brasília, há muitas funções em que o terceirizado é utilizado como moeda de troca, barganha. No entanto, sua relação com *trabalho social* foi o que lhe conferiu maior apelo. Embora a candidata tenha relatado pouca dedicação à campanha devido às frustrações quanto ao apoio do partido, afirmou que

Hoje, vemos que a sociedade, de maneira geral, não está preocupada com a educação, e isso é o principal. Porque é através do professor que qualquer pessoa vira profissional de qualquer área. Sem valorizar os professores, acabam virando marginaizinhos. Como sempre estudei em escola de freira, fiz faculdade católica, a educação e a saúde são o mais importante para mim. (Maria Ivoneide – PTC)

Por fim, em sua campanha, Tenente Alberto (PSDB) manteve o lema “*100% sem preconceito*”⁴¹. Sem preconceito de raça, credo e até mesmo profissional, no caso de

⁴¹ Durante a entrevista, o candidato afirmou que o lema “100% sem preconceito” dizia muito respeito à tentativa de quebra de imagem negativa que um policial militar poderia trazer à política.

termos um policial militar fazendo campanha eleitoral. Alinhando-se à sua profissão, o candidato considerou a *segurança pública* como fator de maior apelo com seus/uas eleitores/as.

Segurança pública em primeiro lugar. Porque hoje a insegurança – principalmente com os menores infratores –, a falta de educação, de saúde, de segurança pública. A população fica refém de uma estrutura, mesmo que secular, da bandidagem. (Tenente Alberto – PSDB)

No que se refere à terceira linha de análise, os/as candidatos/as entrevistados/as tiveram opiniões bem plurais no que diz respeito à sua opinião por abordagem de pautas raciais em campanhas eleitorais. A primeira candidata entrevistada, Mácia Teixeira (PSTU), acredita que questões raciais são importantes no contexto da capital federal. Segundo ela, os negros do DF estão nitidamente localizados em cidades periféricas; onde, conseqüentemente, têm menor acesso à princípios básicos – transporte, educação, saúde, segurança. Para além de problemáticas visíveis a olho nu, o racismo também se traduz em desigualdades materiais que tornam esse indivíduo negro segregado material, territorial, social e educacionalmente. Para ela, é de suma importância que um/a candidato/a à Deputado/a Federal aborde questões raciais.

Acho importantíssimo, porque o papel de uma Deputada Federal – por mais que a gente pense que para ele aprovar uma lei tem que conseguir apoio de deus e o demônio, tem que conseguir a maior bancada e tal; e de fato a gente sabe que o sistema é corrompido, para aprovar alguma coisa você tem que vender tanto a sua alma, que quando você consegue, ela já nem vale nada –, mas pelo ponto de vista do debate, da propaganda, da discussão, de pautar discussões socialmente, o deputado cumpre um papel absurdo porque ele tem o peso da legitimidade de ter sido votado para aquilo. (Mácia Teixeira – PSTU)

Para além disso, a candidata acredita na existência de uma crise de representatividade política; que abre espaço para uma juventude política que aborde determinadas pautas de maneira sincera. Segundo ela, muitos jovens – principalmente com o perfil jovem, mulher, negra, LGBT – se identificaram com seu perfil e propostas.

Acho que o que gerou uma identificação grande é por ter um vazio dessa pauta; e quem fala que defende ela [a pauta], ne, no final das contas a gente sempre acaba se decepcionando. (Mácia Teixeira – PSTU)

Partilhando de uma opinião similar, Juliano Lopes (PCO) também acredita que Brasília é marcada por uma divisão territorial; que traz a mão-de-obra até o plano para trabalhar e depois garante com que voltem às cidades periféricas – majoritariamente negras.

As pessoas aqui no DF vivem na ilusão de que não temos comunidade, periferias aqui, mas o entorno do plano piloto tem os mesmos problemas enfrentados por favelas, por exemplo. Nós temos problema de saúde, de infraestrutura, de transporte. (Juliano Lopes – PCO)

Embora o candidato afirme que os poucos negros/as eleitos/as que levem qualquer pauta racial sejam praticamente execrados do Congresso, defende que a própria candidatura negra é essencial para a luta. Para ele, precisamos primeiro conseguir agregar a população negra, para que se organizem.

Nossas propostas de dissolução da PM, de retirada das UPPs das comunidades e afins, são propostas objetivas e concretas que beneficiariam a população e que, conseqüentemente, fazem com que se identifiquem com a gente. Têm muitos candidatos que apresentam muitas propostas de forma cosmética, subjetiva, metafísica, mas isso não mobiliza. Objetividade traz identificação, traz simpatia à luta, traz debate, faz com que a população queira lutar junto. (Juliano Lopes – PCO)

Para o candidato Gilson Euzébio (PT), questões raciais são importantes em qualquer parte, pois é perceptível a ausência de negros/as não só na política, mas em outros postos importantes no país. Por ter sido formada pela classe dominante, a política no Brasil sempre excluiu negros/as e pobres de chegarem ao poder. É também por isso que o candidato declarou não abordar pautas raciais em sua campanha, “não acho que isso seja um apelo para angariar votos”, afirma ele. E ainda, faz com que acredite que sua declaração racial não fez com que seus/uas eleitores/as se identificassem com ele.

Acho que não, pois o preconceito ainda é muito forte. Mesmo as pessoas falando que não tem preconceito, acho que um branco tem mais chances de ser eleito do que um preto. (Gilson Euzébio – PT)

Por sua vez, a candidata Bena Domingos (PP) acredita numa falta de oportunidade para negros/as no Brasil e que, principalmente em Brasília, ela age de forma velada. Ela também afirma que questões raciais são de importante discussão, mas mostrou dúvidas específicas em relação às cotas. Para ela, a existência de cotas “por um lado é bom, mas por outro divide nossa sociedade, acho que levanta mais indignação”. Justamente por uma

preocupação em promover a segregação, a candidata afirma que não levantou bandeiras em sua campanha. Também com dúvidas quanto à necessidade e/ou razoabilidade de uma Deputada Federal levantar pautas raciais, ela defende que

Somos todos iguais nesse sentido, de levantar bandeira. Eu assumo minha negritude, luto por igualdade, mas de igual para igual, não me coloco como negra, como inferior, e nem pedindo por favor, não.... Nós seremos respeitados como negros nos colocando enquanto pessoas capazes, iguais, suficientes, por aí. Eu não quis levantar; até me perguntaram isso, porque eu fui uma das poucas que se colocou como negra. Mas a minha cor é essa, eu sou amarela, rosa? Sou negra, por isso me coloco assim, mas não levanto bandeira. (Bena Domingos – PP)

Já para Flavio Brebis (PSB), é de extrema importância que discutamos a sobreposição de vulnerabilidades e a discriminação.

Estando numa sociedade binária, patriarcal, germânica, falocêntrica, quando uma criança nasce menino e decide se tornar uma menina/mulher passa por várias discriminações e a cor é uma delas. Num país como o Brasil, não podemos fechar os olhos para essa questão. Hoje ainda é um absurdo que um homem queira se transformar numa mulher, ainda mais se esse homem for negro e da periferia. (Flavio Brebis – PSB)

Enquanto defensor de direitos civis amplos e plenos à população LGBT, o candidato mencionou diversas vezes a importância da interseccionalidade nas políticas públicas. E afirma que, enquanto educador, defende que leis como a de ensino de cultura africana em escolas públicas e privadas, assim como a de ensino da história de povos indígenas, mas se preocupa com sua atual efetividade.

O candidato Divino Rocha (PSOL) acredita que ainda exista muita discriminação em nossa sociedade e considera interessante uma ampliação dessa discussão. No entanto, afirma que, em sua campanha, defende igualdade para todos; pois acredita no respeito ao ser humano. E, embora ache importante que haja deputados federais que abordem questões raciais, não acredita que sua declaração racial tenha trazido identificação com eleitores/as, pois “meu eleitor me vê como eu sou, e talvez ele não tenha nem conhecimento da minha declaração.” Segundo o candidato, sua campanha foi baseada em ideias e projetos.

Ainda existe muito o pensamento de que só preto e pobre vai para cadeia, mas não podemos fazer as leis de um país com base num grupo específico, a lei tem que ser para todos. Não podemos fazer leis só para algumas pessoas, as leis têm que ser uma demanda da sociedade como um todo. Não posso fazer uma lei pela qual a sociedade

não clama. Meu carro chefe foi esse, porque a sociedade não aguenta mais impunidade, violência, ver nossos jovens morrendo e ninguém ser punido por isso. (Divino Rocha – PSOL)

Para Maria Ivoneide (PTC), questões raciais são importantes na medida em que algumas pessoas não têm a mesma oportunidade do que outras e, por isso, esse é o momento de ir à luta. A candidata, no entanto, preferiu não abordar pautas raciais em sua campanha, pois se considera uma pessoa muito acolhedora. Ela acredita que qualquer deputado/a tem direito de expressar suas opiniões, de brigar pelo aquilo que te elegeu e que devemos mostrar mais soluções para erguer àquelas pessoas que estão com dificuldades.

Não é porque neguinho tem dinheiro, é pobre ou sei lá, que eu deveria respeitar menos ou mais. Se um não está conseguindo, o que custa darmos a mão e ajudar? No mundo inteiro falta a humildade de querer ajudar. Nem nosso criador nos deixou a mercê dele, ele não se mete; nos deixou o livre arbítrio. (Maria Ivoneide – PTC)

O último candidato entrevistado, Tenente Alberto (PSDB), defende que toda a questão que envolve qualquer tipo de preconceito deve ser bem administrada, principalmente por nossos governantes. E acredita que todos nós temos nossos preconceitos, mas não deveríamos ter uma pessoa para falar de determinado assunto; todos os assuntos são importantes quando falamos de educação e cultura. Sobre a abordagem de pautas raciais em campanhas eleitorais, afirmou que

Sempre tocamos no assunto, que é a grande demanda do sem preconceito. Admira que exista preconceito num lugar multirracial como Brasil; não era jamais para ser. Mas, como existe, sempre será envolvido sim. (Tenente Alberto – PSDB)

Caminhando para a quarta e última linha de análise, quando perguntados sobre suas opiniões e reflexões sobre dados de sub-representação e ausência de pautas raciais em campanhas eleitorais de candidatos/as negros/as, os/as oito candidatos/as tiveram opiniões bem fecundas para as questões desta pesquisa. Segundo Mácia Teixeira (PSTU), durante todo o processo de sua candidatura, ela enfrentou problemas discriminatórios.

Durante a minha campanha eu assumi como identidade visual a questão do turbante, e isso foi um choque no meu trabalho. As pessoas tiveram um apelo bem racista, de ficar me chamando de ‘mainha’, de ficar perguntando onde eu ia vender acarajé; como se fosse uma fantasia de carnaval. Mas depois de tanto usar, de tanto colocar, pelo menos há um respeito agora. (Mácia Teixeira – PSTU)

A candidata afirma que a cada dia as pessoas têm percebido mais o quão racista é nossa realidade, mas ainda há muitos se levantando para dizer que racismo não existe, que isso é vitimismo. E acredita que a existência do racismo atrapalha tanto no processo eleitoral, quanto na efetiva eleição de candidatos/as pretos/as e pardos/as. No caso de candidaturas negras

Como há uma onda de politicamente correto, uma série de cotas e etc, hoje em dia os partidos, até de forma oportunista, saem caçando gente dessas etnias e mulheres para cumprir as cotas; então tem que ter 30% de mulheres, 30% de negros, então vamos lá, saem catando a galera. Então eu acho que, hoje em dia, não atrapalha tanto do ponto de vista de tentar registrar a candidatura, acho que atrapalha sob o ponto de vista de ser levado a sério na campanha. Atrapalha do partido realmente comprar aquele candidato como candidato que pode ter alguma projeção, de realmente investir na campanha dele, de realmente colocá-lo como candidato prioritário. Isso aí eu acho que ainda atrapalha e muito. (Mácia Teixeira – PSTU)

Já quando falou sobre eleição de candidatos/as negros/as

O povo faz uma lógica inversa, assim, “ah, ele nasceu na periferia, não sabe falar direito, não sabe escrever direito, então não vai saber ser um bom político”. Essa é a discussão que é expressa, para não dizer que é racista. Mas é racista sim porque ao ver uma pessoa negra você dá a ela uma série de conteúdos, você já pensa dela uma série de coisas que têm a ver com a questão histórica. Então, há um preconceito com a pobreza, faz com que as pessoas estejam mais aptas a confiar, a votar, a chegar perto de pessoas que pareçam mais elitizadas, intelectualizadas, finas, chiques. (Mácia Teixeira – PSTU)

E é justamente por isso que Mácia acredita que existe uma ideologia dominante que busca manter grupos oprimidos dominados por uma elite dominante. Em termos de transferência de votos, para a candidata, mulheres não votam em mulheres só por serem mulheres, assim como se repete no caso de negros/as e população LGBT. Em sua opinião, somos treinados a pensar que somos todos iguais – tentativa de dissolver diferenças sociais – para enfraquecer uma possível organização de grupos desprivilegiados.

Então é isso, tem uma máquina que retroalimenta essa alienação. Esse é o único motivo pelo qual pessoas negras não votam em candidatos negros? Não, mas acredito que seja o pano de fundo. As pessoas não se identificam com aqueles que sofrem tais como elas, elas são incentivadas a invejar os seus dominantes; eu quero ser que nem ele. Eu votar em pessoas como ele, eu não vou votar no Zezinho pobre, preto que nem eu porque, se ele tá fodido que nem eu é porque ele não sabe das coisas. Aquele ali, que tá ali em cima é quem sabe das coisas e é com ele que eu quero me juntar. (Mácia Teixeira – PSTU)

Para o candidato Juliano Lopes (PCO), o racismo é uma prática sistemática. Em todos os espaços, guardadas suas devidas proporções, existe uma tentativa de manter a população negra excluída e, quando surge uma reclamação/manifestação/indignação, tudo vira vitimismo. Assim como Mácia, o candidato acredita que a existência do racismo atrapalha a candidatura e a eleição de pessoas negras. Ainda no processo eleitoral, existe muita falta de recurso para participar da concorrência eleitoral e, muitas vezes, em busca de um partido que o/a apoie financeiramente e abra espaço para sua campanha eleitoral, muitos candidatos/as negros/as optam por filiações em partidos cuja legenda não corresponde à sua ideologia política.

O problema é que para isso, ele praticamente deixa de lado suas propostas. O candidato não consegue colocar nenhuma reivindicação, nada do programa, do que ele acha importante em discussão. Ele é obrigado a se vincular à outro projeto e mesmo no seu próprio material de divulgação, ele só tem 20%, 25% do panfleto, de resto pertence à legenda para colocar o candidato mais chamativo. Esse candidato, no final das contas, é dominado pela legenda, não consegue fazer nada por si. Não consegue fazer nada na sua campanha, quem dirá ser eleito. Esse tipo de mecanismo só acaba reforçando ainda mais os espaços marcados que temos hoje na política. (Juliano Lopes – PCO)

No que diz respeito à uma efetiva eleição

Os candidatos não têm perspectiva de serem eleitos, com o tempo, as pessoas vão ficando depressivas e desestimuladas com a competição e, simplesmente, desistem, ou se unem às legendas que vão a eleger. No final das contas, são sempre os mesmos candidatos saindo eleitos, os mesmos se candidatando, não vemos novos candidatos se dispondo a tentar, os que tentam aí não têm grana para entrar, não tem poder para fazer algo lá dentro do Congresso. (Juliano Lopes – PCO)

E afirma que a culpa de negros/as não votarem em negros/as não é do/a eleitor/a. Se negros/as não têm espaço na televisão, não têm espaço na política e só aparecem em situações criminalizadas, o eleitor/a acaba ficando refém de um sistema falido. E complementa,

É quase impossível exigir que o eleitor vote em um candidato negro, pois até que ele ache esse candidato, a eleição acabou. Quem é esse candidato negro, Juliano Lopes? Onde encontro o número para votar nele? Sobre o que ele fala? Só 20 segundos na televisão? É um jogo de cartas marcadas. O eleitor que busca e se informa sobre o candidato é praticamente um herói; isso não acontece. Todos os esforços são muito pequenos. (Juliano Lopes – PCO)

De maneira mais sucinta, Gilson Euzébio (PT) descreveu como seu partido, em 1970, conseguiu trazer os trabalhadores, pessoas do povo, peões de obra, sindicalistas para o Congresso Nacional; e como esse movimento representou o começo de uma mudança na política brasileira. Mas afirma que questões raciais ainda são raramente discutidas em espaços do cotidiano. A consequência disso são os padrões de comportamento negativo que vemos em relação aos negros/as.

Uma vez aqui em Brasília estava num posto de gasolina e só havia um frentista. Tinha outro carro, um Mercedes parado e ele estava dando toda a atenção para o Mercedes. Quando ele se aproximou para me atender, começou dizendo que “Um preto dirigindo um Mercedes, a gente tem que ficar de olho, né?” (Gilson Euzébio – PT)

Por esses motivos, o candidato acredita que o racismo não atrapalha a candidatura em si, mas com certeza a eleição de pessoas negras. Para ele, o problema não é entrar como candidato/a, é o processo eleitoral sem o apoio dos partidos – o que acarreta em falta de material de divulgação, pouco tempo na televisão – que torna a eleição inviável. Para ele, o momento de se eleger se complica porque grande parte da população ainda acha que pessoas negras são inferiores aos brancos/as.

graças a esse debate nós conseguimos as cotas nas universidades e avançamos um pouco. Mas isso não tem avançado muito dentro dos próprios partidos, no que cerne ao alcance de posições políticas e candidaturas, os partidos não estão preocupados com isso. (Gilson Euzébio – PT)

Para Bena Domingos (PP), questões raciais não são discutidas no Brasil, apenas se sente e se aprende a conviver com o preconceito. No entanto, afirma que nunca deixou que a colocassem para baixo por causa de sua cor. Apesar do racismo, ela considera importante que nos coloquemos acima da discriminação. Embora ele seja perceptível em todos os espaços sociais – igreja, vida pública, entre amigos –, até mesmo em tom de brincadeira, não se pode deixar abater. A candidata acredita que, por esse motivo, candidaturas negras enfrentam maiores problemas que candidaturas brancas.

Você pode ver o percentual de candidatos negros e brancos. Os próprios partidos selecionam. Eles são seletivos em relação à cor. Se você fizer um levantamento vai ver a quantidade de candidatos negros e brancos. Não só em Brasília, em todo o Brasil, mas em Brasília as oportunidades são menores. (Bena Domingos – PP)

Quanto ao efeito do racismo na eleição desses indivíduos, Bena não definiria como um padrão

Acho que depende do legado, da história de vida do indivíduo. Se ele não vem de uma vida. Por exemplo, meu pai⁴² fez o caminho dele e, de certa forma, a gente vai na fama. Agora, uma pessoa que não conseguiu fazer nome porque tá começando, fica difícil. Se ele não tiver um respaldo é bem mais difícil. (Bena Domingos – PP)

Para a candidata, a sub-representação de negros/as também é fruto de um preconceito de negros/as contra negros/as.

Eu gostaria também de entender porque existe esse preconceito do negro com o próprio negro. O negro procura votar nas pessoas que exatamente não valorizam a raça, é uma coisa que também me intriga. Uma coisa que percebi é que na televisão, quando você é maquiada, eles claream você, né, as pessoas até se assustam “mas era você?”; eu nem me importo... (Bena Domingos – PP)

Bena não acredita na possibilidade de sucesso de candidatos/as que defendem bandeiras raciais, pois, para ela, a política deve ser feita na horizontal, de igual para igual.

Durante sua entrevista, o candidato Flavio Brebis (PSB) mencionou muitas vezes a importância da transversalidade quando se discute política. E, ainda que sua plataforma tenha sido baseada na luta pelos direitos sociais da população LGBT, defende que a pauta racial possui teor transversal à muitas outras pautas políticas.

Hoje eu estou em um espaço que se pensa políticas públicas para pessoas LGBT, então pela variedade de perfis, isso inclui a população negra. A pauta LGBT é muito transversal, então a pauta negra está sempre em torno das nossas conversas e das nossas propostas políticas. A questão racial também é uma pauta bem transversal e essa transversalidade na posição em que estou é muito necessária. (Flavio Brebis – PSB)

No entanto, para Flavio, o atual cenário político tem permitido muito mais a participação de grupos que não tinham tanta visibilidade no passado.

Hoje não acho que tenha ainda uma coisa muito denotada dos negros, acho que a inserção política da pessoa fala muito mais alto do que ser mulher, homem, negro,

⁴² Benedito Augusto Domingos é um político brasileiro, filiado ao Partido Progressista – PP.

branco, gay, hétero. Em 2014, o que vi mais pautado era a competência política e a transformação dessa competência política revertida em voto. (Flavio Brebis – PSB)

Nesse sentido, o candidato afirma que, caso o racismo realmente atrapalhe a eleições desses indivíduos, o faz de maneira mais velada. Segundo ele, vivemos hoje num processo muito recente da democratização e, por isso, as pessoas ainda não se acostumaram à liberdade que o voto garante. É nesse processo de construção que candidatos/as com pautas específicas devem buscar identificação com seu público-alvo.

É um fato que o negro não vota em negro, mulher não vota em mulher, etc. Eu penso que isso é uma construção, as pessoas aos poucos vão se acostumar. Mas enquanto não tivermos pessoas que representem pautas específicas, sempre digo que vamos continuar nadando e morrendo na praia. No meu caso, ouvi muitas críticas sobre ampliar mais meu público alvo, para não ter o efeito contrário, as pessoas reprovarem seu nome por ter uma pauta muito específica com a qual elas não se identificam. (Flavio Brebis – PSB)

Para Divino Rocha (PSOL), não só em situações que o envolvem, mas casos de discriminação sempre vêm à tona em rodas de conversa, e, por isso, pautas como essa, devem ser cada vez mais abordadas. O candidato acredita que o racismo é capaz de prejudicar a candidatura de negros/as, mas nem tanto sua eleição.

Geralmente as pessoas, dependendo da condição social e cor, não se sentem inseridas, não têm segurança de fazer as coisas. Quando você vê muita gente sendo pouco valorizada, acho que atrapalha você de fazer as coisas sim. [Mas] Acho que o fato de você se declarar preto ou pardo não é uma questão, porque o eleitor não vai ter conhecimento disso. A eleição é muito mais de ter dinheiro e se você não tem dinheiro para sair na televisão, vai no corpo a corpo. E no olho no olho a pessoa vê quem você é, suas propostas. (Divino Rocha – PSOL)

Para Divino, tanto a questão de sub-representação, como a de ausência de pautas raciais estão diretamente ligados com os recursos financeiros de cada candidato/a. Até porque, hoje em dia, candidatos/as procuram manter pautas de alta sensibilidade em aberto, na tentativa de perder o mínimo de votos possível.

Uma eleição é muito complexa e o principal de uma candidatura é o dinheiro. Não sei se é por coincidência, mas as eleições aqui no DF se definem mais por dinheiro, então se você não tem, também não tem chance. Eu, por exemplo, durante toda a eleição tive só 10 segundos de televisão; já começa por aí. Então, acho que os partidos mais ricos têm mais tempo, mais dinheiro. [...] Mas também não podemos ser muito específicos na campanha. Por exemplo, se você for contra ou a favor do casamento gay, vai atrair ou perder votos por isso. A mesma coisa com racismo. Se

o candidato tiver envolvimento com racismo, ele não vai ter uma boa votação. (Divino Rocha – PSOL)

A penúltima candidata entrevistada, Maria Ivoneide (PTC), acredita que é preciso dar oportunidade a todos, afinal, somos todos seres humanos. Ela afirmou que não só participa de discussões que envolvem raça, como quando vê qualquer preconceito, vai à luta. Mas infelizmente, ainda vemos muito preconceito. A candidata defendeu que a existência do racismo pode atrapalhar a candidatura e a eleição de negros/as, justamente porque a candidatura por si incomoda pessoas racistas. E afirma

Não é porque você é pobre que não vai conseguir e chegar lá. [Quanto à eleição] Acho que uma parte vai atrapalhar por causa dos preconceituosos, mas quando você conhece a pessoa e ela é boa, ela vai chegar lá. Mas pesa sim. (Maria Ivoneide – PTC)

No entanto, a candidata se disse impressionada por como o dinheiro move o processo eleitoral.

Foi uma surpresa essa questão de dinheiro, me senti discriminada, deixada de lado pelo partido. E quando vi a gravação das campanhas eleitorais, as coisas que as pessoas falavam e faziam, parece que quem senta nessa cadeira tem que ser desonesto, era o que as pessoas falavam. (Maria Ivoneide – PTC)

E se mostrou indignada diante dos dados de sub-representação da população negra, afinal, vivemos em um país miscigenado.

Eu não vejo cor, eu votaria tranquilamente em qualquer pessoa que eu acreditasse no caráter. Não tenho preconceito com isso, e fico p da vida quando me dizem que sou diferente; eu vim para essa terra igual a você. Temos [brasileiros] essa coisa diferenciada, misturada; quem tem esses preconceitos que vá embora. Eu sempre comparo as pessoas com um jardim: um jardim tem várias espécies e ele fica bonito por isso. Cada flor vai representar alguma coisa dentro desse jardim. A mistura das raças é um jardim e não existe coisa mais linda do que um jardim. Esse país é um presente, ainda vai dar uma guinada. Vem o branco se envolver com a preta, não tem nada a ver sabe, fica misturado, é lindo. O Brasil é natural, amoroso, nós nos damos a mão e nos ajudamos, somos indiferentes a qualquer raça. (Maria Ivoneide – PTC)

Por fim, o candidato Tenente Alberto (PSDB) ainda que considere questões raciais de importante discussão, não acredita que o racismo possa atrapalhar a candidatura ou a eleição de indivíduos pretos/as e pardos/as. Para ele, o Brasil de hoje onde sequer temos

partidos e ideologias partidárias fixadas, não há obstáculo racial para candidatos/as à cargos políticos.

Não, não acho, pois creio que “dita discriminação” é parte mais de nós mesmos e não das outras pessoas. A partir do momento em que não dermos importância, não há de se ter nenhuma discussão sobre o assunto. (Tenente Alberto – PSDB)

Segundo o Tenente, o processo eleitoral é um dos problemas de todas essas questões. Não só determinados partidos já possuem vagas cativas e bem demarcadas no Congresso, como as possibilidades de sucesso eleitoral pendem sempre para quem tem mais dinheiro. No entanto, defende que a ausência de pautas raciais é resultado de, no Brasil, os/as eleitores/as votarem em ideias.

Os eleitores hoje não votam em questões de preconceito. Hoje se vota em ideias. E por isso que o voto deveria ser mudado, teria que ganhar quem tivesse a maioria dos votos e não a proporcionalidade. O eleitor vota no candidato, independentemente de cor, credo. O brasileiro vota nas ideias dos candidatos. (Tenente Alberto – PSDB)

3.2. Análise comparativa

Através das entrevistas, pudemos perceber que há maior envolvimento político de certos/as candidatos/as com as relações raciais no Brasil. Enquanto alguns/mas se mostraram mais favoráveis à discussão de pautas raciais em campanhas eleitorais, outros/as mostraram dúvida quanto a real necessidade de abordagem desse assunto em meios políticos. Mas embora haja opiniões distintas, acredito ser possível identificar algumas intersecções na fala dos/as entrevistados/as. Para isso, três grupos foram formados com o objetivo de agrupar informações de: (a) Similaridades; (b) Discrepâncias; e (c) Contradições.

(a) Similaridades:

Os/as candidatos/as Mácia Teixeira (PSTU) e Juliano Lopes (PCO) podem ser mais facilmente enquadrados nessa divisão, pois partem de uma mesma base militante em defesa da população negra. Embora possuam discursos diferentes quanto ao processo de empoderamento da população, ambos/as acreditam na existência do racismo enquanto prática sistêmica de manutenção da população negra em situação desvantajosa. O

candidato Gilson Euzébio (PT), por sua vez, ainda que não apresente pautas raciais como mote de campanha, apresenta uma origem de raciocínio similar aos/às dois/uas primeiros/as candidatos/as. O candidato do PT prioriza propostas que colocam a população negra como seu público alvo; assim como compartilha da crença de que há um padrão nas relações sociais que cristaliza certa imagem negativa sobre pessoas negras.

Pode-se dizer também que, os/as candidatos/as Bena Domingos (PP), Divino Rocha (PSOL) e Maria Ivoneide (PTC) parecem partilhar da ideia de um princípio maior, ao qual a defesa das pautas raciais pode mascarar; a defesa pela igualdade universal. Preocupados/as com a possibilidade de pautas raciais despertarem gatilhos separatistas, estes/as candidatos/as não acreditam que a busca por igualdade universal inclua a defesa de pautas raciais para um grupo específico.

(b) Discrepâncias:

Quando observada a identificação racial de cada candidato/a, torna-se visível a diferença de experiências entre alguns/mas. Ainda que todos/as identifiquem-se hoje como pretos/as e pardos/as, Mácia Teixeira (PSTU), Juliano Lopes (PCO) e Gilson Euzébio (PT) são os/as únicos/as a descrevem o descobrimento de serem negros/as. E ainda assim, apresentam campanhas eleitorais com focos diferentes. Já observando todos/as os/as candidatos/as entrevistados/as, é possível notar que a partilha da importância em discutir questões relacionadas à raça não torna, necessariamente, suas campanhas eleitorais favoráveis às pautas raciais.

(c) Contradições:

Pensando ainda sobre a partilha da importância em discutir pautas raciais, vale ressaltar o desnível de coerência em alguns discursos. Ainda que a maioria se diga defensora de questões raciais, poucos se mostram favoráveis a se movimentar politicamente a seu favor. Bena Domingos (PP) e Maria Ivoneide (PTC) são um exemplo de candidatas que defenderam pautas raciais, mas posteriormente as definem como elementos segregacionistas em uma luta muito maior. Por sua vez, embora Tenente Alberto (PSDB) tenha em seu lema “100% sem preconceito”, é o único candidato a defender a redução de discussões raciais.

Em vistas dos resultados distribuídos acima, apresento a seguir um quadro síntese das quatro linhas de análise inicialmente propostas com as principais informações obtidas através das entrevistas.

Quadro 1:

	Identificação racial	Principais plataformas eleitorais	Posição pessoal quanto a pautas raciais	Reflexão sobre sub-representação e ausência de pautas raciais
Mácia Teixeira (PSTU)	Descobriu-se preta	Genocídio da população negra; Desmilitarização da PM; Contra o racismo.	Importante sob o ponto de vista do debate político e de promoção de discussões sociais.	Racismo atrapalha o processo eleitoral e a eleição de candidatos/as negros/as; Acredita na existência de uma ideologia dominante que busca manter grupos oprimidos contidos.
Juliano Lopes (PCO)	Descobriu-se preto	Em favor das cotas raciais; Livre ingresso na universidade pública; Contra o extermínio da população negra.	Importante para agregar e organizar a população negra	Racismo atrapalha o processo eleitoral e a eleição de candidatos/as negros/as; Acredita na tentativa de manutenção da população negra em exclusão.
Gilson Euzébio (PT)	Descobriu-se preto	Reformulação do sistema penitenciário; Descriminalização das drogas; Anistia de condenados/as por consumo de drogas.	Importante para discutir a realidade social da população negra.	Racismo não atrapalha a candidatura, mas sim a eleição de candidatos/as negros/as; Acredita na existência de padrões de comportamento negativo em relação aos negros/as.
Bena Domingos (PP)	Sempre se identificou como preta	Criança abandonada e dependente química; Criação de um hospital geriátrico.	Importante, mas preocupa-se com uma possível direção segregacionista.	Racismo gera maior desgaste eleitoral para candidatos/as negros/as, mas sua eleição possui outros fatores; Não acredita no sucesso de candidatos/as que defendem bandeiras raciais.
	Sempre se identificou como pardo	Garantia de direitos sociais para a população LGBT.	Importante principalmente sob o ponto de vista da interseccionalidade.	Racismo pode atrapalhar, de forma velada, o processo eleitoral e a eleição de candidatos/as

Flavio Brebis (PSB)				negros/as; Acredita que o espaço para pautas como o racial ainda está em construção.
Divino Rocha (PSOL)	Sempre se identificou como pardo	Mudança nas leis de execução penal.	Importante, mas acredita em igualdade para todos.	Racismo pode atrapalhar o processo eleitoral, mas nem tanto a eleição de candidatos/as negros/as; Acredita que tanto a sub-representação, quanto a ausência de pautas raciais seja consequência da falta de recursos.
Maria Ivoneide (PTC)	Sempre se identificou como parda	Auxílio aos terceirizados; Trabalho social.	Importante pelo direito de expressão.	Racismo pode atrapalhar o processo eleitoral e a eleição de candidatos/as negros/as porque incomoda à quem é racista; Acredita que o dinheiro move o processo eleitoral.
Tenente Alberto (PSDB)	Sempre se identificou como pardo	Segurança pública.	Acredita que todos temos preconceito, mas não deveríamos ter uma pessoa eleita para abordar a questão racial.	Racismo não atrapalha o processo eleitoral ou a eleição de candidatos/as negros/as; Acredita que não devemos discutir pautas raciais.

Fonte: autoria própria com base nas entrevistas realizadas

As informações dispostas no quadro acima, assim como a exposição das entrevistas, nos ajudam a avaliar o tamanho descompasso entre o reconhecimento de que há racismo – opinião majoritária entre os/as entrevistados/as – e a pouca presença de agenda racial em campanhas eleitorais de candidatos/as pretos/as e pardos/as no pleito de 2014 para o cargo de Deputado/a Federal no DF. Ainda que tenha sido perguntado aos/às candidatos/as o motivo que os/as levaram a não abordar pautas raciais, resta uma lacuna que explique esse fenômeno social no comportamento da maioria de candidatos/as negros/as.

Capítulo 4

A dinâmica de funcionamento do racismo

Contratar brancos não era visto por esses homens como uma questão de raça, mas contratar negros era; não contratar negros constituía discriminação contra eles, mas não parecia ter nada a ver com a contratação de brancos. Os brancos eram contratados como indivíduos; somente os negros é que eram tomados como membros de um grupo racial (e a sua pertença, não suas habilidades e qualidades, os desqualificava).

Joan Scott (2005, p. 25)

Para chegarmos a esse capítulo, foram discutidos dois pontos essenciais para a tentativa de compreender as motivações e os incentivos que tornam pautas raciais marginais às plataformas eleitorais de candidatos/as negros/as. Situar a evolução do debate racial no Brasil e ressaltar a sub-representação de negros/as em esferas específicas, como a da política, permite que o processo pelo qual são formadas essas preferências seja discutido. Para o que se propõe nessa dissertação, é importante observar como a dinâmica de funcionamento do racismo estrutural estabelece uma correlação entre os filtros/obstáculos específicos à essa população e a tematização racial de campanhas eleitorais.

Enquanto solução para o problema de identificação coletiva, como vimos no primeiro capítulo, a democracia racial muito mais representou um freio às manifestações explícitas de discriminação racial, do que um esforço para combater as desigualdades de renda e de oportunidade entre brancos/as e negros/as. Isso significa dizer que a democracia racial ultrapassou o sentimento de uma mera política, e tornou-se elemento intrínseco da nacionalidade brasileira. Sua construção associada à formação de uma identidade nacional gerou o que Bolívar Lamounier (1968 *apud* Guimarães, 2001) definiu como o paradoxo brasileiro. A coexistência de uma relativa ausência de conflitos violentos – que deveriam, em tese, derivar das grandes e crescentes desigualdades sociais entre brancos/as e negros/as – com a quase inexistência de assuntos raciais na esfera política. Para ele, existiriam três possíveis justificativas para este fenômeno: (1) a

capacidade do estado brasileiro em gerar símbolos de integração e incorporação dos/as negros/as suficientes para contrabalançar as tensões nascidas do preconceito e da discriminação racial; (2) a capacidade do estado em se antecipar ou cortar pela raiz as tensões raciais iminentes; e (3) o sucesso das instituições brasileiras em cooptar lideranças negras emergentes e agressivas. Através desses mecanismos, a democracia racial se materializou em forma de um sistema de orientação de ações, práticas, expectativas, sentidos e valores enraizados no senso comum brasileiro. Criou-se, portanto, um sistema baseado na ignorância do fenômeno social gerado pela discriminação racial. De um lado, a apatia do estado, do outro, o consenso entre brancos/as e negros/as de que sua cor não seria um fator relevante para determinar sua trajetória social. Não que negros/as não reconhecessem a existência de obstáculos mais rígidos à sua ascensão, mas esses obstáculos não eram associados à um problema sistêmico.

Analisando o resultado das entrevistas sob esta lógica, é possível reconhecer o discurso de alguns/mas dos/as entrevistados/as. Ao se dizerem crédulos/as da importância do debate racial, mas preocupados/as em manter um discurso universalista, os/as candidatos/as Bena Domingos (PP), Divino Rocha (PSOL) e Maria Ivoneide (PTC) dão exemplo do paradoxo brasileiro. Ao mesmo tempo em que reconhecem o racismo enquanto um sistema que permanentemente coloca negros/as em situação de desvantagem, se posicionam desfavoravelmente à uma mobilização enquanto grupo. O candidato Tenente Alberto (PSDB) sequer acredita no fomento ao debate. Já Gilson Euzébio (PT), ainda que tenha apresentado durante a entrevista reconhecimento e apoio da importância em ampliar discussões sobre questões raciais, de maneira consciente, preferiu pautas raciais por um possível aumento de sucesso eleitoral. Por estarem inseridos/as em um contexto de maior envolvimento com a militância, os/as candidatos/as Mácia Teixeira (PSTU), Juliano Lopes (PCO) e Flavio Brebis (PSB) parecem ser exceção à regra. Mesmo levando em consideração que apenas Mácia Teixeira (PSTU) e Juliano Lopes (PCO) abordam explicitamente pautas raciais, podemos reconhecer nos/as três um posicionamento mais conflitivo.

Utilizo aqui a palavra conflitivo, pois é essa a interpretação atribuída àqueles/as que publicamente assumem uma identidade racial no Brasil. Para muitos/as brasileiros/as, a apresentação de identidades raciais rígidas configura em ato segregacionista. Ora, se somos uma nação racialmente democrática e, portanto, sem diferenças de oportunidade no longo espectro de cores, para quê criar diferenciações?

Não obstante acobertar uma forma velada de preconceito, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, como parte do *ethos* nacional, envolve uma valorização ostensiva do igualitarismo racial, constituindo um ponto de referência para a condenação pública de manifestações ostensivas e intencionais de preconceito, bem como para o protesto de elementos de cor contra as preterições de que se sentem vítimas. Além disso, dado o orgulho nacional pela situação de convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assumem o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitadas. (Nogueira, 2006, p. 298)

Nesse sentido, assuntos relacionados à cor são ao máximo evitados, mas principalmente diante de pessoas pretas ou pardas. Evita-se, no Brasil, mencionar qualquer assunto capaz de ofender o/a outro/a. Paradoxalmente, em momentos de conflito, a cor sempre aparece como um dos primeiros elementos em tentativas de constrangimento público para pessoas negras.

Ao comparar as diferenças entre manifestações de preconceito racial no Brasil e no Estados Unidos, Oracy Nogueira (2006) define o que contrapõe como *preconceito racial de marca* e *preconceito racial de origem*, respectivamente. E descreve a discrepância não só nas manifestações, mas também no comportamento de negros/as brasileiros/as e norte-americanos/as. Para esse trabalho, vale ressaltar a contraposição entre o *etos* do racismo brasileiro e o *etos* do racismo norte-americano. Enquanto o primeiro apresenta características de consciência de raça intermitente e um processo de acomodação que resulta em um “desarmamento afetivo” do/a negro/a; o segundo tende à consciência de raça contínua e obsessiva, assim como um estado quase permanente de conflito. Assim, no Brasil,

No campo das relações inter-raciais, como já foi visto, a regra é o branco evitar a susceptibilização do homem de cor. A própria palavra “negro”, geralmente, se reserva para os momentos de conflito, preferindo-se, nas fases de acomodação, expressões como “pardo”, “mulato” e “preto”, quando não eufemismos como “moreno”, “caboclo” (em relação a indivíduos negróides) etc. Mesmo quando ocorrem situações em que a presença do indivíduo de cor seria considerada indesejável ou incômoda, o mais comum é se lhe “dar a entender” o problema que está pendendo ou que ele “está causando”, sem se chegar “ao extremo” de lhe chamar franca e abertamente a atenção. (Nogueira, 2006, p. 305)

Se observados por essa linha de interpretação, parte expressiva dos discursos dos/as candidatos/as se assimilam não só à uma consciência intermitente, como ao desarmamento afetivo, de que fala Nogueira. Mácia Teixeira (PSTU) e Juliano Lopes (PCO) mais uma vez parecem ser a exceção também nesse aspecto. Ambos trazendo

fortes discursos sobre a importância da mobilização e do empoderamento da população negra, são os/as únicos/as entrevistados/as que apresentam propostas coerentes com a importância que dizem dar aos bloqueios e obstáculos sistêmicos pelos quais a população negra passa. Guardando as devidas proporções aos candidatos Gilson Euzébio (PT) e Flavio Brebis (PSB), que apresentam propostas transversais às suas preocupações com essa parcela da população – embora não o façam de maneira explícita –, a maior parte dos/as entrevistados/as parece adotar o discurso de que o problema racial no Brasil está naqueles/as que se deixam abater e se influenciar pela opinião dos/as demais. Como exemplo, a candidata Bena Domingos (PP) descreve em sua entrevista as estratégias de comportamento diante de uma situação discriminatória. Para a candidata, a existência do preconceito racial é um dado posto, mas a forma como escolhemos lidar com ele é o que molda uma postura de indiferença.

Você vive, você sente o preconceito, você convive com ele. Só que eu nunca deixei ninguém me colocar por baixo por causa da minha cor, porque eu sempre fui eu. Em todos os meus posicionamentos, em todos os lugares (...) a gente sabe como funciona. Mas a gente sempre se colocou acima disso aí. Tem na igreja, tem na vida pública, tem entre os amigos. Preconceito existe, mas a gente lida com ele se mostrando capaz. Tem gente que fala “ah, essa neguinha”, mas a gente segue. (Bena Domingos – PP)

Assim como Bena, Tenente Alberto (PSDB) também defende uma tomada de postura bem específica. No entanto, o candidato opta por posicionar-se contrário ao aumento do debate, já que não acredita que os problemas sociais no Brasil tenham qualquer derivação de questões raciais.

Não vejo dessa forma, todos nós temos nossos preconceitos. Não precisa ser dada a importância de ter a pessoa para falar de certo assunto. Todos os assuntos são importantes quando falamos de educação e cultura. Os problemas que temos são decorrentes da falta disso. (Tenente Alberto – PSDB)

Esse é o estado das relações raciais no Brasil; uma espécie de conformismo daqueles/as que reconhecem a discriminação racial, mas preferem não instigar o assunto. Consequentemente, obstáculos rígidos à ascensão social e à igualdade de oportunidade para negros/as permanecem como acaso. Assim como suas preferências e escolhas parecem escapar de todo esse contexto.

Apesar do senso comum, já é tempo de desconstruir a premissa de que preferências e escolhas não são influenciadas por uma falsa socialização harmoniosa entre

brancos/as e negros/as. Segundo Miguel (2015, p. 607), não podemos ignorar que, por mais autônomos que possam ser, indivíduos não formam suas preferências em um vácuo afetivo; suas opções pessoais são reflexos de sua socialização no mundo e, portanto, resultado de sua perspectiva social particular. Isso significa compreender que há constrangimentos e incentivos que incidem de forma assimétrica sobre integrantes de diferentes grupos sociais, gerando ajustes no processo de produção de suas preferências. E que para falarmos em indivíduos autônomos, precisamos nos certificar que haja, pelo menos, três condições para o exercício de sua autonomia; (1) acesso a pluralidade de informações e perspectivas de mundo; (2) ausência de custos excessivos e desproporcionais vinculados à adoção de preferências específicas; e (3) capacidade de análise crítica sobre as próprias preferências.

Se pudermos assegurar esses elementos, então talvez possamos dizer que, de fato, não houve mecanismos psicológicos ou materiais que condicionassem a construção de preferências e escolhas. E, no que diz respeito à tematização de campanhas, poderíamos nos despreocupar com a falta de mobilização de pautas raciais na esfera política. No entanto, não se pode ignorar que o fenômeno estrutural de dominação cria um sistema de valores que determina o fluxo de vantagens e desvantagens entre grupos, e que distorce os interesses particulares de uma elite em supostos interesses coletivos. Aos/às dominados/as, cabe à exigência de conformação às regras; se quero sucesso no processo eleitoral e pautas raciais não me trazem votos – pelo contrário, podem até dispersá-los –, mais fácil apenas não falar.

(...) essa ideologia faz com que negros, trabalhadores, honestos da periferia prefiram votar num Fraga, que vai abaixar a maioria penal, que vai fazer com que o filho daquela senhorinha possa ser preso por ter feito qualquer coisa, enfim, algo que vai atrapalhar a vida dela; mas ela tem mais confiança em votar num cara como esse do que alguém que nem ela, da mesma raiz social dela, que vai defender coisas que sejam boas para ela. É uma ideologia muito nefasta, que justifica, pelo menos em larga medida, essas distorções. (Mácia Teixeira – PSTU)

4.1 O ovo ou a galinha? Sub-representação e a ausência de pautas raciais

Como visto no segundo capítulo, um dos desdobramentos dessa lógica racista é a permanência de negros/as na base de quase todas as cadeias hierárquicas, assim como no topo dos índices de pobreza, violência e sub-representação. Os dados apresentados são apenas reflexo do ideário de que, no Brasil, trajetórias sociais não são influenciadas pelas

características físicas dos indivíduos. Nessa direção, e interessada em melhor compreender os motivos que levam a população negra a estar sub-representada na esfera política, Gladys Mitchell (2009) realizou um estudo com eleitores/as de diferentes bairros de São Paulo e Salvador buscando informações que mostrassem um possível viés ideológico étnico. Avaliando se eleitores/as não-brancos/as possuíam alguma tendência a votar em candidatos/as negros/as, Mitchell concluiu que

À medida que as cores se tornam mais escuras, ou à medida que a identificação pela cor se move do branco ao negro no espectro de cores, aumenta a estimativa de probabilidade de que um afro-brasileiro em Salvador e São Paulo vote em um candidato negro (2009, p. 294)

E essa inclinação tende a aumentar na medida em que esses eleitores/as sobem na hierarquia social; desenvolvendo maior engajamento em militância identitária (*ibidem*, p. 301). Mas embora apresente um resultado animador, pesquisas mais recentes (Campos, 2015; Bueno e Dunning 2013) exploram novas hipóteses às previsões feitas por Mitchell.

Buscando correlações entre a preferência eleitoral por candidatos/as brancos/as e o baixo número de eleitos/as negros/as, Bueno e Dunning não encontraram correspondência significativa (2013, p. 34). Mas concluíram, assim como resultou o estudo de Campos, que os resultados estatísticos indicam que o filtro que dificulta a eleição de candidatos/as negros/as pode estar associado às desigualdades de recurso entre candidaturas não-brancas e brancas (2013, p. 47). Mas para além desse indicativo, Campos (2015) se propôs a avaliar em que medida há um viés racial no relacionamento de candidaturas negras com o sistema partidário brasileiro. Assim como descoberto nessa pesquisa, ao observar o processo eleitoral para as Câmaras Municipais de Rio de Janeiro e São Paulo, Campos não encontrou grande distância entre a proporção da população autodeclarada negra, em ambas as cidades, e o número de candidatos/as negros/as concorrentes. E, da mesma forma, pôde observar brusca mudança de cenário quando comparado o número de eleitos/as negros/as e a população. “Ao que parece, o principal filtro que afasta os não brancos da representação não está propriamente na oferta de candidaturas, mas, sobretudo, nas chances eleitorais.” (2015, p. 704).

Um dos fatores mais interessantes apontados em sua pesquisa é a hipótese de que a desigualdade na distribuição de candidatos/as negros/as por diferentes partidos seja significativo para sua sub-representação. Propondo uma divisão própria dos partidos entre esquerda, centro e direita, “foram considerados como partidos de esquerda **PT**, **PCdoB**,

PSOL, PHS, PDT, **PSB**, PMN, **PSTU**, PCB e **PCO**; de centro PMDB, **PSDB**, PV e PPS; e de direita DEM, PTB, PTN, PSDC, PRB, PTdoB, PSD, PR, **PP**, PRTB, PRP, **PTC**, PSC, PSL e PPL⁴³ ” (2015, p. 705). O resultado da avaliação de distribuição de candidatos/as de acordo com essa divisão tende a questionar a ideia de que, possivelmente, partidos de esquerda seriam mais abertos ao registro de candidaturas negras. Buscando maiores confirmações para suas hipóteses, Campos propõe uma nova divisão partidária, dessa vez de acordo com o tamanho de cada partido.

Considerando o número de filiados declarados por partido em 2012, a bancada conquistada na Câmara dos Deputados Federais e a votação obtida nas eleições de 2012, os partidos foram divididos em três grupos: partidos grandes (PMDB, **PT**, DEM e **PSDB**), partidos médios (PDT, PTB, **PP**, PR, **PSB**, PPS, PCdoB, PV, PRB e PSD) e partidos pequenos (PRP, PMN, **PSOL**, PSL, PSC, **PTC**, PTdoB, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, **PSTU** e **PCO**)⁴⁴ . (2015, p. 709)

O resultado dessa nova avaliação parece confirmar a premissa defendida pelo autor, de que, na verdade, partidos pequenos, e não necessariamente partidos de esquerda, estariam mais abertos às candidaturas negras.

Sua hipótese explicativa para esse fenômeno é que, enquanto partidos grandes têm sua lista de candidatos/as influenciada pelo capital político específico que deriva do processo eleitoral, partidos pequenos se aproximam mais de um reflexo de oferta demográfica de lideranças político-sociais dispostas a se candidatar (p. 710). Em um mesmo sentido, a hipótese de que a sub-representação de negros/as estaria relacionada com a falta de recursos para suas candidaturas parece igualmente verdadeira. Considerando que partidos grandes possuem quantidade muito maior de recursos disponíveis para seus/uas candidatos/as, e se é possível observar maior concentração de candidatos/as negros/as em partidos pequenos, de fato, candidaturas negras tendem a experimentar escassez de recursos para suas campanhas eleitorais.

Para a reflexão que se propõe essa dissertação, é interessante perceber que os/as únicos/as candidatos/as entrevistados/as que trazem pautas raciais para suas campanhas eleitorais se encontram simultaneamente, de acordo com a categorização de Campos (2015) entre os partidos de esquerda e de pequeno porte. E que, ainda, os/as entrevistados/as que mais apresentaram reclamações sobre a discrepância de recursos de

⁴³ Grifo meu com o intuito de ressaltar os partidos representados pelos/as entrevistados/as nesta pesquisa.

⁴⁴ Grifo meu com o intuito de ressaltar os partidos representados pelos/as entrevistados/as nesta pesquisa.

campanha disponibilizados são aqueles/as também dispostos nos menores partidos. Como declarou Divino,

Uma eleição é muito complexa e o principal de uma candidatura é o dinheiro. Então como você disse que o Fraga entrou, é um candidato que tem muito dinheiro por exemplo, tem tempo na televisão e ficou pregando o que sabia que não ia fazer se fosse eleito. Não sei se é por coincidência, mas as eleições aqui no DF se definem mais por dinheiro, então se você não tem, também não tem chance. Eu, por exemplo, durante toda a eleição tive só 10 segundos de televisão; já começa por aí. (Divino Rocha – PSOL)

A mesma frustração que compartilha Maria Ivoneide.

Quando me candidatei, entendi que o partido tinha a obrigação de repassar dinheiro para ajudar na minha campanha, mas na hora, me disseram que não tinham dinheiro para me ajudar. Eu não ia me endividar para fazer essa eleição, então deixei para lá. Eu sempre tive dentro de mim a vontade de ajudar a sociedade, mas eu não tinha o dinheiro. E eu fiquei tão decepcionada com isso que deixei minha campanha meio de lado. Eu hoje estou desfilhada do PTC por causa disso. (Maria Ivoneide – PTC)

Já pensando sobre as campanhas eleitorais, uma possível hipótese para que apenas dois partidos tenham lançado candidatos/as negros/as para o cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, em 2014, que abordassem pautas raciais é a maior liberdade de expressão que partidos de baixa competitividade apresentam. Observados os resultados, pode-se dizer que, uma vez que apresentem baixa probabilidade de sucesso no processo eleitoral, partidos como PSTU e o PCO utilizam suas candidaturas muito mais como uma manifestação político-social.

A campanha é uma denúncia do sistema atual. É uma campanha política e não eleitoral (no sentido de buscar apenas o sucesso nas eleições). Nós buscamos/lutamos pela democratização do processo eleitoral. Hoje muitas organizações são excluídas da oportunidade de participar das eleições, principalmente com a nova cláusula de barreira. Se não houvesse uma divisão tão arbitrária e segregadora do tempo de televisão, se o tempo nos veículos da mídia fosse gratuito, haveria muito mais negros participando do processo. Haveria uma participação muito maior e muito mais representativa da população. (Juliano Lopes – PCO)

Nesse sentido, em que medida a ausência de pautas raciais pode ser relacionada à sub-representação da população negra? Pensando sob o ponto de vista ideológico, seria a ausência de temáticas raciais a causa ou a consequência da marginalização dessa população em esferas políticas?

À princípio, tendo a acreditar que não possa ser feita uma relação causal entre ambas. Se entendermos a sub-representação política de negros/as como uma consequência do funcionamento do racismo brasileiro, a ausência de mobilização de questões raciais também poderia ser explicada pela mesma premissa. Se a maneira pela qual a lógica racista se manifesta faz com que a população negra não apresente capitais simbólicos reconhecidos como necessários à esfera política, é de se esperar que a consciência racial intermitente não torne a discussão racial uma prioridade. Sob esta visão, a ausência de pautas raciais em campanhas eleitorais, percebida através das entrevistas, parece ser apenas mais uma consequência da desigualdade de oportunidades entre brancos/as e negros/as; um reflexo da fragilidade da construção de identidades negras.

E é justamente por essa fragilidade que, na seção que se segue, apresento parte da obra da psicanalista Neusa Santos Souza. Por não acreditar que seja possível compreender a dinâmica de funcionamento do racismo brasileiro sem, pelo menos, ter contato com alguns dos mecanismos de opressão ativos no psicológico negro.

4.2 A construção em negação

A história da ascensão social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história da construção de sua emocionalidade, esta maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar dinamicamente com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral de injunções da História da formação social onde se inscreve. (Souza, 1983, p. 19)

Lado a lado ao funcionamento de uma lógica racista, negros/as permanecem evitando situações conflitivas e cultivando a expectativa de ascensão através da negação de sua própria identidade. Assim como há negros/as defensores de discursos que suscitam a ideia de que o racismo não passa de uma postura vitimista e de que o/a verdadeiro/a opressor é o/a próprio/a negro/a que insiste na existência de uma ideologia racial.

Um certo modo de reação apáica, fruto da introjeção da imagem do negro constituída pelo branco, onde o negro reconhece tacitamente sua inferioridade, e a postura evitativa da confrontação ombro-a-ombro com o branco eram tipos de resposta do negro ao preconceito de cor que se configurava não só em obstáculos à ascensão, como redundavam em verdadeiros danos à sua imagem, conduzindo-o a avaliações autodepreciativas. (*ibidem*, p. 22)

De maneira muito lúcida, Souza (1983) descreve ao longo de seu livro, a construção em negação da identidade negra no Brasil. E afirma que a história de ascensão social do/a negro/a brasileiro/a nada mais representa do que a história da submissão ideológica e da tentativa de assimilação aos padrões brancos das relações sociais.

Enquanto produto psíquico, econômico, político e ideológico, Souza destaca a existência do que chama *mito negro*; elemento variável que produz a singularidade do problema do/a negro/a no Brasil. Em suma, o mito negro se constitui no rompimento com sua identificação racial e a imposição de uma marca insólita, do *diferente*. “Diferente, inferior e subalterno ao branco. Porque aqui, a diferença não abriga qualquer vestígio de neutralidade e se define em relação a um outro, o branco, proprietário exclusivo do lugar de referência, a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá.” (p. 26). Nessa perspectiva, as principais figuras representativas do mito são o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico, “portando uma mensagem ideológica que busca afirmar a linearidade da “natureza negra” enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações.” (p. 27-28). E é através dessa hegemonia de interesses dominantes, viabilizada pela eficácia de mecanismos ideológicos, que se torna possível a articulação de forças estruturantes do psiquismo; formando papel chave na produção do/a negro/a enquanto sujeito.

A imposição de um modelo – *Ideal do Ego* – a partir do qual negros/as se constituem e recuperam o “narcisismo original perdido” representa para Souza (1983, p. 33), a instância que estrutura o sujeito psíquico; o domínio do simbólico. O/a negro/a de quem fala é, portanto, aquele/a cujo o Ideal do Ego é branco. Aquele/a que nasce e sobrevive imerso em uma ideologia que é imposta pelo/a branco/a como um ideal a ser alcançado e que, conseqüentemente, endossa a luta para a realização desse modelo. “Na construção de um Ideal de Ego branco, a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer ‘mancha negra’.” (p. 34). Nesse sentido, o relacionamento entre o Ego e o Ideal do Ego é construído sob tensão. “E como não sê-lo, se o Superego bombardeia o Ego com incessantes exigências de atingir um Ideal inalcançável?” (p. 38). Para o/a negro/a,

ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante êxito, a consecução do Ideal. É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível. Dilacerante, crua, cruenta descoberta.... Diante da experiência do inverossímil, frente à constatação dramática da

impossibilidade de realizar o Ideal, o negro vislumbra duas alternativas genéricas: sucumbir às punições do Superego [representada pela melancolia] ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas. (Souza, 1983, p. 40)

Pensando nesse sentido, de que forma a ausência de plataformas raciais contribui para a construção de uma identidade baseada na negação do sujeito negro?

4.2 O problema da ausência de plataformas raciais

Ao longo desse trabalho, muito se falou sobre os problemas em torno do relacionamento entre brancos/as e negros/as no Brasil. Mas por que a ausência de plataformas raciais em campanhas políticas teria de ser um problema? A grande questão em torno das especificidades do racismo brasileiro não é, necessariamente, as formas contemporâneas pelas quais ele se manifesta. O grande problema do racismo brasileiro é a maneira com que ele socializa negros/as e brancos/as em situação falaciosamente harmoniosa.

Ele [o livro] é um olhar que se volta em direção à experiência de ser-se negro numa sociedade branca. De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas. Este olhar se detém, particularmente, sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos. (Souza, 1983, p. 17)

A forma com a qual negros/as aprendem a lidar com situações em que se sentem discriminados/as é cruel, pois anula toda a construção do seu ser.

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”. (*ibidem*, p. 18)

Em outras palavras, Souza descreve um sentimento pelo qual passa a maior parte da população negra no Brasil. Em busca de um padrão de comportamento, de relacionamentos e de aparência física brancos, negros/as negam suas identidades. Em última instância, são as consequências dessa socialização submissa que fazem com que o racismo brasileiro tenha se estruturado em todas as esferas sociais; é essa, portanto, a

essência do racismo estrutural brasileiro. Nesse sentido, a ausência de plataformas raciais em campanhas eleitorais contribui para a reprodução dos mecanismos que oprimem essa população. A seguir, proponho três desdobramentos imediatos que se originam dessa lacuna.

(1) Estado permanente de polemização. A ausência de pautas raciais em campanhas políticas, em primeira instância, contribui para o status de “polêmica” permanente em que se encontra o debate racial no Brasil. Ainda entre pessoas com alto nível educacional e que se considerariam esclarecidas, assuntos sobre raça são, invariavelmente, evitados sob a acusação de “estragarem o clima da conversa”. Brincadeiras e opiniões subentendidas não entram nessa categorização, pois respeitam a máxima de não mencionar explicitamente o que se está dizendo. O incômodo, portanto, reside em manifestações raciais transparentes, sejam elas pejorativas ou não. Em outras palavras, o problema não está no conteúdo da fala ser racista, ou não, está em falar abertamente sobre um assunto nacionalmente “proibido”.

(2) Desigualdade de perspectivas sociais. Outro desdobramento dessa lacuna na esfera política é a manutenção do preterimento de determinadas perspectivas sociais em relação às outras. Ainda que possa ser visto como uma identidade adscrita, nascer negro/a no Brasil não significa partilhar de uma identidade coletiva. Ainda que negros/as possam partilhar de determinadas situações e sentimentos em torno de sua disposição no mundo social, cada indivíduo negro possui uma socialização distinta um do outro. Nascer negro/a no Brasil não significa a mesma coisa para todos/as. Nesse sentido, a garantia de um debate racial plural passa pela mobilização de diferentes perspectivas sociais negras. Em outras palavras, as experiências de negros/as nascidos/as em cidades de interior ou centros urbanos, dentro de círculos sociais de baixa ou alta condição socioeconômica, em famílias com pensamento conservador ou liberal, assim como famílias religiosas ou ateias, faz com que sua trajetória de opressões recaia

de maneira muito diferente sobre si. Isso, sem mencionar as diferenças entre as opressões que atingem homens negros e mulheres negras⁴⁵.

(3) Ausência de uma identificação racial. Em última instância, a não discussão de pautas raciais contribui para esse limbo identitário aonde ficam os/as negros/as brasileiros/as. Pessoas que todos os dias são subjugadas por seus atributos físicos e incentivadas a perpetuar sua exclusão. Os tão mobilizados casos de negros/as que discriminam negros/as, e que servem de exemplo para os/as que defendem que o racismo nasce entre aqueles/as que tentam se fazer vítima dele. E que, sua solução, é abafar quaisquer manifestações que se proponham a tornar rígida uma identificação racial que já existe no senso comum. Nesse último ponto, é importante ressaltar que a questão não diz respeito ao fomento às diferenciações ou às motivações segregacionistas – argumentos mobilizados pela maioria dos/as entrevistados/as –, o problema está no fato de que apenas o grupo dominante possui o direito de igualar negros/as enquanto grupo diferente de si.

Se é verdade que a ausência de plataformas raciais contribui para o círculo vicioso que se tornaram as desvantagens à população negra, iniciativas que tentem interromper esse ciclo são de extrema importância. Mas antes de propor movimentos reversos, seria interessante observar como as entrevistas feitas podem ajudar a visualizar este problema.

No que diz respeito à manutenção da **(1)** polemização do tema, é possível observar nitidamente na fala da maior parte dos/as candidatos/as sua falta de desconforto quando questionados/as sobre suas opiniões acerca de pautas raciais. Por abordarem questões raciais em suas campanhas, os/as candidatos/as Mácia Teixeira (PSTU) e Juliano Lopes (PCO) mostraram maior conforto em dispor de suas opiniões sobre o tema. De forma oposta, todos/as os/as demais candidatos/as, guardadas suas devidas proporções, pareceram se esforçar para mostrar que a ausência dessa temática em suas plataformas

⁴⁵ Alertando para perigos de ignorar a variável racial em debates sobre o feminismo, Kimberlé Crenshaw (Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, ano 10, v. 172, 2002) introduz uma discussão sobre a super e a subinclusão. Quando falamos em mulheres negras, sua superinclusão na categoria de gênero não a permite identificar outras dimensões de discriminação sofridas. Por sua vez, sua subinclusão em categorias raciais excluem suas opressões de gênero. Autoras, como a citada, que discorrem sobre uma particularidade nas demandas por igualdade de mulheres negras defendem que a experiência de mulheres pretas e pardas não pode ser traduzida como uma soma de experiências de mulheres + experiência de pessoas negras, mas devem ser trabalhadas com a exclusividade que lhe é necessária.

não fazia deles/as alienados/as ou contrários à luta racial. Principalmente quando perguntados/as se e por quê abordavam qualquer questão racial em sua plataforma e sobre a importância que acreditavam que questões raciais teriam ao cargo para qual concorreram⁴⁶, os/as candidatos/as se mostraram preocupados/as em oferecer justificativas suficientes para suas respostas; alguns/mas mais prolixos/as que outros/as.

Como visto no capítulo anterior, na primeira questão, o candidato Gilson Euzébio (PT) foi curto e simples ao afirmar que a ausência do tema era consequência da falta de apelo para angariar votos. Na segunda questão, o candidato do PT confirmou a importância do assunto, exemplificando o sucesso da política de cotas, mas alegou que falta apoio dos partidos para seguir com essa pauta. A candidata Bena Domingos (PP) defendeu sua preferência por não levantar bandeiras, pois assume sua negritude lutando de igual para igual, sem se colocar como negra, como inferior. Na segunda questão, mostra dúvida sobre a razoabilidade de deputados/as federais levantarem bandeiras raciais, mas afirma que, caso fosse necessário, o faria.

Já o candidato Flavio Brebis direcionou a primeira pergunta para a interseccionalidade de seu público alvo, a população LGBT. Sobre a segunda, mencionou a importância de existirem leis como a do ensino de cultura e história africana e indigenista como base para o início da transformação, e lamentou que não houvessem a efetividade necessária. Por sua vez, Divino Rocha (PSOL), defende que nosso país deve lutar pela igualdade entre todos/as e que o respeito ao ser humano é a principal pauta a ser levantada. Sobre a importância de pautas raciais, o candidato do PSOL confirma que o/a deputado/a federal, enquanto legislador/a, tem a obrigação de ouvir à população e a prover o que lhe for melhor; e, por isso, todos os assuntos são de importância ao cargo em questão.

Quando indagada sobre pautas raciais em sua campanha, a candidata Maria Ivoneide (PTC) disse não as terem abordado por se considerar uma pessoa acolhedora e acreditar que somos todos/as irmãos/ãs. Na segunda questão, a candidata do PTC defendeu que todo/a deputado/a tem o direito de expressar suas opiniões e que o importante é que eles/as respondam pelo povo brasileiro. Por fim, Tenente Alberto (PSDB) afirma que sua campanha gira em torno do lema “sem preconceito”, mas diz que não vê a necessidade de um/a deputado/a federal abordar explicitamente essa temática.

⁴⁶ Respectivamente perguntas 8 e 9, descritas no questionário presente no Anexo 1 deste trabalho.

Pensando na (2) manutenção da desigualdade de perspectivas sociais, vale observar como a maioria dos/as candidatos/as descreve pautas raciais exclusivamente como a defesa da política de cotas e a obrigatoriedade do ensino de história da África. O interessante em ressaltar nesse ponto, é como pautas raciais são, normalmente, reduzidas a esses dois elementos. No sentido contrário, os/as candidatos/as Mácia Teixeira (PSTU) e Juliano Lopes (PCO) demonstram como a situação da população negra se estende à tantos outros fatores. Ao serem perguntados/as sobre a importância de questões raciais no contexto em que vivem os/as negros/as no Distrito Federal⁴⁷, ambos/as descreveram situações muito mais corriqueiras e de infraestrutura do que os/as demais.

A candidata do PSTU afirmou que a capital é como uma “ilha de riqueza rodeada de cidades de periferia” e que, nessas cidades, haveria grande concentração de negros/as com acesso precário à transporte, educação, saúde, segurança e iluminação. Ainda, a candidata defende a existência de uma divisão geográfica e territorial que reflete o problema social do racismo. Por sua vez, o candidato do PCO defende a posição de que a construção da cidade modelo objetivou a chegada no início do dia e a não permanência da mão de obra trabalhadora no plano piloto. E afirma que aqueles/as que residem no plano vivem a ilusão de que não há comunidades periféricas na capital, mas que o entorno do plano enfrenta os mesmos problemas de saúde, infraestrutura e transporte que as favelas. Por fim, ao questionarmos a construção de identidades raciais rígidas no Brasil, podemos notar que alguns/mas entrevistados/as reproduzem a política de abafamento de manifestações que se baseiam em um discurso de grupo. Candidatos/as como Bena Domingos (PP), Divino Rocha (PSOL), Maria Ivoneide (PTC) e Tenente Alberto (PSDB) proferiram discursos em que, apesar de reconhecerem a discriminação contra negros/as enquanto um grupo, defendiam que pautas raciais poderiam gerar segregação racial. A candidata do PTC chegou a defender a harmonia e pluralidade do povo brasileiro como um jardim de flores diversas, que se complementavam em sua beleza.

Observando o resultado das entrevistas por esse viés, é interessante analisar o quanto a (3) ausência de pautas raciais em campanhas eleitorais torna fraca a luta por uma igualdade de oportunidades entre brancos/as e negros/as. A permanência do assunto enquanto *tabu*, a visão reducionista que se tem acerca do que são pautas raciais e a resistência notada em incitar uma mobilização de grupos, são elementos que perpetuam a lógica racista enraizada na sociedade brasileira.

⁴⁷ Pergunta 6 descrita no questionário presente no Anexo 1 deste trabalho.

Na tentativa de mobilizar esforços contrários à racionalidade do “senso comum” em torno dos problemas raciais brasileiros, busquei nesse último capítulo, propor reflexões focalizadas na importância de desconstruirmos pequenos consensos. Por isso, acredito que, antes de tudo, é preciso que se fale, exaustivamente sobre o assunto. O motivo pelo qual o racismo, em sua dinâmica brasileira, continua a apresentar formas tão perversas é também consequência da persistência polêmica à que é atribuída a temática.

Considerações Finais

O conjunto de informações mobilizadas até aqui permite algumas conclusões que satisfaçam, pelo menos em parte, a proposta dessa pesquisa. Como apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, a população negra brasileira vive, até hoje, em processos sistêmicos de opressão. Fazer essa afirmação significa defender a existência de um sistema nivelado em estruturas implícitas e explícitas que reproduzem o processo de exclusão de um grupo de acordo com um padrão construído unicamente por outro grupo. Esse sistema, por sua vez, é resultado da implementação de uma ideologia de embranquecimento da população brasileira. Materializado na ideia de que aqui haveria uma democracia racial – onde brancos/as e negros/as misturam-se e convivem de maneira harmoniosa –, a política de mestiçagem, ou de branqueamento, foi responsável pela normatização e pela busca por características fenotípicas de brancos/as como um modelo ideal universal a ser alcançado. O resultado desse processo ainda é nitidamente perceptível.

Na medida em que, grupos sociais passam a espelhar em si uma imagem vinculada à incompetência e à marginalidade, perdem cada vez mais o sentimento de pertencimento a qualquer grupo social. Devido à associação de fenótipos negros a características pessoais negativas, indivíduos negros evitam aderir à uma identidade coletiva que afirme tudo aquilo que buscam negar. Da mesma forma, indivíduos que possuem os fenótipos desejáveis, procuram manter-se afastados de quaisquer similaridades com pessoas negras. Em última instância, as consequências desse processo são a manutenção de um grupo socialmente dominado pelos padrões de comportamento e de aparência de um grupo socialmente dominante; e a reprodução de um sistema de estruturas que distribui oportunidades de maneira desigual. Nesse sentido, o racismo experimentado no Brasil possui características estruturais. Sua ideologia “silenciosa” produz incentivos implícitos que favorecem o lado mais branco no vasto espectro de cores de uma população mestiça. Associados aos incentivos positivos, há ainda os incentivos negativos que produzem resistência a qualquer tentativa de essencializar os limites de cor/raça no país.

Os dados trazidos no segundo capítulo, que dizem respeito à expectativa e qualidade de vida, às oportunidades educacionais e profissionais, à mobilidade social e à violência relacionada à população negra, apontam a enorme discrepância entre a experiência social de negros/as e brancos/as no Brasil. De forma mais palpável, os

resultados dos estudos mobilizados apresentam a existência de uma “racialização” de postos de trabalho que, em última instância, resulta em um ciclo de desvantagens que nem mesmo a transição educacional consegue desfazer. Consequentemente, negros/as parecem continuar a desempenhar papel muito específico, e por vezes rígido, na sociedade brasileira. Assim, a organização e a realidade das relações sociais no Brasil, podem ser entendidas como uma composição dinâmica de diferentes identidades que cumprem funções estratificadas e ocupam posições desiguais na sociedade.

Podemos observar o resultado dessa dinâmica se nos propusermos a refletir sobre a diferença de tratamento que negros/as recebem de acordo com a função que desempenham. Se por um lado, a presença de negros/as em espaços como o de entretenimento não configura estranhamento, por outro, sua presença em cargos profissionais de maior prestígio, ou círculos sociais de alto poder aquisitivo, destoa a atenção. No primeiro caso, vale ressaltar que os espaços em que ser negro pode ser vantajoso se reduzem a um tipo de entretenimento mais corporal; como jogar futebol, dançar capoeira ou samba, cantar gêneros musicais carnavalescos ou também similares ao samba. Nesses casos, negros/as não só são bem recebidos/as, como confere-se a eles/as determinada legitimidade para atuação nesses espaços. Já no segundo caso, negros/as chegam a enfrentar certa dificuldade em provar que de fato gozam daquele privilégio e que pertencem àquele grupo econômico.

Ainda no segundo capítulo, pudemos relacionar essa “racialização” de postos de trabalho com a persistente sub-representação de negros/as na esfera política. Também foi possível comprovar que essa baixa representatividade não encontra justificativas plausíveis em um possível desinteresse ou apatia dessa população por questões políticas. Pelo contrário, a pesquisa mostra que, ainda que não apresente a melhor relação de proporcionalidade, os números de candidatos/as negros/as se aproximam do percentual total da população negra no Brasil. Na verdade, o problema parece estar na conversão de capital político para o eleitoral. Ainda que apresentem uma variedade de pautas, com ideologias partidárias diversas, candidatos/as negros/as não possuem grandes chances de sucesso no processo eleitoral. Invariavelmente, essa ausência de negros/as em cargos políticos perpetua sua exclusão e enfraquece o ideal de uma democracia representativa.

Na tentativa de explorar as premissas apresentadas, o terceiro capítulo trouxe os resultados das entrevistas semi-estruturadas realizadas com oito candidatos/as negros/as ao cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, em 2014. Os/as convidados/as que aceitaram participar dessa pesquisa foram questionados/as principalmente sobre suas

trajetórias políticas, a temática de suas plataformas eleitorais, a existência ou ausência de questões raciais em suas campanhas e sua opinião acerca de pautas raciais em plataformas eleitorais. Dos/as oito entrevistados/as, apenas dois/uas candidatos/as abordaram questões raciais. Os/as demais candidatos/as trouxeram pautas diversas; como descriminalização das drogas, proteção social para crianças e idosos, garantia de direitos sociais para a população LGBT, melhoria nas leis de execução penal, apoio à categoria terceirizada e aprimoramento da segurança pública.

Suas opiniões quanto à mobilização de pautas raciais também apresentaram pluralidade. Com exceção de um candidato, todos/as os/as demais consideraram importante a existência de pautas raciais em campanhas eleitorais. No entanto, a maioria se disse preocupada que a mobilização de pautas que defendessem a causa negra pudesse fomentar a segregação racial no país. Dentro dessa lógica, essa maioria afirmou uma preferência pela defesa de igualdade para todos; procurando engajar-se em lutas universais por direitos. Muitos/as dos/as entrevistados/as disseram acreditar que o racismo possa influenciar os processos de campanha e de eleição de candidatos/as negros/as, mas entendem que essa é uma luta que não deve “escolher lados”. Ainda no terceiro capítulo, foi elaborada uma tabela para análise comparativa entre os discursos dos/as entrevistados/as e apresentada uma proposta de agrupar os resultados em três eixos de análise. O primeiro eixo buscou agrupar respostas distintas com pensamentos similares entre os/as entrevistados/as. O segundo eixo foi responsável por coligar respostas similares com pensamentos distintos. Já o terceiro tentou encontrar contradições em um/a mesmo/a candidato/a.

Por fim, o capítulo de número quatro apresentou um esforço para sistematizar a dinâmica de funcionamento do racismo no Brasil. Fazendo um pequeno resgate dos capítulos que o antecederam, o objetivo era entender como essa dinâmica se relaciona com o problema de pesquisa proposto. Utilizando, pontualmente, os resultados das entrevistas como base empírica para as hipóteses discutidas, foi possível reconhecer em seus discursos, alguns elementos apontados durante as discussões teóricas. Reconhecendo as consequências do racismo engendradas nas falas de boa parte dos/as candidatos/as, foram mobilizadas três possíveis justificativas para o fenômeno do paradoxo brasileiro. Também foram trazidas algumas diferenças essenciais entre o *etos* do racismo brasileiro e o *etos* do racismo norte-americano. Com o intuito de bem delimitar motivos pelos quais não se pode comparar a discriminação racial sofrida aqui com a de lá, procurei relacionar os discursos dos/as candidatos/as com as ditas especificidades do racismo no Brasil.

Buscando reforçar a desmistificação da democracia racial brasileira, foram mobilizados também teóricos que discutem a real autonomia na formação das preferências individuais e coletivas. Nesse sentido, proponho que o problema da sub-representação não existira se pudéssemos garantir a imparcialidade dos mecanismos psicológicos e materiais no condicionamento à construção de preferências e escolhas.

Ainda no quarto capítulo, proponho uma análise das relações causais entre a sub-representação de negros/as e a ausência de pautas raciais em suas plataformas eleitorais. Mobilizando estudos que se propõem a investigar os filtros e obstáculos que dificultam a eleição de candidatos/as negros/as, trago recentes contribuições que nos ajudam a compreender a disposição espacial dos/as candidatos/as entrevistados/as no sistema partidário brasileiro. E procuro mobilizar os dispositivos psíquicos consequentes do funcionamento do racismo. Ao final do capítulo, proponho que, embora não encontre relação causal entre a sub-representação e a ausência de plataformas eleitorais, a lacuna de mobilização de questões raciais gera três desdobramentos imediatos que contribuem para a reprodução dos mecanismos que oprimem a população negra. Seriam elas, o estado permanente de polemização, a desigualdade de perspectivas sociais e a ausência de uma identificação racial coletiva.

Com a proposta de se pensar as influências do racismo e da sub-representação política de negros/as na ausência de questões raciais em campanhas eleitorais, esse trabalho procurou oferecer uma contribuição para um campo de pesquisa ainda pouco explorado. Embora antiga, a ideia de que pessoas negras e brancas não experimentam uma desigualdade de oportunidades que deriva de sua cor continua viva. A população negra brasileira sempre esteve em situação de desvantagem em todas as instâncias de participação social. Assim como o imaginário de que pretos/as e pardos/as possuem menor capacidade de decidir sobre suas vidas permanece latente.

Quando falamos em representatividade política, essa suposta incapacidade, por parte da população negra, se manifesta na ausência de um quantitativo minimamente proporcional de negros/as em cargos políticos. Embora pretos/as e pardos/as constituam maioria populacional no Brasil, dados do TSE mostram que, depois das eleições de 2014, passaram a ocupar apenas 103 das 513 cadeiras disponíveis na Câmara Federal. E, embora os estudos mobilizados nesse trabalho não tenham encontrado motivação explicitamente racial no ato de escolha de seus representantes, essa ausência pôde ser parcialmente justificada pela histórica desigualdade de oportunidades entre candidatos/as negros/as e brancos/as. As contribuições teóricas trazidas através das ideias de políticas de presença

e de perspectivas sociais, nos permite afirmar o caráter injusto da sub-representação de negros/as. No entanto, a consolidação de justificativas que expliquem os motivos pelos quais candidatos/as brancos/as são mais bem votados/as ainda deve ser exaustivamente trabalhada. Observando os dados com relação à proporção numérica de candidatos/as e àqueles/as eleitos/as, as principais temáticas mobilizadas em suas respectivas campanhas e a diversidade de ideologias partidárias, ainda não é possível explicar em sua totalidade tamanha baixa taxa de sucesso. A combinação entre a falta de incentivo à participação política, a concentração de candidaturas negras em partidos menores e a falta de recursos de campanha são agentes de alta relevância para as discussões sobre sub-representação. No caso de candidatos/as negros/as, pode-se dizer que a falta de recursos de campanhas apresenta-se de forma combinada; uma junção da baixa capilaridade financeira de partidos de diminuta relevância para o jogo eleitoral e os desincentivos aos investimentos em candidaturas negras. Se falarmos ainda em candidaturas negras que se debruçam em pautas raciais, a premissa parece ainda mais forte.

Dito isso, acho importante dedicar também um pequeno espaço nessa seção para elaborar um dos motivos pelos quais acredito que a sub-representação e a ausência de pautas raciais devem ser tratados como problemas de alta importância. Procuo aqui demonstrar a importância que a representatividade tem para o desenvolvimento pleno das capacidades de um indivíduo. E, embora essa dissertação esteja focada em questões de representatividade política, torço para que essa reflexão se expanda para novas análises em outros espaços da vida social. Antes de tudo, quando falo em representatividade, me refiro à qualidade de alguém, de um partido ou de um grupo, cujo embasamento na população faz com que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome. Em outras palavras, me refiro não só à composição partidária e parlamentar brasileira, mas também à qualidade de uma novela, um filme, um seriado, em conseguir representar diferentes perspectivas sociais e incluir em sua composição diferentes papéis que explorem as potencialidades dos indivíduos nela representados. No que importa à nossa reflexão, a importância da representatividade está justamente em se enxergar como um indivíduo dotado de capacidades que lhe permitam escolher entre mais de uma “opção de vida”.

É nesse sentido, que a representatividade política de negros/as e a presença de pautas raciais em campanhas eleitorais se constituem em elementos importantes à construção de uma identidade negra valorizada. Na direção oposta, a ausência desses elementos contribui diretamente para a redução de suas perspectivas de vida. Em outras palavras, a variedade de personagens com as quais o indivíduo negro possa se identificar

– e, conseqüentemente, se espelhar para balizar sua expectativa de vida – faz ampliar o alcance de suas perspectivas particulares, estimulando o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Em última instância a presença de negros/as em espaços de representação social e a existência de pautas que abordem questões que lhe dizem respeito, são o que contribuem à ampliação dessas perspectivas.

Pensando por essa lógica, podemos dimensionar a importância em debater temáticas como a proposta neste trabalho. Assim como compreender o valor em dar prosseguimento à mais estudos que busquem melhor entender as extensões e desdobramentos que se originam da prática do racismo. Nessa direção, torço para que as reflexões feitas nessa dissertação possam multiplicar trabalhos nessa área.

Anexo 1

Roteiro de entrevista

- 1. Nome:**
- 2. Sexo:**
- 3. Idade:**
- 4. Raça/cor:**
- 5. Escolaridade:**
- 6. Profissão:**
- 7. Partido:**
- 8. Há quanto tempo você se candidata para cargos políticos?**
- 9. Há quanto tempo você se candidata ao cargo que concorreu nas eleições de 2014?**

-

A partir das eleições de 2014, o TSE obrigou todos/as os/as candidatos/as a declarar sua raça/cor. Com base nas informações que obtive através de seu banco de dados, você foi um/a dos/as candidatos/as ao cargo de Deputado/a Federal pelo Distrito Federal, no pleito de 2014:

- 1. Você sempre se identificou como preto/a ou pardo/a?**
- 2. Caso não, como ocorreu a mudança de sua identificação?**
- 3. Como e em que momento você se inseriu na política? (sindicato, movimento estudantil, movimento social, igreja, mídia, atuação profissional, etc)**
- 4. O que você considera de mais importante em sua plataforma eleitoral? Por quê?**
- 5. Qual elemento de sua plataforma eleitoral você considera ter mais apelo com eleitoras (es)? Por quê?**
- 6. Você considera questões de cunho racial importantes no contexto do Distrito Federal? Por quê?**
- 7. A definição das temáticas centrais de sua plataforma partem exclusivamente de iniciativas e ideias suas? É algo conversado com uma equipe de campanha? É uma demanda do partido?**
- 8. Você aborda alguma questão racial em sua plataforma eleitoral? Por quê?**

9. **Você considera questões de cunho racial importantes ao cargo que se candidatou? Por quê?**
10. **Você considera questões raciais como elementos que fazem seus/uas eleitores/as se identificarem com você? Por quê?**
11. **No seu espaço de inserção, questões raciais eram pauta de discussão?**
12. **Nesses mesmos espaços, alguma vez você percebeu a existência de racismo?**
13. **Você acredita que a existência do racismo atrapalhe a candidatura de indivíduos pretos e pardos à cargos políticos no Distrito Federal? Por quê?**
14. **Você acredita que a existência do racismo atrapalhe a eleição de indivíduos pretos e pardos à cargos políticos no Distrito Federal? Por quê?**
15. **Você teve alguma surpresa com relação às questões raciais e a política durante o período eleitoral? Há algo que eu não tenha perguntado no que diz respeito à questão racial na política/sua experiência política?**
16. **O DF tem, aproximadamente, 54% de sua população auto-declarada preta ou parda. Entre os/as candidatos/as ao cargo de Deputado/a Federal, em 2014, pretos/as e pardos/as somaram aproximadamente 42%. No entanto, menos de 2% entre esses/as foram eleitos/as – apenas o candidato Alberto Fraga (DEM) –, e menos de 2% mobilizaram questões raciais em suas campanhas eleitorais. Diante dessas informações, você teria alguma reflexão/opinião sobre o por que da população preta e parda do GDF, aparentemente, não votar em candidatos/as pretos/as e pardos/as?**

Referências Bibliográficas

ALBERNAZ, Renata O., AZEVEDO, Ariston. Os marginais do direito estatal: a luta multidimensional do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo “direito a ter direitos”, nos anos de 1944 a 1968. Brasília, Revista Brasileira de Ciência Política [online], mai./ago. 2013, n. 11, p. 33-62

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo, 1955

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, p. 241-273

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Portugal: DIFEL, 1989

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2006

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos: Direito Humano ao Trabalho. Brasília: Coordenação-Geral de Indicadores e Informações em Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2014

BUENO, Natália, DUNNING, Thad. Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians. São Paulo, 2013

CAMPOS, Luiz A. Socialismo moreno, conservadorismo pálido. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Área temática: Eleições e Representação Política. Brasília, 2014

CAMPOS, Luiz A., MACHADO, Carlos. A cor e o sexo da política: composição das câmaras federais e estaduais. Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n. 7, 2014, pp. 1-21, 2014

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República. *Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010*. Brasília, 2011

DU BOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. New York: Bantam Classic, 1903

FERNANDES, Florestan. *A Sociedade Escravista no Brasil*. In: *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1979

FIGUEIREDO, Angela. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil. *Soc. estado*. [online]. 2015, vol.30, n.1, pp.11-16. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100011&lng=en&nrm=iso>

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004

GUIMARÃES, Antonio S. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). São Paulo: *Revista de Sociologia da USP* [online], 13(2): 121-142, Nov. 2001

_____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Texto base na aula preparada como requisito parcial para o concurso público de Professor Titular em Sociologia das Relações Raciais. São Paulo, Universidade de São Paulo: Departamento de Sociologia, 13 de maio de 2004

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no séc. XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos: UFSCar, v. 42-43, n. jan / jul, p. 63-110, 2003

_____. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In. *De Preto a Afro-descendente*. São Carlos: Edufscar. P. 51-68, 2003

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, v. 27, p.1-125, 2006

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, v. 29, p.1-129, 2008

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, 2011

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009: Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil. Rio de Janeiro, 2010

_____. Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010

IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional: Participação, democracia e racismo? Rio de Janeiro, Out. 2013

_____. Nota Técnica: Vidas Perdidas e Racismo no Brasil. Brasília, Nov. 2013

IPEA, UNIFEM. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 1ª edição. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>>

KERN, Gustavo da S. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. *Revista Historiador* n. 6, ano 6. Janeiro, 2014. Disponível em < www.historialivre.com/revistahistoriador>

LAGUARDIA, Josué. No fio da navalha: anemia falciforme, raça e as implicações no cuidado à saúde. Florianópolis, Estudos Feministas, 14(1): 336, jan./abr. 2006

MARTINS, Tereza C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. São Paulo, Serv. Soc. Soc., n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online], vol. 15, n. 44, p. 91-102, 2000

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, Jun. 2010

_____. Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências. Campinas: Opinião Pública [online], vol. 21, n. 3, Dez. 2015

MITCHELL, Gladys. Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. Opinião Pública [online], vol. 15, p. 273-305, 2009

MONTEIRO, Felipe M., CARDOSO, Gabriela R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. Porto Alegre: Civitas, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan./abr. 2013

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. Estud. afro-asiát. [online]. 2000, n.38, pp.113-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

NIMA/PUC-Rio. Cartografia social de terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 287-308, 2006

ONU. Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes. Rio de Janeiro, Dez. 2013

OSORIO, Rafael G. Texto Para Discussão N°996: O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília, Nov. 2003

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. Revista Estudos Feministas [online], 2001, vol. 9, n. 1, p. 268-290

RIBEIRO, Carlos A. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. Dados v.49 n.4. Rio de Janeiro, 2006

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. AfroÁsia, Salvador, n. 18, p. 165-187, 1996

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE E SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Plano Juventude Viva, 2014 <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>> [acesso em: 20/11/2014]

SOUZA, Neusa S. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

SUNSTEIN, Cass. Preferências e política. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n° 1, pp. 219 – 254, jan. / jun., 2009

TAYLOR, Charles. Sources of the Self: the making of the Modern Identity. Cambridge: Harvard University Press, 1989

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

YOUNG, Iris M. *Justice and the politics of difference*. Princeton University, Aug. 2011

_____. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford Political Theory, 2001

_____. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.